

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

HÁ 100 ANOS NO *CORREIO DO POVO*:

Breve estudo sobre as reportagens policiais de 1912

ARIEL TORRES FAGUNDES

PORTO ALEGRE

NOVEMBRO/2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

HÁ 100 ANOS NO *CORREIO DO POVO*:

Breve estudo sobre as reportagens policiais de 1912

ARIEL TORRES FAGUNDES

Orientador: Wladymir Ungaretti

Trabalho de Conclusão de Curso

apresentado à Faculdade de

Biblioteconomia e Comunicação da

Universidade Federal do Rio Grande do

Sul, como requisito parcial para obtenção

do grau em Bacharel em Comunicação

Social – Habilitação em Jornalismo.

PORTO ALEGRE

NOVEMBRO/2012

*O Limite... Não existe nenhuma
forma genuína de explicá-lo porque as únicas pessoas que
realmente sabem onde ele está são aquelas que o ultrapassaram.*

Hunter S. Thompson

Resumo

Este trabalho propõe-se a observar e estudar exemplos de reportagens policiais publicadas em 1912 pelo jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre. A partir da análise prática destes textos e de pesquisas bibliográficas, o estudo desenvolve uma reflexão sobre a trajetória da imprensa no Rio Grande do Sul e apresenta um debate sobre a constituição do gênero da reportagem.

Palavras-chave: Jornalismo, História, Literatura, Reportagem, *Correio do Povo*

Abstract

The present work proposes to observe and study examples of police reportages that were published in 1912 by the newspaper *Correio do Povo*, from Porto Alegre. From the practical analyses of the texts and the bibliographical researches, the study develops a reflection about the press trajectory in Rio Grande do Sul and shows a debate about the constitution of the reportage gender.

Key-words: Journalism, History, Literature, Reportage, *Correio do Povo*

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. A trajetória da reportagem enquanto gênero	15
3. Levantamento histórico	
3.1. Breve história da imprensa gaúcha	42
3.2. Glória e queda do <i>Correio do Povo</i>	58
4. Técnicas de pesquisa	
4.1. Os caminhos da análise de conteúdo	72
4.2. Bastidores do estudo	76
5. Análise de reportagens policiais do <i>Correio do Povo</i>	79
6. Conclusão	124
7. Referências bibliográficas	128
8. Anexos	130

1. Introdução

Antes de tudo, é preciso deixar claro que esse Trabalho de Conclusão de Curso não se trata de uma investigação de cunho comparativo entre o *Correio do Povo* atual e o de cem anos atrás. A pesquisa se propõe a refletir sobre as transformações pelas quais passou a atividade jornalística no Rio Grande do Sul; mas em nenhum momento objetiva traçar uma linha de comparação direta entre dois textos jornalísticos separados por um século de desenvolvimento capitalista no mundo. Creio que optar por esse viés provavelmente incidiria em uma análise que pecaria ou pelo excesso de questões decisivas a serem exploradas ou então pela generalização simplória. Assim, a proposta aqui é observar os textos individualmente a partir do contexto no qual eles estão inseridos.

E para começarmos a destrinchar nossa reflexão, julgo importante mirarmos um passado longínquo, quando a literatura que hoje nos é tão familiar estava apenas florescendo. Olhando para trás, vemos que criações literárias que objetivam a descrição e a divulgação de episódios factuais acompanham os primórdios de toda escrita humana que conhecemos. Não há dúvidas de que esses registros milenares estejam diretamente relacionados ao posterior desenvolvimento dos gêneros literários que trabalham com o imaginário e a fantasia – afinal, raramente os textos da Antiguidade se atinham estritamente à realidade factual dos casos que relatavam. No entanto, existe uma corrente teórica que considera que esses primórdios também estejam intrinsecamente ligados a atividade jornalística e, mais especificamente, ao formato textual que veio a se consagrar através do gênero da reportagem. O jornalista Antonio Olinto, em sua célebre obra “Jornalismo e Literatura”, afirma categoricamente que “Homero é o primeiro repórter de que temos notícia” (OLINTO, 2008, p.29).

Mesmo que as suas obras não sejam regidas pelas noções técnicas próprias do campo jornalístico (que só surgiriam enquanto tais milênios após a época em que se pensa que o poeta viveu), Antonio Olinto considera que:

“As descrições dos combates de Aquiles e de Heitor, das atitudes indecisas de Páris, têm a força de acontecimentos sempre presentes. Quando Homero fala nas entranhas que saltam, após o golpe de espada do inimigo, e caem, presas nas mãos do homem atingido, cria uma cena em que as imagens parecem vistas, sentidas, com mais veemência do que se as tivéssemos diante dos olhos” (OLINTO, 2008, p.29 e 30).

Talvez o jornalista apresente o exemplo de Homero mais como uma figura alegórica, fruto de todo um discurso argumentativo, do que como um modelo real de repórter. Longe de querer encerrar a questão, creio que o mais importante aqui é atentarmos para a noção suscitada por Olinto de que qualquer obra textual é, em primeiro lugar, um trabalho de escritura pessoal delimitado pela habilidade individual de manejar a articulação e as conexões simbólicas que se estabelecem entre as palavras de que cada autor dispõe em seu arcabouço mental, vocábulos que ele empregará com o intuito de transmitir determinadas mensagens a quem o lê. É assim que os textos são redigidos, seja uma reportagem ou qualquer obra de literatura. “Lembremo-nos, antes de tudo, de que a base do que faz o jornalista, a matéria-prima de que se utiliza, é a palavra. O que serve de caminho para a poesia transmite também a notícia da morte de uma criança sobre o asfalto” (OLINTO, 2008, p.14 e 15).

Alceu Amoroso Lima, em seu livro “O jornalismo como gênero literário”, nos ajuda a compreender um pouco melhor esse ambiente nebuloso através da seguinte colocação:

“Gênero literário (...), em vez de ser, como queriam os antigos, um tipo de construção estética determinado por um conjunto de normas objetivas a que toda composição deve obedecer, - é um tipo de construção estética determinada por um conjunto de disposições interiores em que se distribuem as obras segundo as suas afinidades intrínsecas e extrínsecas. Nessa concepção, flexível e não-rígida, de gênero literário é que podemos incluir o jornalismo” (LIMA, 1969, p.18).

É bem verdade que a discussão sobre a atividade jornalística constituir um gênero independente ou um gênero literário é tão polêmica quanto antiga. Na Real Academia Espanhola, por exemplo, acadêmicos declamavam discursos inflamados defendendo ambos lados da questão desde o século XIX, conforme nos conta Octavio Aguilera em “La literatura en el periodismo” (AGUILERA, 1992, p.22). Naturalmente, o trabalho que está sendo introduzido não pretende findar o assunto; pelo contrário, o objetivo aqui é justamente ampliar a discussão a partir de um ponto de vista interdisciplinar que conecte a história e a literatura com o campo do jornalismo através da ponte do gênero da reportagem. A respeito desse tema controverso, me parece extremamente lúcida a reflexão de Alceu Amoroso Lima:

“A literatura (...) faz dos meios [de cada palavra em si] um fim, mas sem excluir outros fins. Assim é que a literatura não exclui nem a verdade, (...) nem a história, nem a autobiografia, nem a filosofia, nem as ciências, nada. Tudo é literatura desde que no seu **meio** de expressão, a palavra, haja (...) uma ênfase no próprio meio da expressão, que é o seu valor de beleza. (...) Sendo assim, não vejo como negar ao jornalismo o seu cartão de entrada no recinto literário” (LIMA, 1969, p.22).

A concepção de Lima me soa acertada porque é capaz de integrar as múltiplas formas de escrita sobre uma noção estética que não incorre no equívoco de ser, por exemplo, parnasianamente elitista. Pouco importa se a temática abordada pelo texto são as últimas teorias de um cientista, notícias banais ou um poema: o que determinará se tais exemplos serão ou não obras literárias é a presença de uma preocupação com a forma do texto, em que o escritor tente considerar a reverberação simbólica que cada palavra possui potencialmente em cada um de seus leitores. Tal qual Olinto, Lima entende a literatura como sendo a arte que se vale das palavras enquanto meio: “Enquanto o jornalismo utilizar a palavra como simples utilidade, então será tampouco a literatura como o caso da palavra numa aula de ciência” (LIMA, 1969, p.23).

Outro ponto interessante dessa argumentação de Alceu Amoroso Lima é que a literatura torna-se um ponto de conexão entre o jornalismo e a história – laço que é de cabal importância para as discussões que emergirão nas páginas seguintes. Octavio Aguilera defende que “a relação entre história e jornalismo foi e é constante e estreita”, tanto que o autor espanhol cita a frase: “O jornalismo é a história do presente e a história é o jornalismo do passado” (AGUILERA, 1992, p.15). Richard Romancini, em seu artigo “História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa”, nos lembra que existem “notáveis trabalhos” nos quais o jornalismo “serve de fonte ou objeto para a História” (In: LAGO, BENETTI, 2010, p.24).

É compreensível, pois uma reportagem naturalmente ganha o valor de registro documental de um determinado episódio, e também de todo um contexto histórico que a permeia. Imediatamente após ser publicada, o texto e seu suporte se tornam um documento histórico. E, diferentemente de outras documentações utilizadas pelos historiadores (muitas vezes, registros burocráticos de instituições específicas que contam com suas linguagens próprias, como tribunais, hospitais, cartórios e delegacias),

uma reportagem tem a inestimável vantagem de ser dotada de um potencial latente para se tornar a pura expressão individual do profissional que a concebe, resultando em um produto literário, como já disseram Olinto e Amoroso Lima. Depende apenas da aptidão do escritor e da pertinência do tema em pauta para que uma reportagem atinja (ou não) um patamar simultaneamente histórico e artístico.

Mas por mais que as dádivas da Arte tenham plena capacidade de se manifestarem na produção jornalística, atualmente, são raros os textos publicados nos maiores veículos de comunicação do Brasil que possam reivindicar tal virtude. Desde que surgiu a imprensa brasileira oficial, em 1808, até as primeiras décadas do século XX, era muito comum que as redações dos jornais contassem com profissionais ligados intimamente à literatura (Machado de Assis, Euclides da Cunha, Olavo Bilac e Mário Quintana são apenas alguns exemplos famosos). Nesse contexto, havia uma maior disposição tanto para textos opinativos, fundamentados meramente na subjetividade do autor, quanto para reportagens longas que, em muito, se assemelhavam a contos ou crônicas.

Nelson Sodré, em sua obra clássica “História da Imprensa no Brasil”, explica que, conforme os jornais foram se industrializando (a partir da virada do século XIX pro XX), foi havendo uma paulatina diminui o da importância da literatura e da produ o textual de cunho autoral dentro dos grandes veículos:

“[Houve] a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela reportagem; a tendência para a entrevista, substituindo o simples artigo político; a tendência para o predomínio da informa o sobre a doutrina o (...). Aos homens de letras, a imprensa impõe, agora [no início do XX], que escrevam menos colabora es assinadas sobre assuntos de interesse restrito do que o esforço pra se colocarem em

condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias” (SODRÉ, 1977, p.339).

No início, foi um processo gradual, ainda havia espaços para uma escrita mais pessoal e criativa na imprensa brasileira durante as primeiras décadas do século XX. De acordo com as pesquisas de Jacira Werle Rodrigues publicadas no livro “Reportagem impressa, estilo e manuais de redação”, esse cenário mudou rapidamente a partir da década de 1950, quando o *Diário Carioca* revolucionou o jornalismo no Brasil ao implantar um manual de redação para uniformizar o trabalho dos seus profissionais a partir da fórmula do lide. Quem orquestrou essa operação foi Pompeu de Souza, jornalista que havia acabado de voltar dos Estados Unidos quando assumiu a chefia da redação do *Diário Carioca*. Segundo Jacira Rodrigues, ele trouxe para o Brasil o modelo jornalístico desenvolvido pela imprensa estadunidense com o objetivo de modernizar e objetivar o jornalismo brasileiro, “restringindo as opiniões ao espaço editorial e eliminando o nariz-de-cera” (RODRIGUES, 2003, p.26).

A partir daí, além do lide como regra e do banimento da introdução descritivo-literária própria do nariz-de-cera, os jornais brasileiros adotaram em seus textos a fórmula da pirâmide invertida, apresentando as informações conforme o seu nível de importância para facilitar o corte do texto de baixo para cima. Não é difícil de compreender porque “alguns autores de comunicação mencionam que, depois dos manuais de redação, sobressaiu-se a técnica e perdeu-se a autoria nos textos do jornalismo impresso” (RODRIGUES, 2003, p.16).

Francisco Rüdiger demonstra no livro “Tendências do jornalismo” que centenas de jornais periódicos foram editados no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1850 e 1930, período marcado pela transição entre uma imprensa de cunho artesanal, ligada a determinados grupos político-partidários, com viés opinativo e literário acentuado, para

o status de grande indústria capitalista que os jornais sustentam até hoje (RÜDIGER, 2003, p.39). Porém, o exemplo do jornal porto-alegrense *Correio do Povo* me pareceu o mais adequado para servir de objeto de análise deste estudo, não apenas por ele ter sido o principal jornal gaúcho por décadas a fio, mas principalmente por ele ser um veículo fundado em 1895 que continua circulando até hoje.

Logicamente, não se pode ignorar o fato de que o *Correio do Povo* já mudou de dono duas vezes, tendo inclusive deixado de ser publicado entre 1984 e 1986. Mas quem abrir a edição do dia de hoje, verá que ele publica orgulhosamente uma coluna chamada “Há 100 anos no *Correio do Povo*”, onde expõe pequenos textos daquela época, inclusive mantendo a grafia original. Nota-se que a gestão atual reivindica para si a história dessa lenda do jornalismo gaúcho. Pois bem, no meu Trabalho de Conclusão de Curso, me proponho a estudar algumas reportagens policiais que o *Correio do Povo* publicou cem anos atrás, observando também como o jornal trata atualmente os mesmos temas que motivaram essas matérias antigas.

A ideia é construir uma análise das práticas jornalísticas relacionada aos seus contextos históricos e potenciais literários. Resolvi me ater ao exame de reportagens publicadas na editoria Policial (mesmo que em 1912 não houvesse editorias que sistematizassem a diagramação do jornal) porque os temas que se enquadram nesta categoria trazem consigo um apelo que ainda os mantém contundentes mesmo decorridos cem anos. Por mais que a dimensão da violência social atual não se compare com a daquela época, o relato de um episódio violento não perde em nada o seu potencial de impacto no leitor com o passar de tantos anos - são histórias essencialmente humanas, que, como veremos, se repetem ainda hoje. A partir da observação de como o *Correio do Povo* abordava (e aborda) um caso de **homicídio**, um **acidente de carro com vítimas fatais** e um **incêndio**, pretendo refletir sobre as

transformações da imprensa gaúcha e sobre até que ponto um grande veículo noticioso pode ser dotado de um tom artístico.

2. A trajetória da reportagem enquanto gênero

Antes de tentarmos remontar a história desse gênero, façamos um esforço para tentar refletir no que ele consiste. A pesquisadora Jacira Werle Rodrigues nos alerta em sua obra “Reportagem impressa, estilo e manuais de redação” que “não há um consenso sobre o conceito de reportagem entre os teóricos do jornalismo” (RODRIGUES, 2003, p.19). Segundo John E. Lewis, em “O grande livro do jornalismo”, ela nada mais é do que um texto baseado na captura de informações através da testemunha ocular que seja capaz de comprimir nas palavras usadas os fatos que foram testemunhados (LEWIS (org.), 2008, p.9). Edvaldo Pereira Lima vai além fazendo uma oposição entre a reportagem as notícias superficiais:

“Como há temas que requerem abordagem mais ampla, o jornalismo desenvolveu, ao longo do tempo, uma forma de mensagem mais rica, cujo teor procura redimensionar a realidade sob um horizonte de perspectivas onde não raro existem várias dimensões dessa mesma realidade. Essa forma é a reportagem, que nos casos mais felizes oferece, em torno do núcleo frio que marca a face árida de um acontecimento, todo um contexto embelezado pela dimensão humana, pela tradução viva do ambiente onde ocorrem os fatos, pela explicação de suas causas, pela indicação dos rumos que poderá tomar” (LIMA, 1993, p.10).

Jacira Werle Rodrigues tem um posicionamento semelhante, afirmando que “a reportagem configura-se como local da contextualização e do aprofundamento dos

temas, possibilitando aos leitores a ampliação e a compreensão do mundo, levando-os a questionar os ‘comos’ e os ‘porquês’ da realidade” (RODRIGUES, 2003, p.16).

Por outro lado, John E. Lewis problematiza a discussão questionando o que é que caracteriza uma boa reportagem: “A resposta é um paradoxo. O jornalismo deve apresentar um relato objetivo – mas de uma forma muito particular. Em outras palavras, a melhor reportagem é a verdade, nada mais que a verdade, refletida no talento linguístico do jornalista” (LEWIS (org.), 2008, p.9 e 10). Sua colocação condiz com os apontamentos de Alceu Amoroso Lima, para quem a objetividade é um traço natural do jornalismo enquanto gênero literário (LIMA, 1969, p.53). Parece-me importante fazer a ressalva de que o autor não está se referindo aqui à objetividade sintetizada na fórmula do lide, o que Lima sugere é que um texto jornalístico, por mais líricas que sejam as suas descrições, deve sempre “manter contato com o **fato**” sobre o qual discorre, pois “o jornalista que divaga em torno do fato ou o deturpa, toma-o apenas como pretexto, generaliza facilmente, ou está mal informado, não é um bom jornalista” (LIMA, 1969, p.53).

“O jornalismo é uma arte pragmatista. Não se pode desprender nunca do seu resultado, nem se desligar do seu objeto. A veracidade, o realismo é a sua grande força. (...) A força do jornalista está na verdade e na honestidade” (LIMA, 1969, p.54).

Alceu Amoroso Lima entende que o jornalismo se define enquanto gênero literário ao apresentar “a informação, a atualidade, a objetividade e o estilo” (LIMA, 1969, p.45). E agora eu pergunto: que espaço há para o estilo, a singularidade autoral de um escritor, nas impessoais notícias moldadas com a receita do lide e da pirâmide

invertida? E que melhor ambiente para que o estilo literário de um jornalista floresça se não o campo fértil da reportagem? Essas questões voltarão à tona mais adiante, por enquanto lembremo-nos da reflexão de Antonio Olinto de que, para ser considerado um ourives de sua área, não basta o repórter ter apurado um fato e realizar um relato puramente fiel do mesmo: “O jornalismo é uma arte da palavra, em que esta possui um valor próprio. O modo de dizer é um elemento capital para que o jornalismo, como qualquer outro emprego da palavra, seja ou não uma arte” (OLINTO, 1969, p.42).

De forma menos lírica e mais objetiva, Jacira Rodrigues tenta definir o que é uma reportagem pontuando as teorias de alguns estudiosos que tentaram o mesmo:

“A reportagem, ao mesmo tempo [em] que surge para ampliar e contextualizar os fatos, expande o cenário para a criatividade do jornalista. (...) Pereira Lima (1995) afirma que o texto do jornalismo cotidiano está preso à informação, não conseguindo desenvolver um trabalho apazível, além de ter deficiências de pautas e captação de informações. O enriquecimento estilístico da narrativa, lembra ele, passa pela aproximação com as artes (...) Maria Helena Ferrari e Muniz Sodré (1986) entendem que a reportagem é um gênero jornalístico privilegiado, sendo a extensão da notícia, o espaço no qual o jornalista pode usar elementos para aprimorar a narração dos acontecimentos. Esses autores estabelecem quatro características principais para uma reportagem: predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto da natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados. (...) Coimbra (1993) reconhece a dupla face do texto: *enquanto estrutura aberta*, ligada ao contexto, reconstrução do real e imparcialidade; e a face interna *enquanto estrutura de elementos organizados*, relações entre os conjunto e as partes dentro do texto. Segundo Coimbra, a fronteira entre a narrativa do jornalismo e da literatura não é, facilmente, demarcável,

ressaltando, ainda, que o texto literário tem função estética e o jornalístico, informativa. Entretanto isso não impede que o jornalismo utilize recursos literários” (RODRIGUES, 2003, p.42).

Considerando as visões de todos esses pensadores, me parece que a reportagem consiste em um gênero marcado pela descrição de fatos objetivos, com um cunho marcadamente informativo, mas não restrito a isso, pois seu fundamento informativo não exclui de nenhuma maneira a arte da narrativa literária. Além disso, é um gênero intrinsecamente ligado ao registro documental histórico de informações. Assim, entendo que a reportagem compõe um gênero híbrido que transita livremente entre o jornalismo e a literatura e que se relaciona diretamente com o campo da história.

Mas é uma tarefa árdua tentar remontar a origem desse gênero. É extremamente complicado, senão impossível, precisar o instante em que nasceu o tipo de texto que se convencionou chamar de reportagem. Creio que um bom ponto de partida é a noção de que “no tempo em que não havia jornal, os cronistas de uma época, de um fato, [já] faziam jornalismo” (OLINTO, 2008, p.51).

“Ao que parece, a China possuía publicações periódicas desde tempos imemoriáveis. Flávio Josefo nos fala dos historiadores da Babilônia, encarregados de escrever dia após dia os eventos que aconteciam. No mundo grego, Alexandre Magno, quatro séculos antes de Jesus Cristo, levava cronistas a soldo” (AGUILERA, 1992, p.14).

No entanto, em relação ao nascimento do jornalismo, há um consenso dentre muitos estudiosos de que ele esteja relacionado ao Império Romano, que inventou a *Acta diurna populi romani*. “Foram os romanos que começaram. Em 59 a.C, as autoridades de Roma emitam a *Acta Diurna*, um apanhado diário de importantes acontecimentos sociais e políticos exibido para informar os cidadãos” (LEWIS (org.), 2008, p.9). Octavio Aguilera conta, em “La literatura en el periodismo”, que essas publicações eram redigidas por um magistrado e expostas na via pública, contendo várias notas a respeito dos negócios, da vida social, das festas, do circo e até mesmo de eventos extraordinários que porventura acontecessem na sociedade romana (AGUILERA, 1992, p.14). Em suma, eram publicadas notícias. Os indivíduos mais abastados de Roma até se davam ao luxo de receber uma cópia da *Acta* em suas próprias residências, conforme conta Carlos Rizzini no livro “O jornalismo antes da tipografia” (RIZZINI, 1977, p.7), inaugurando a figura do leitor de publicações periódicas que paga uma quantia para recebê-las em sua casa, com a mesma lógica dos sistemas de assinaturas atuais.

Mas quanto a essa versão do surgimento do jornalismo, é interessante atentarmos para o fato de que esse marco histórico consensual traz consigo uma noção que prioriza o jornalismo noticioso, cujo objetivo máximo (e, sem dúvidas, muito legítimo) é informar as novidades de uma sociedade ao seu povo. Edvaldo Pereira Lima resume bem, em sua pequena obra “O que é livro-reportagem”: “O instrumento básico para o relato jornalístico é a notícia, forma de comunicação que condensa a reprodução dos fatos sociais” (LIMA, 1993, p.10). Porém, a professora Ana Atorresi nos recorda, em sua obra “Los géneros periodísticos”, que “a *notícia propriamente dita* (...) é a forma mais simples de redação jornalística” (ATORRESI, 1996, p.21). Lembremo-nos também que é a estes textos que André Gide, escritor francês nascido no século XIX, se

referia quando declarou de forma tão sordidamente realista: “Chamo jornalismo tudo o que interessará menos amanhã do que hoje” (In: OLINTO, 2008, p.52).

Por mais mordaz que seja, se nos detivermos por um instante, veremos que a afirmação de Gide não era de toda equivocada; de fato existe uma atividade jornalística de caráter prioritariamente informativo e de cunho temporal (representada pela notícia). O francês se equivoca, como já foi exposto por Antonio Olinto e Alceu Amoroso Lima, ao não se dar conta de que o jornalismo não se restringe à informação datada. Como já disse Alceu Amoroso Lima, “o critério do efêmero não está intrinsecamente ligado ao jornalismo” (LIMA, 1969, p.22).

“Efêmero é tudo o que (...) é escrito ou falado sem poder de penetração na realidade interior ou externa, visível ou invisível. Há literatura que fica e literatura que passa. (...) Assim ocorre com o jornalismo” (LIMA, 1969, p.22).

Foram incorporadas às áreas da história e da literatura obras muito próximas do jornalismo, mesmo muito antes da sua existência enquanto campo de estudo ou ofício capitalista. Isso ocorreu pela característica híbrida já referida, ou seja, por elas terem, em primeiro lugar, uma relevância que é eterna pelo seu registro documental (apesar dessa noção se transformar continuamente com o tempo); e, em segundo lugar, por trazerem uma intensa preocupação semântica que resulta em narrativas tão bem conduzidas, magistralmente estruturadas, de modo que não poderiam ser racionalmente excluídas da esfera literária. Creio ser a partir dessas reflexões que nós possamos tentar encontrar o início do gênero da reportagem (e, conseqüentemente, do jornalismo).

Como escreveu Antonio Olinto, o melhor “jornalismo é uma penetração no dia-a-dia, em busca do que ele possa ter de significativo, de permanente” (OLINTO, 2008, p.52). Tendo isso em mente, considero ser de suma relevância o trabalho dos historiadores gregos clássicos, que escreveram múltiplos relatos a partir do século V antes de Cristo, portanto quatrocentos anos antes dos romanos criarem sua noticiosa *Acta diurna*:

“O que é a famosa Anábase de Xenofonte, senão uma série de crônicas, às vezes reportagens, sobre a retirada dos dez mil [soldados persas]? Quiçá Tucídides, com seus relatos, animados e vivos, sobre as guerras do Peloponeso, tenha sido o primeiro correspondente de guerra conhecido. E Heródoto, o chamado ‘pai da História’, com suas múltiplas viagens para indagar nas próprias fontes, com suas perguntas casa por casa, homem por homem, ao estilo dos grandes repórteres, não poderia ter sido chamado também, e com todo direito, de ‘pai do jornalismo’?” (AGUILERA, 1992, p.14).

Essa consideração de Octavio Aguilera me soa fundamental para compreendermos quais são as raízes do jornalismo e, de forma mais específica, as origens do gênero da reportagem - que são, pelo menos, quatro séculos anteriores às notícias mais antigas do mundo ocidental. O trabalho de pesquisa de campo e apuração de informações com base na prática da entrevista que foi realizado pelos historiadores gregos e, posteriormente, também pelos historiadores romanos, foi algo incrivelmente pioneiro. Tanto que, após o período clássico, passaram-se séculos até que o Ocidente produzisse textos desse tipo novamente. Quando o Império Romano caiu de vez e se

iniciou a Idade Média, a transmissão de informações escritas foi fortemente abalada na Europa:

“Na Idade Média regrediu a informação à era dos rapsodos, transitando as novidades de boca em boca, na poesia e no canto dos troveiros e jograis. A particularização da vida feudal, infiltrável através das muralhas de vilas e castelos, a mistura dos idiomas, a credice, o retrocesso das conquistas materiais, as invencíveis distâncias e sobretudo a ignorância crassa e geral, agravada pela escassez e alto preço do papiro importado do Egito, impossibilitavam a sobrevivência da cultura clássica e dos costumes romanos. (...) O pensamento e a arte greco-romana expiraram nas garras das hordas bárbaras e até a sua memória se teria delido se a pequena erudição cristã a não tivesse em parte recolhido às arcas conventuais. (...) A Idade Média foi à força a idade da palavra falada: os poucos indivíduos que sabiam escrever não tinham como, nem a quem fazê-lo” (RIZZINI, 1977, p.10 e 11).

Sem escrita e sem leitura, dificilmente pode existir algo perto de uma reportagem como a conhecemos. Durante esse período foram se desenvolvendo outras atividades literárias que desempenharam uma função informativa ao seu tempo: “Os romances, as canções e as sirventes medievais eram como o prenúncio do periodismo, uma forma embrionária da informação em movimento” (RIZZINI, 1977, p.11). Octavio Aguilera, em “Periodismo y literatura”, concorda com esta visão: “Os jograis e trovadores [medievais], que são se não uma mescla de espetáculo e jornalismo? Os jograis, com seu contínuo andar de um lugar ao outro (...) eram autênticos transmissores de notícias” (AGUILERA, 1992, p.14).

Carlos Rizzini conta que, até o século XI, as notícias se espalhavam principalmente através das cantilenas, que eram “estrofes breves e atuais, meio líricas, meio narrativas” (RIZZINI, 1977, p.11). O autor também aponta que os trovadores e jograis da Idade Média eram incentivados pelo poder público ao mesmo tempo em que o seu ofício era vigiado muito de perto pelas autoridades sempre dispostas a reprimir a disseminação de informações que lhes trouxessem qualquer tipo de problema – porém, as muitas proibições impostas a esses profissionais não foram capazes de evitar “que o jornalismo oral progredisse, invadindo a seara das canções e das novelas de cavalaria” (RIZZINI, 1977, p.16).

Foi só a partir do Renascimento que o gênero da reportagem começou a se insinuar novamente de modo mais nítido, pelo menos no Ocidente (foco da maioria dos estudos ocidentais). É notável o trabalho do cronista francês do século XIV Sir Jehan Froissart, que, conforme Carlos Rizzini, viajou por incontáveis cidades, “tratando com duzentos príncipes” e recolhendo informações sobre “torneios, espetáculos, casos de guerra e de amor” com o propósito de escrever um relato fiel de como funcionava a sociedade de seu tempo (RIZZINI, 1977, p.27). O pesquisador define Froissart como um “repórter consciencioso”, pois o cronista francês tinha a séria preocupação de entrevistar o maior número de pessoas possível (fossem elas cavaleiros, escudeiros, arautos ou membros da nobreza) para apurar os diversos lados envolvidos nos acontecimentos que investigava e, assim, compor as suas narrativas (RIZZINI, 1977, p.27 e 28).

Quando Johannes Gutemberg desenvolveu a sua prensa de tipos móveis, no século XV, a insipiente tipografia ocidental conseguiu atingir patamares inéditos: seu invento foi decisivo tanto para a expansão das transformações sociais defendidas pelos intelectuais humanistas quanto para o advento de um jornalismo mais parecido com o dos dias atuais. Apesar de sua importância, Carlos Rizzini lembra que, bem antes de

Gutenberg, outros europeus já faziam impressões através da xilogravura (RIZZINI, 1977, p.128).

Aqui acredito ser importante desviar rapidamente o foco de nossa análise para o extremo Oriente, pois, a bem de verdade, foi lá, que surgiu o processo de impressão através de tipos móveis, já no século XI: “Primazia poderiam reclamar os chineses, em nome de certo Pi-Ching, se o processo de imprimir por este inventado (...) tivesse sido útil, se não aos ocidentais, a eles mesmos, chineses” (RIZZINI, 1977, p.132). Acontece que a escrita chinesa é ideográfica e trabalha com milhares de ideogramas que se relacionam de forma muito mais complexa do que acontece com as poucas dezenas de letras do nosso alfabeto ocidental. Por mais que tenha sido encontrado um livro coreano impresso com tipos móveis cuja última página data de 1337 (ou seja, mais de cem anos antes do prelo de Gutenberg), Carlos Rizzini é um tanto implacável: “Os tipos de metal de Pi-Ching influíram tanto no progresso da Terra quanto no de Marte” (RIZZINI, 1977, p.132).

Nota-se que esse autor não foge à polêmica. Segundo ele, o jornalismo deve muito menos à invenção da prensa de tipos móveis de Gutenberg do que à expansão dos correios ao redor do mundo (RIZZINI, 1977, p.40):

“[Foram] os correios, e não a tipografia, a determinante do periodismo. Compreende-se: o que a informação precisava para atingir o seu fim não era ser escrita desta ou daquela maneira, mas ser regularmente transmitida do redator ao leitor” (RIZZINI, 1977, p.40).

Segundo Carlos Rizzini, “as cartas particulares dos séculos XVI, XVII e XVIII possuíam maior conteúdo jornalístico, no sentido informativo, do que a maioria das

folhas a mão e deixam a perder de vista as primeiras gazetas impressas sob a égide dos governos e por isso voltadas ao noticiário deformado e gratulatório” (RIZZINI, 1977, p.60). Há uma reflexão presente no clássico “História da Imprensa no Brasil”, de Nelson W. Sodré, que nos ajuda a analisar essa questão:

“Como todas as invenções, a de Gutenberg resultou de necessidade social, que estava vinculada a ascensão burguesa, em seu prelúdio mercantilista. Como as trocas interessavam apenas a elementos de classes e camadas numericamente reduzidas, (...) o desenvolvimento da imprensa foi muito lento naquela fase, e ela foi facilmente controlada pela autoridade governamental” (SODRÉ, 1977, p.2).

Mas mesmo que as cartas conseguissem transmitir mais novidades do que as primeiras impressões europeias, havia outras manifestações jornalísticas sendo produzidas que estavam mais ligadas ao gênero da reportagem. Basta observarmos o exemplo de vários autores que o próprio Rizzini apresenta, como Marco Polo (falecido ainda no século XIV), que escreviam obras com forte conteúdo jornalístico, muito semelhantes aos livros-reportagens atuais, e que se tornaram extremamente populares em sua época – até mesmo de forma manuscrita, antes da prensa de Gutenberg:

“As descrições, a seu tempo tidas por mirabolantes, dos peregrinos do estofo de Marco Polo, que foram se não narrativas pinturescas e floreadas tão do agrado do contemporâneo jornalismo de aventuras? No quinhentismo, um furamundo português, Fernão Mendes Pinto, elevou ao cume a arte de ver e contar nas fascinantes reportagens da *Peregrinação*, vividas entre 1537 e 1558, nas quais relata sua

tribulada passagem pelas ‘partes da Índia, Etiópia, Arábia feliz, China, Tartária, Macáassar, Sumatra e outras muitas províncias daquele oriental arquipélago, dos confins da Ásia, a que os escritores chineses, siameses, gueos, eléquios, nomeiam nas suas geografias por pestana do mundo’” (RIZZINI, 1977, p.28).

Carlos Rizzini conta que esses relatos de Fernão Mendes Pinto foram tidos por muitos de seus contemporâneos como obras de mera ficção: por exemplo, Shakespeare o considerou um “mentiroso de primeira grandeza”, o padre Manuel Bernardes declarou que seu trabalho não merecia o crédito que alguns lhe davam. Porém, o autor esclarece que “à parte o colorido intenso e certas explicações fundadas em conceitos coevos, a experiência confirmou e o tempo sancionou a maior parte das exóticas notícias da *Peregrinação*, cuja 1ª edição é de 1614” (RIZZINI, 1977, p.28). O que vai totalmente ao encontro da afirmação de Antonio Olinto: “Quando o jornal ainda não tinha entrado nos hábitos diários do homem, o livro de viagens substituía a reportagem, porque havia, nele, a descrição que leva o homem comum a satisfazer sua curiosidade em relação ao desconhecido e saciar seu permanente desejo de aventuras não vividas” (OLINTO, 2008, p.32).

A partir do século XV, mas marcadamente durante o XVI e XVII, ocorreu um fenômeno muito interessante. Em vários locais da Europa, começaram a surgir incontáveis exemplos de gazetas manuscritas clandestinas que eram distribuídas através de um sistema de assinaturas que burlava o rígido controle governamental que era imposto sobre toda informação que saía das tipografias (RIZZINI, 1977, p.84 e 85). Para Carlos Rizzini, é esse tipo de publicação que marca o surgimento do jornal, que, segundo ele, nasceu manuscrito: “Aparente absurdo, explicável pela clandestinidade a

que a perseguição dos governos condenou os primórdios do jornalismo e pelo elevado preço dos trabalhos tipográficos” (RIZZINI, 1977, p.40).

Mas francamente, segundo minha análise, essas gazetas manuscritas se pareciam menos com jornais do que as *Actas diurnas* romanas. As gazetas eram publicações marginais; de cunho informativo, mas também satírico, humorístico (até mesmo erótico), e essencialmente opinativo. Elas me parecem muito mais próximas dos *fanzines* – fenômeno que, antes da popularização da internet, marcou a chamada imprensa alternativa após a metade do século XX. Basta observarmos que as gazetas manuscritas eram feitas de forma completamente artesanal e, em geral, comandadas pela figura de um único administrador que dava conta de todas as atividades necessárias para manter a publicação em funcionamento, mantendo-se na posição de publicar o que bem entendesse.

Essas gazetas eram uma imprensa alternativa durante uma época em que isso era perigosíssimo. Havia forte repressão contra os veículos clandestinos que não fossem regulamentados, a polícia caçava quem estivesse envolvido nesse ofício: “Um tal Jean Durien confessou na prisão redigir notícias para certo periódico mediante o ordenado mensal de 12 francos” (RIZZINI, 1977, p.86). Porém, isso não impediu que essas publicações fizessem um estrondoso sucesso em muitos países: “Até no Novo Mundo, a necessidade da informação abriu caminho, nas colônias mais adiantadas, ao periodismo manuscrito, do que é amostra o *Diário de Lima*, redigido por Juan Antonio Suardo, de 1629 a 1639” (RIZZINI, 1977. p.85). No Brasil do final do XVIII, pasquins manuscritos (análogos às gazetas europeias) ainda eram editados clandestinamente, sendo decisivos, por exemplo, para a mobilização insurgente da Inconfidência Baiana de 1798, também conhecida como Revolta dos Alfaiates (RIZZINI, 1977, p.117).

“Na sua indigência, podemos reconhecer os elementos fundamentais da imprensa moderna [nas gazetas manuscritas]: a reportagem, que apanha e canaliza a notícia; a redação, que a copia, e a expedição, que a expande. Tais elementos evoluíram dentro das suas estruturas originais, exceto a oficina, cujo progresso com a substituição da pena pelo prelo assumiu proporções fantásticas” (RIZZINI, 1977, p.85).

A clandestinidade de sua circulação pouco afetava o número de leitores, porém, conforme Carlos Rizzini, “induzia os noticiaristas a um arrojado de métodos que beirava o deslante”:

“Milhares à cata de assunto, empoleiravam-se os repórteres nos corredores e copas dos palácios e antecâmaras das embaixadas; esvoaçavam nas praças, adros e claustros; pousavam nos cafés e bodegas; papagueavam com lacaios e boleiros, recorrendo à indiscrição, à espionagem, à peita, para bicar a novidade” (RIZZINI, 1977, p.87).

De forma paralela a esse fenômeno subversivo e marginal nasceram os jornais oficiais, cujas casas de edição tipográfica possuíam autorização governamental para funcionar regularmente. Octavio Aguilera ressalta que muitos países reivindicam para si o mérito de ter criado um veículo jornalístico impresso com uma periodicidade regular, porém o autor comenta que os historiadores mais criteriosos defendem que o primeiro jornal do mundo foi o *Nievwe Tijdingen*, criado em 1605 na cidade belga de Antuérpia (AGUILERA, 1992, p.16). Conforme relata Francisco Rüdiger em seu livro “Tendências do jornalismo”, quase cem anos se passaram desde esse primeiro jornal até

que, no final do século XVII, o ofício jornalístico tenha atingido o patamar de atividade social relativamente consistente, pois foi a partir deste momento que “os serviços de correio privado e os relatos extraordinários veiculados em folhas e volantes surgidos nos séculos anteriores começaram a ceder lugar a publicações periódicas regulares, lançadas por casas editoras especializadas” (RÜDIGER, 2003, p.15).

Quando se iniciou o século XVIII, cidades grandes como Londres e Paris já estavam abarrotadas de tavernas e cafés onde as pessoas passavam horas conversando e manuseando os escritos que circulavam oficialmente ou não (RIZZINI, 1977, p.75 e 76). Não podemos nos esquecer de que já estava em andamento a Idade Moderna e que, “com o prelo, se popularizou a leitura” (RIZZINI, 1977, p.151). Foi nesse período que, segundo nos informa Octavio Aguilera, surgiu na Inglaterra o primeiro jornal editado diariamente: “Se trata do *Daily Courant*, que apareceu em 11 de março de 1702, e curiosamente criado por uma mulher, Elizabeth Mallet, sua primeira editora e diretora (...), talvez a primeira mulher jornalista do mundo, ainda que após exatos dez dias o diário passasse a outras mãos” (AGUILERA, 1992, p.16).

Aguilera nos conta que foi no século XVIII que se instaurou a chamada “Idade de Ouro” do jornalismo inglês, período caracterizado pela figura de quatro escritores que se dedicaram à atividade jornalística (Daniel Defoe, Joseph Addison, Richard Steele e Jonathan Swift) e que contribuíram para o desenvolvimento de um tipo de texto que ficou conhecido como ensaio jornalístico (AGUILERA, 1992, p16). Esse foi um período em que a tipografia se disseminou e começaram a nascer muitos jornais mundo afora. Foi o caso, por exemplo, do primeiro periódico diário da Espanha, o *Diario noticioso, curioso, erudito y comercial, público y económico*, de 1758 (AGUILERA, 1992, p.17).

Na América, a tipografia chegou em 1533, na Cidade do México, menos de um século anos após sua invenção (RIZZINI, 1977, p.155):

“Até o termo do século XVIII, a tipografia ingressou nos seguintes lugares da América Espanhola: Puebla de los Angeles, em 1640; Guatemala, 1660; Missões jesuíticas do Paraguai, 1700; Oaxaca, 1720; Havana, 1724; Santa Fé de Bogotá, 1738; Ambato, 1754, cuja oficina se transferiu em 1759 para Riobamba e em 1760 para Quito; Nova Valência, 1764; Córdoba, 1765; Cartagena das Índias e Nova Orleães, então relevando da Espanha, 1769; Santiago do Chile, 1776; Buenos Aires, já capital do Vice-reinado do Rio da Prata, 1780; São Domingos, 1782; Porto Espanha, 1786; Santiago de Cuba, 1791; Guadalajara, 1792; e Vera Cruz, 1794. Montevidéu não conheceu o prelo senão no século XIX, em 1807” (RIZZINI, 1977, p.157).

Mas é preciso lembrar que essas prensas publicavam, principalmente, autos oficiais, notificações, documentos, folhetos e livros. Carlos Rizzini, porém, conta que, no Uruguai, a imprensa já chegou diretamente ligada à noção de um jornalismo compromissado apenas com a defesa de determinados interesses políticos e econômicos:

“A tipografia apresenta em Montevidéu a singularidade de ter correspondido a um propósito exclusivamente jornalístico. Ao tomarem-na em 1807, os ingleses desembarcaram uma pequena imprensa e publicaram um periódico semanal de combate à dominação espanhola. Durou *La Estrella del Sur* ou *The Southern Star* apenas dois meses, pouco menos do que a

ocupação britânica [em Montevideú]. Retirando-se venderam os ingleses prelo e tipos à ‘Casa de Niños Expósitos’ de Buenos Aires” (RIZZINI, 1977, p.161).

De acordo com os estudos de Nelson Sodré, o século XVIII foi marcado pela pressão da burguesia para que o controle da imprensa saísse das mãos dos governos e passasse à iniciativa privada, “o que significava, evidentemente, a sua entrega ao capitalismo em ascensão” (SODRÉ, 1977, p.2). Muito em função disso, o século XIX foi o período em que o jornalismo deu um salto de profissionalização, impulsionado por todo movimento gerado pela Revolução Industrial:

“Quando o *Times*, em 1814, utilizou a máquina a vapor na sua impressão (...) [foi] o ponto de partida para a produção em massa que permitia reduzir o custo e acelerava extraordinariamente a circulação [dos jornais]. (...) O desenvolvimento das bases da produção em massa, de que a imprensa participou amplamente, acompanhou o surto demográfico da população ocidental e sua concentração urbana; paralelamente, a produção ascensional provocou a abertura de novos mercados, a necessidade de conquistá-los conferiu importância à propaganda, e o anúncio apareceu como traço ostensivo das ligações entre a imprensa e as demais formas de produção de mercadorias” (SODRÉ, 1977, p.3).

John E. Lewis afirma que o “jornalismo *de massa* foi um fenômeno vitoriano, resultado das melhoras no ensino e da tecnologia” (LEWIS (org.), 2008, p.10). Ele conta que, em 1827, o *Times* londrino tirava diariamente cinco mil exemplares por hora em uma única máquina rotativa; no entanto, para o pesquisador, “o que se imprimia

difícilmente podia ser chamado de ‘notícia’, no sentido de novidade, uma vez que grande parte do material era escrito à mão e mandado pelo correio”, demorando semanas para chegar, especialmente quando vinha do exterior (LEWIS (org.), 2008, p.11).

Sodré aponta que a necessidade de maior agilidade pressionou a imprensa a criar sucessivas invenções para dar conta do crescente fluxo de informações que o mundo cada vez mais exigia: logo foram incorporados a sua esfera de trabalho primeiro o telégrafo, depois os cabos submarinos, o telefone e o rádio (SODRÉ, 1977, p.3).

“As invenções que tornaram os periódicos empresas industriais aparelhadas, eficientes, capazes de produzir, todos os dias, milhões de jornais, seguiram-se umas às outras, a curtos intervalos” (SODRÉ, 1977, p.6).

Essa nova realidade possibilitava (e ao mesmo tempo exigia) que os veículos deslocassem correspondentes profissionais para onde estavam acontecendo os fatos relevantes, “como o *Times*, de Londres, fizera quando da Guerra da Criméia” (SODRÉ, 1977, p.4). Em 1854, pouco após o início desse conflito, o jornal londrino enviou o irlandês William Howard Russel para acompanhar o exército britânico na Criméia, onde ele passou dois anos de sua vida. Conforme John E. Lewis, esse escritor marcou o jornalismo inglês, pois suas reportagens denunciaram as terríveis condições das tropas britânicas na Criméia, levando “a um clamor público e a reformas no Exército” (LEWIS (org.), 2008, p.10).

“Os precisos e claros despachos de Russel fizeram dele o mais famoso repórter de guerra da Era Vitoriana. Suas críticas ao sistema de comando, aos uniformes inadequados e à má alimentação levaram a uma abrangente reforma. Após a Guerra da Criméia, ele cobriu o Motim da Índia, a Guerra Civil Americana (onde sua franca descrição da covardia da União em Bull Run o obrigou a deixar o país), a Guerra Franco-Prussiana e a Guerra dos Zulus. Foi sagrado cavaleiro por seus serviços no jornalismo” (LEWIS (org.), 2008, p.19).

Talvez o século XIX tenha sido um dos mais ricos, sob o ponto de vista literário, para o desenvolvimento do gênero da reportagem. De acordo com Octavio Aguilera, à medida que sucessivos avanços técnicos assolaram a atividade dos jornais, o próprio jornalismo foi se distanciando da literatura para assumir cada vez mais o seu cunho noticioso (AGUILERA, 1992, p.23). Mas esse é um processo que talvez esteja atingindo seu auge hoje – na virada do XIX pro XX, ainda estava incipiente. Prova disso é a enorme quantidade de escritores da época que produziram reportagens fortemente literárias.

Nós já vimos o caso de William Russel, vejamos agora o exemplo do estadunidense Mark Twain. O famoso autor do clássico “As aventuras de Tom Sawyer” trabalhava como jornalista e, em 1867, foi contratado pelo jornal *Daily Alta California* para acompanhar um grupo de compatriotas em uma grande excursão pela Europa e Oriente Médio. Observemos como Twain abre a reportagem intitulada “O ataque americano às pirâmides”:

“À distância de algumas milhas, as pirâmides, erguendo-se acima das palmeiras, pareciam muito nítidas, grandiosas e imponentes, e ainda muito delicadas também. Nadavam numa

rica névoa que lhes tirava toda sugestão de pedra insensível e as fazia parecer um sonho – estruturas que poderiam desabrochar em camadas de arcos vagos, ou ornadas colunatas talvez, e transformarem-se de repente, vezes sem conta, em todas as graciosas formas da arquitetura enquanto olhávamos, e depois fundirem-se e misturarem-se deliciosamente com a trêmula atmosfera” (In: LEWIS (org.), 2008, p.35).

Como ignorar o valor literário de um texto desses? É um exemplo dentre tantos do que Jacira Rodrigues afirma: “O jornalista pode usar o espaço disponibilizado pela reportagem (...) como cenário para a construção de textos de qualidade e consolidação do próprio estilo”. Especialmente no século XIX, mas também no início do XX, os jornais imprimiram muitos desses textos, pois “a busca por diferenciação faz com que os diários utilizem as matérias aprofundadas como qualificativo para a publicação” (RODRIGUES, 2003, p.19).

Acontece que o padrão jornalístico criado nos Estados Unidos a partir da primeira metade do século XX, e que é importado para o Brasil, erigido sobre os pilares do lide e da pirâmide invertida (RODRIGUES, 2003, p.26 e 27), por priorizar a notícia o mais atual possível, acaba menosprezando todo potencial informativo, literário e de registro histórico que está naturalmente entranhado no gênero da reportagem – que perde espaço nos jornais conforme o século XX avança. Pelo menos no nosso país, a origem desse processo está ligada à consolidação da imprensa enquanto grande indústria a partir do século XX:

“O jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece nas grandes cidades. (...) É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é

ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal” (SODRÉ, 1977, p.315).

Como Juarez Bahia lembra em “Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira”, no jornalismo capitalista moderno que se consolidou a partir das primeiras décadas do XX, e que hoje atinge uma dimensão inédita por causa da tecnologia, “a unidade de medida do crescimento dos jornais (...) deixa de ser a notícia (...) para ser a publicidade”, que “compreende toda forma de ocupação do espaço administrada por uma tabela de preços calculada em centímetro de coluna” (BAHIA, 1990, p.228).

Por causa desse contexto histórico, investir na produção de grandes reportagens (muitas vezes, onerosas e demoradas) foi deixando de ser a prioridade de muitos jornais, e o que se vê, desde a virada do século XIX pro XX, é uma tendência lenta, mas contínua, de deslocamento do gênero para as revistas que se fortaleceram a partir da publicação de reportagens e ensaios fotográficos. Por exemplo, é impressionante a cobertura da Guerra Hispano-Americana que a revista estadunidense *McClure's* publicou já em fevereiro de 1899. A título ilustrativo, cito aqui a abertura da reportagem intitulada “Sinalização dos fuzileiros sob fogo em Guantánamo”, de Stephen Crane:

“Eram quatro fuzileiros de Guantánamo, conhecidos no momento como sinaleiros, e era sua função ficar nas trincheiras do Campo McCalla, diante da água, e de dia fazer sinais para o [navio] *Marblehead* com uma bandeira e, à noite, com lanternas. Minha boa sorte – na época considerei azar, na verdade – me fez estar com eles em duas noites em que uma terrível tormenta de combate grassava na colina; e, de todas as ações da guerra, nenhuma era tão difícil para os nervos, nenhuma desafiava a coragem até o pânico, como as noites de

McCalla. Com milhares de fuzis disparando; com o troar em nossos ouvidos; com as diabólicas automáticas Colt matraqueando; com o branido do *Marblehead* da baía; com balas de Mauser sempre zumbindo no ar da alvorada ao crepúsculo; é extremamente difícil que alguém que tenha estado lá o esqueça com facilidade” (In: LEWIS (org.), 2008, p.43 e 44).

Existiram incontáveis exemplos de boas reportagens publicadas nos jornais do século XX, assim como existem até hoje, mas, aparentemente, as principais inovações do gênero vieram das revistas e dos livros-reportagens, meios que dispõem de muito mais tempo para produção do que o existente nos jornais diários (apesar de que há exceções em cadernos semanais de alguns veículos, por exemplo). É Antonio Olinto quem lembra que a literatura do século XX conta com muitas obras de reportagem, destacando que “o livro de reportagem é também (e, às vezes, até com mais facilidade) atingido pelo fenômeno do *best-seller*” em função de, muitas vezes, ser uma obra que trabalha com a “exploração de assuntos em voga, de temas que, no momento, constituem motivos de preocupação ou de curiosidade de uma grande maioria das pessoas” (OLINTO, 2008, p.33).

Mas ao lermos as “Histórias” de Heródoto veremos que o escritor já grego descrevia objetivamente eventos, locais e pessoas, inclusive se valendo do recurso de inserir citações da fala dos protagonistas de suas narrativas. O que foi incorporado ao gênero da reportagem desde então?

Uma importante contribuição veio de um movimento, novamente, híbrido entre o jornalismo e literatura, que ficou consagrado sobre a alcunha de Novo Jornalismo. Esse termo surgiu em meados dos anos 1970 e se popularizou quando um dos principais expoentes desse estilo, o norte-americano Tom Wolfe, o usou para intitular uma

antologia que trazia textos de escritores como Gay Talese, Norman Mailer, Hunter S. Thompson e Joan Didion, conforme nos conta Marc Weingarten na obra “A turma que não escrevia direito” (WEINGARTEN, 2010, p.19).

Esse movimento tem as suas raízes fincadas nos Estados Unidos dos anos 1960-70, porém, uma análise mais ampla não pode ignorar as contribuições importantes de escritores-jornalistas latino-americanos mais ou menos do mesmo período. Gabriel García Márquez, por exemplo, escreveu diversas reportagens políticas peneiras de literatura, mas creio que merece destaque especial a figura do argentino Rodolfo Walsh: suas reportagens que deram origem ao livro “Operação Massacre”, lançado em 1957, são verdadeiras obras-primas, resultado de uma profunda investigação jornalística em perfeita sincronia com a arte da narrativa literária. Vejamos como o livro acaba:

“Se há algo que procurei suscitar nessas páginas é justamente o horror às revoluções, cujas primeiras vítimas são sempre pessoas inocentes, como os fuzilados de José León Suárez ou como aquele recruta caído a poucos metros de onde eu estava. As pobres pessoas não morrem gritando ‘Viva a pátria’, como nas novelas. Morrem vomitando de medo, como Nicolás Carranza, ou maldizendo seu abandono, como Bernardino Rodríguez.

Apenas um débil mental pode não desejar a paz.

Mas a paz não é aceitável a qualquer preço.

E sempre haverá novos levantes em germe, e novas ondas de insensata revanche – ainda que logo tenham sentido contrário –, enquanto se mantenham a frente dos organismos repressivos do Estado homens como o atual chefe de Polícia da província de Buenos Aires, tenente-coronel Desiderio Fernández Suárez” (WALSH, 2008, p.218 e 219).

A honestidade sem concessão de Rodolfo Walsh concede um valor jornalístico inestimável a sua obra, mas foi a causa do seu desaparecimento (para não dizer assassinato) em 25 de março de 1977, um dia depois de Walsh divulgar uma série denúncias na bombástica “Carta aberta de um escritor à Junta Militar”. “Operação Massacre” é o exemplo de um legítimo “romance de não-ficção” publicado bem antes de Truman Capote ter a desfaçatez de declarar que seu belo livro “A sangue frio” inaugurou esse tipo de obra. Na verdade, a declaração de Capote foi apenas um golpe de marketing, pois poderiam muito bem ser considerados “romances de não-ficção” as obras “Hiroshima”, de John Hersey, publicada em 1946, “O povo do abismo”, de Jack London, publicada em 1902 – e essa é uma lista sem fim, pois, como vimos, livros-reportagens já estavam sendo publicados há séculos.

Mas o fato de não ser exatamente novo pouco diminui o mérito do Novo Jornalismo estadunidense, que realmente trouxe inovações para o gênero da reportagem. Julgo que a maior delas tenha sido permitir que a subjetividade criativa do autor tomasse conta do texto, afrouxando o laço com a objetividade estrita dos fatos, mas nunca perdendo o senso jornalístico de conexão com o real. Por exemplo, em 1964, Tom Wolfe foi mandado para a Carolina do Norte para fazer uma matéria sobre um piloto de Stock Car chamado Junior Johnson, e, nesse texto, o repórter utiliza a expressão “Ggghhzzzzzzhhhhhhggggggzzzzzzeeeeong! – gawdam!” para descrever o ruído que o carro de Johnson fazia ao dar a partida (WEINGARTEN, 2010, p.121).

Essas letras de fato representam o som de um motor? A resposta é subjetiva, varia conforme quem está lendo. Wolfe tinha plena consciência disso e desenvolveu um estilo textual extremamente figurativo que não se importava em ignorar solenemente a gramática da língua inglesa se considerasse que essa era a forma mais adequada de

transmitir determinada informação ou sentimento ao leitor. Outro bom exemplo é a reportagem que ele fez sobre a modelo e atriz Baby Jane Holzer. Ela se inicia descrevendo o ambiente de um show dos Rolling Stones praticamente sem pontuação e sem formar frases claramente estabelecidas, porém construindo perfeitamente a atmosfera caótica de um auditório lotado de jovens:

“Franjas jubas bufantes *beehives* Beatle bone manteiga rostos pincel cílios decalque olhos *puffy* suéters francês empurrão sutiã *flailing* couro blue jeans *streetch* calças *streetch* jeans *honeydew* nádegas éclair canela elfo livros bailarinas Knight chinelos, centenas deles, esses pequenos companheiros reluzentes, surgindo e gritando, pululando dentro da Academy of Music Theater sob o amplo e antigo domo em forma de querubim lá em cima – eles não são supermaravilhosos!” (In: WEINGARTEN, 2010, p.121).

Marc Weingarten considera que o Novo Jornalismo foi a era de ouro do jornalismo americano apesar de sua curta duração, pois, enquanto movimento vivo, acabou junto com a década de 1970 (WEINGARTEN, 2010, p.349). Ele justifica essa morte prematura em função da gigantesca popularidade que atingiu a televisão, meio de comunicação que “sugou os leitores e os dólares dos anunciantes”, os dois principais fatores que sustentavam as revistas que investiam nesse tipo de conteúdo jornalístico-literário (WEINGARTEN, 2010, p.349).

No Brasil, usualmente se diz que a principal expoente dessa vertente jornalística foi a revista *Realidade*, editada de 1966 a 1976. Para Jacira Rodrigues, esse veículo “soube aproveitar a efervescência, existente na época, para aprofundar as histórias do Brasil” (RODRIGUES, 2003, p.30). A revista publicava longas reportagens que

abusavam de recursos literários como a observação participante do repórter, narrativas em primeira pessoa e descrições detalhadíssimas, abordando temáticas que iam desde a gestão da economia nacional até as situações mais cotidianas do povo, passando por perfis tanto de grandes personalidades quanto de ilustres desconhecidos (RODRIGUES, 2003, p.30). Infelizmente, a *Realidade* assistiu a escalada da repressão da ditadura militar e não teve uma trajetória muito longa.

Não há dúvidas de que o gênero da reportagem ainda mantém alguma expressão no jornalismo brasileiro contemporâneo, apenas ele se apresenta em maior profundidade nas variadas revistas especializadas e livros-reportagens, ao mesmo tempo em que rareia em muitos jornais grandes. Depois que esses veículos adotaram como padrão os preceitos do lide e da pirâmide invertida, a partir da década de 1950, a personalidade dos textos publicados esteve para sempre comprometida.

“A partir da segunda metade do século XX, os periódicos latino-americanos passaram a publicar os acontecimentos sob a forma da ‘pirâmide invertida’. A técnica de redação se expandiu, devido ao trabalho das agências de notícias norte-americanas, que seguiram esse modelo, aparecido no *The New York Times*, em abril de 1861. (...) [Por sua vez,] o *lead* (...) visava eliminar o *nariz-de-cera*, puxando para a abertura da matéria a informação relevante. (...) É a tentativa de se construir um jornalismo claro, objetivo, sintético e preciso, que possa ser compreendido por uma gama heterogênea de leitores” (RODRIGUES, 2003, p.40 e 41).

Esses dois pilares estão diretamente ligados a outro fenômeno que assola até hoje os jornais: os manuais de redação. “O jornalismo brasileiro segue os modelos

norte-americanos. A ideia dos manuais de redação é mais uma das importações. O manual é uma forma das empresas exercerem controle sobre os produtos” (RODRIGUES, 2003, p.48). Eu me pergunto: como fazer uma boa reportagem nessas condições?

“Seguir o estilo da empresa significa adaptação. O trabalho deve estar de acordo com os moldes e ser desenvolvido de modo coerente com as relações de produção, abarcadas pelos interesses da empresa. Um padrão é um modelo. Padronizar é produzir de acordo com o modelo” (RODRIGUES, 2003, p.50).

Entendo que a busca por um jornalismo “claro, objetivo, sintético e preciso” afasta o repórter da natureza pungente dos fatos que relata; uma vez que a realidade da vida humana é tudo menos clara, objetiva, sintética e precisa. Jornalística e literariamente, essa é uma procura estéril, pois dela só resultam textos artificiais, mecânicos, robóticos de tão impessoais. “É fato que existem regras a serem seguidas e que elas apresentam problemas – o desafio da qualidade, frente às pressões do tempo, pauta, pirâmide, etc. – que dificultam proporcionar ao leitor um texto aprazível” (RODRIGUES, 2003, p.41). A meu ver, enquanto as redações dos jornais não se dispuserem a produzir textos sequer aprazíveis, dificilmente poderão colaborar para o desenvolvimento do gênero da reportagem no Brasil.

3. Levantamento histórico

3.1. Breve história da imprensa gaúcha

Para compreendermos a trajetória da imprensa no Rio Grande do Sul, precisamos primeiramente nos voltar ao estudo da história da imprensa no Brasil, que só se desenvolveu de fato a partir do século XIX. Como nós já vimos, nessa época a imprensa já havia sido introduzida em dezenas de colônias da América Espanhola (RIZZINI, 1977, p.157), porém a política imposta pela coroa portuguesa no território brasileiro era radicalmente oposta. É interessante a reflexão que Nelson Sodré faz a respeito das diferenças gritantes que havia entre essas duas administra es coloniais:

“O México conheceu a imprensa, em 1539; o Peru, em 1583; as col nias inglesas, em 1650. Que razões teria esse contraste de orienta o se,   época, Portugal e Espanha, submetidos ao mesmo regime, o feudal, deviam ter o mesmo interesse em manter o atraso em suas col nias? Se diversidade devesse ocorrer, teria sido antes da Espanha, no sentido de maior rigor no impedimento   cultura, pois encontrara, desde o início da coloniza o, ouro e prata (...), o que não aconteceria aos portugueses, que encontraram ouro dois séculos depois e, quando o encontraram, o aperto da clausura foi maior ainda do que antes.” (SODRÉ, 1977, p.12 e 13).

Conforme se depreende da pesquisa de Sodré, a explica o para o atraso da imprensa brasileira reside no nível de organiza o social dos povos americanos que os portugueses e espanhóis tiveram que enfrentar. Por um lado, a Espanha se deparou com

civilizações em avançado estado de complexidade, que, além de já conhecerem e explorarem a mineração do ouro e da prata, tinham uma vasta cultura registrada em incontáveis exemplos iconográficos – tudo isso representava uma ameaça muito consistente à estabilidade e à continuidade da ocupação espanhola. Já os portugueses encontraram comunidades com uma organização social bem menos imponente, dispersa entre muitos grupos – não raro, grupos rivais –, completamente estruturados ao redor da transmissão oral de informações, que claramente não seriam capazes de impedir a santa sanha dos invasores. E, como esses povos que viviam no Brasil costumavam ser bastante avessos ao trabalho escravo que lhes era imposto, o principal método da colonização portuguesa foi o massacre bárbaro:

“Preponderou a destruição física; nas áreas secundárias, em que o trabalho indígena foi aproveitado, preponderou a destruição cultural, de que foi instrumento a catequese jesuítica. Haveria alguma ilusão, do que diz respeito à inanidade dos resultados do destino aos curumins, nas escolas de ler, escrever e contar? Não, certamente. Mais importante do que alfabetizar as crianças indígenas – e alfabetizar para quê? – era destruir nelas a cultura de seus pais” (SODRÉ, 1977, p.13).

Dispondo apenas da Bíblia e de um banho de sangue, Portugal conseguiu ocupar culturalmente toda a sua colônia brasileira, já a Espanha teve que se valer de métodos mais sutis – e certamente mais construtivos – para realizar o mesmo objetivo: “Onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada” (SODRÉ, 1977, p.13). Sodré demonstra que essa necessidade não foi urgente no Brasil e que, em função disso, o território brasileiro não

conheceu nem o conceito de *universidade* e nem a prensa até o final do seu período colonial.

Apesar de toda difusão de informações escritas ser proibida por Portugal, isso não impediu que, desde o século XVI até o XIX, circulassem incontáveis folhetos infamatórios e satíricos pelas cidades brasileiras – até o século XVIII, eles eram apenas manuscritos, mas no XIX eles já eram impressos. Esse foi o fenômeno do *pasquim*, que, como vimos antes, apresenta alguma semelhança com as gazetas clandestinas da Europa, que circularam principalmente até o século XVIII.

Carlos Rizzini nos conta que “o mais antigo pasquineiro da Colônia deve ter sido aquele almoxarife, Jorge Martins, estante em Ilhéus, que (...) em 1587, escreveu um papel contra os jesuítas e mais clérigos por o não quererem confessar sem antes se desdizer” (RIZZINI, 1977, p.114). Francisco Rüdiger lembra que havia diversos e célebres pasquineiros no Rio Grande do Sul até quase o final do século XIX; e, por causa da repercussão de suas sátiras e ofensas, eles conviviam regularmente com casos de atentados a bala, destruição de tipografias, pressão policial, processos criminais e prisões – eventos esses que se tornaram “característicos do processo de formação do jornalismo no Rio Grande do Sul” (RÜDIGER, 2003, p.30, 31, 32 e 33).

No entanto, os múltiplos pasquins costumavam se distanciar dos preceitos jornalísticos, pois eram uma forma de imprensa passional, motivada muito mais por ímpetos individuais do que objetivando negócios coletivos. Para tentarmos compreender as origens do jornalismo brasileiro socialmente institucionalizado, devemos observar como começaram os grandes jornais, ligados, antes de tudo, às oficinas tipográficas.

A primeira prensa de que se tem notícia no Brasil foi instalada por volta de 1706 por um pequeno negociante no Recife de quem hoje não se conhece nem mesmo o nome. O que se sabe é que ele resolveu, talvez ingenuamente, “imprimir letras de

câmbio e orações devotas”, conforme conta Carlos Rizzini. Não sobreviveu nenhum vestígio dessa tipografia; o conhecimento de sua existência só perdura por causa de uma carta régia de 8 de julho de 1706, que ordena “sequestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais da tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos” (In: RIZZINI, 1977, p.165).

Rizzini conta ainda que, em 1746, houve uma segunda tentativa de introduzir a prensa no Brasil através do Rio de Janeiro, por iniciativa de Antônio Isidoro da Fonseca, português que, antes de vir para a América, trabalhava como impressor em Lisboa. Pelas cartas que ele mandou à Coroa portuguesa, está claro que o homem apenas pretendia exercer no Brasil o único ofício que dominava. Ele até chegou a imprimir alguns poucos trabalhos no Rio de Janeiro, mas após um ano, foi expedida a ordem régia de 10 de maio de 1747 que mandava sequestrar e remeter a Portugal as letras de imprensa que tinham chegado ao Brasil, “no qual não é conveniente [que] se imprimam papéis no tempo presente, nem pode ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, aonde as despesas são maiores que no Reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis no mesmo tempo em que dele devem ir as licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir nem correrem as obras” (In: RIZZINI, 1977, p.165).

O controle era total: Antônio da Fonseca foi deportado a Portugal e o Brasil teria que esperar até 1808 para que a prensa pudesse se instalar oficialmente na capital do país. Juarez Bahia nos lembra que “é sob o signo do oficialismo e com atraso de três séculos que se inaugura a imprensa no Brasil” (BAHIA, 1990, p.9), fato que só ocorreu quando a corte portuguesa decidiu se transferir para a sua maior e mais rica colônia. O autor nos conta que, em maio daquele ano, foram instaladas no Rio de Janeiro as oficinas da Impressão Régia, que passou a imprimir livros, papéis diplomáticos, leis,

baralhos, e, partir de setembro de 1808, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (BAHIA, 1990, p.9 e 10).

“A 10 de setembro de 1808, saiu o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas (...), poucas vezes mais, semanal de início, trisemanal, depois, custando a assinatura semestral 3\$800, e 80 réis o número avulso” (SODRÉ, 1977, p.23).

Apesar da *Gazeta do Rio de Janeiro* ser o primeiro jornal impresso no Brasil, quem ganhou o título de patrono da imprensa brasileira foi Hipólito da Costa (BAHIA, 1990, p.9), que publicou, em Londres, o *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, de junho de 1808 (poucos meses antes da *Gazeta do Rio de Janeiro*) até dezembro de 1822 (RIZZINI, 1977, p.175). Apesar do mérito de Hipólito, a relevância de seu periódico para o desenvolvimento da imprensa brasileira é fortemente questionada por Nelson Sodré. O autor observa que o *Correio Brasiliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro* seguiam modelos jornalísticos completamente opostos:

“A *Gazeta* era embrião de jornal, com a periodicidade curta, intenção informativa mais do que doutrinária, formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas folhas, preço baixo; o *Correio* era brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo, preço muito mais alto” (SODRÉ, 1977, p.26).

Juarez Bahia conta que a *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou pela última vez em 31 de dezembro de 1821, quando o acervo da Imprensa Régia foi passado à Imprensa Nacional (BAHIA, 1992, p.14). No dia 1º de junho desse mesmo ano, nasceu o jornal *Diário do Rio de Janeiro*, que, segundo Nelson Sodré, “foi, realmente, o primeiro jornal informativo a circular no Brasil” (SODRÉ, 1977, p.58). Daí em diante, o número de veículos pelo Brasil foi crescendo paulatinamente entre as principais províncias conforme a prensa foi se espalhando pelo país.

Carlos Rizzini afirma que, até a Independência, em 1822, havia treze oficinas tipográficas nas províncias brasileiras: duas na Bahia, criadas em 1811; uma no Recife, de 1815 (mas que só operou em 1817, durante a Revolução Pernambucana, e após 1821); uma no Maranhão; de 1821; uma em Belém do Pará; de 1821; e duas em Vila Rica, em Minas Gerais, que também datam de 1821. Além dessas, havia seis oficinas no Rio de Janeiro, a maioria delas “fundadas após o Alvará do Príncipe-Regente, de 28 de agosto de 1821, proclamando a liberdade de imprensa” (RIZZINI, 1977, p.180 e 186).

Mas um fator importante a ser considerado nesse período é a censura. Nelson Sodré coloca que uma das últimas leis firmadas por D. João no Brasil, em 2 de março de 1821, determinava que todo impressor enviasse “ao diretor dos Estudos, ou a quem suas vezes fizer, dois exemplares das provas que se tirarem de cada folha na imprensa”; o trabalho gráfico deveria então ser suspenso até que o diretor de Estudos enviasse as provas para um censor régio que determinaria se a impressão poderia continuar ou se seria proibida “no caso unicamente de se achar que contém alguma coisa contra a religião, a moral e bons costumes, contra a Constituição e Pessoa do Soberano, ou contra a pública tranquilidade” (In: SODRÉ, 1977, p.96). Não está claro até que ponto essa normativa era seguida em todo território nacional, mas “formalmente, a censura só foi (...) abolida pelo decreto de 28 de agosto de 1827”, e, a partir dessa conquista, a imprensa brasileira teve liberdade para se tornar uma formadora de opinião

radicalmente panfletária, muitas vezes atingindo uma linguagem violenta e ofensiva na defesa de seus posicionamentos (SODRÉ, 1977, p.97).

Carlos Rizzini conta que, nas províncias mais afastadas da capital brasileira, “a tipografia foi ingressando na medida em que se alastrava o periodismo político-partidário” (RIZZINI, 1977, p.186). O primeiro jornal de Minas Gerais foi impresso em Vila Rica e se chamava *Compilador Mineiro*, sua primeira edição saiu em 13 de outubro de 1823 (RIZZINI, 1977, p.170). No ano seguinte, foi publicado brevemente o *Diário do Governo do Ceará*, veículo envolvido com a Revolução do Equador. Em 1826, na Paraíba, um inglês chamado Walter S. Boardman fundou o semanário *Gazeta do Governo* (RIZZINI, 1977, p.186).

“No Rio Grande do Sul, João Inácio da Cunha tirou o *Diário de Porto Alegre* em 1827 numa tipografia adquirida por subscrição popular, a qual, morrendo em pouco o jornal, foi dada de esmola à Santa Casa de Misericórdia. (...) Em 1828, funcionava em Porto Alegre a Tipografia Rio Grandense, talvez a da Santa Casa, na qual Vicente Ferreira Gomes imprimia o *Constitucional Rio Grandense*” (RIZZINI, 1977, p.186 e 187).

Nelson Sodré apresenta uma versão ligeiramente diferente de Rizzini, afirmando que a tipografia chegou à província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1827 por causa da Guerra da Cisplatina, que havia estourado dois anos antes. Ele conta que, ao assumir o controle das tropas brasileiras, o oficial Felisberto Caldeira Brant solicitou que lhe enviassem uma tipografia de campanha e usou-a para imprimir o *Boletim do Exército*, às margens do rio Palma, no dia 5 de fevereiro daquele ano (SODRÉ, 1977, p.121). Porém, não está claro se esta foi a mesma prensa usada para a impressão do

Diário de Porto Alegre, que começou a circular na capital no dia 1º de junho de 1827, produzido nos “vagos tabuleiros da Tipografia Rio Grandense” (SODRÉ, 1977, p.121).

Aqui, é necessário refletirmos sobre o contexto em que nasceu o primeiro jornal gaúcho. Francisco Rüdiger explica em “Tendências do jornalismo” que aquele era um momento de franco embate entre o governo absolutista de D. Pedro I e a Assembleia Geral, órgão que havia sido aberto em 1826 representando a classe senhorial brasileira liberal (RÜDIGER, 2003, p.18 e 19). Nesse enfrentamento, a incipiente imprensa brasileira desempenhou um papel significativo, pois “jornais panfletários e radicais [estavam] circulando em todo o país”, de modo que “o governo respondeu subvencionando algumas folhas ou mesmo publicando os jornais áulicos” – que foi o caso do *Diário de Porto Alegre*: “Seu lançamento foi patrocinado pelo presidente da Província, Salvador José Maciel” (RÜDIGER, 2003, p.19).

Francisco Rüdiger recorda-nos que, de 1815 para 1830, Porto Alegre deixou de ter seus 6 mil habitantes para contar com 15 mil deles; de modo que, “havia surgido um público letrado que precisava ser levado em consideração, mesmo porque a circulação de boatos e informações contraditórias punham em perigo o próprio exercício do governo” (RÜDIGER, 2003, p.19). Tentando responder a esse novo cenário social é que nasce o *Diário de Porto Alegre*, porém, é importante frisar que ele era um jornal que praticamente não trazia jornalismo em seu conteúdo, era “no máximo, um boletim oficial, que servia basicamente à publicidade governamental e à publicação dos atos da administração” (RÜDIGER, 2003, p.20).

Nelson Sodré afirma que, a partir de 1827, a imprensa brasileira “definiria o quadro de agitações que culminaria em 1831”, ano em que D. Pedro I abdicou do trono sobre forte pressão (SODRÉ, 1977, p.127). Segundo o autor, é depois de 1827 que os jornais se tornam cada vez mais nitidamente divididos entre as três vertentes principais

da política da época: a direita conservadora, a direita liberal e a esquerda liberal (SODRÉ, 1977, p.128). Esse contexto nacional estava bem evidente no Rio Grande do Sul, que, logo após a publicação do primeiro jornal gaúcho, assistiu ao surgimento de várias tipografias nas maiores cidades, como Porto Alegre e Rio Grande (RÜDIGER, 2003, p.20).

“As necessidades da vida econômica criavam condições para essa expansão, na medida em que não só o comércio precisava de notícias sobre os mercados, o câmbio e a legislação, como os editores pretendiam colocar à sua disposição um novo meio de comunicação. Porém, a mola propulsora do desenvolvimento da imprensa foi o processo político em curso; (...) somente no período de 8 anos, desde o surgimento da imprensa [gaúcha], foram lançados 32 jornais” (RÜDIGER, 2003, p.20 e 21).

Francisco Rüdiger afirma que o conteúdo textual desses primeiros veículos costumava ser de cunho essencialmente doutrinário. Muitas vezes eram textos opinativos sobre questões de interesse público, mas também eram publicados comentários estritamente ideológicos e até mesmo críticas diretas aos adversários do jornal, com uma linguagem ácida, corrosiva e implacável. Eram jornais impressos em um pequeno formato (28cm x 18cm), com tiragem de cerca de 400 exemplares, que circulava, na maior parte dos casos, de duas a três vezes por semana: “Os jornais diários eram poucos e geralmente não sobreviviam por muito tempo. A venda era feita só por assinaturas ou direto no escritório da tipografia” (RÜDIGER, 2003, p.21).

Quando os anos 1830 começavam a avançar, o Brasil vivia uma situação política fervilhante. Em 1834, D. Pedro I morreu em Portugal, e seu filho, D. Pedro II, havia

herdado toda nação brasileira três anos antes, na mais plena infância. Em outubro de 1835, o padre Diogo Antônio Feijó foi empossado regente do Império brasileiro, menos de um mês após o início da Guerra dos Farrapos, evento que mobilizou a imprensa gaúcha da época e impulsionou o surgimento de vários veículos.

“Ao Rio Grande chegavam também as consequências do que se passava na Corte; ali se repetia, como nas outras províncias, a luta entre conservadores e liberais de esquerda e de direita, aqueles com a ala extremada dos restauradores, entre a abdicação e a morte de D. Pedro. O *Inflexível*, redigido pelo panfletário português Joaquim José de Araújo, era o órgão dessa facção. Professava odiosa campanha contra os sentimentos nativistas da gente local e combatia violentamente a federação e a república, reformas que andavam no espírito de muitos sulinos. No *Noticiário*, Francisco Xavier de Oliveira profetizava grandes lutas. No *Constitucional Rio-Grandense*, Pedro José de Almeida (...) defendia a reforma federativa. (...) Tito Lívio Zambecari, que começara escrevendo no *Continentino*, órgão moderado, passaria a fazê-lo em *O Republicano*. Deflagrada a luta armada, [Luigi] Rossetti redigiria o órgão dos farroupilhas, *O Povo*, em cujas páginas se espelharam as agruras da revolução, corrida do litoral e acolhida à campanha, passando de Porto Alegre a Piratini, onde surgira o jornal, e de Piratini a Caçapava. Em setembro de 1842, surgiria, no Alegrete, *O Americano*, para substituir *O Povo*, que deixara de circular desde a ocupação de Caçapava pelos imperiais. (...) Sem a leitura de *O Povo*, que circulou de 1838 a 1840, de *O Mensageiro*, que circulou de 1835 a 1836, de *O Americano*, que circulou de 1842 a 1843, da *Estrela do Sul*, que circulou em 1843 e uns poucos mais, a história farroupilha é incompleta. Nessas folhas, impressas quase sempre sob condições extremamente difíceis, o movimento ficou espelhado, em todos

os seus traços, os gerais e os particulares” (SODRÉ, 1977, p.151).

Segundo Francisco Rüdiger, “a imprensa foi o bastidor intelectual da Revolução Farroupilha”, uma vez que foi nas páginas dos jornais que “se gestaram as ideias que radicalizaram o processo político e levaram ao movimento” revolucionário (RÜDIGER, 2003, p.21). Convém salientar, que o autor defende que os jornais desse período “não chegaram a constituir o fundamento de um jornalismo”, em função de serem veículos táticos, apenas “meios de difusão ideológica”, pois “as circunstâncias políticas e não os conceitos jornalísticos determinavam seu nascimento, vida e morte” (RÜDIGER, 2003, p.23).

Rüdiger conta também que, inicialmente, foram as forças políticas que proporcionaram o desenvolvimento das primeiras oficinas tipográficas gaúchas, pois pretendiam divulgar seus interesses, porém logo o número de tipografias proliferou no estado e elas começaram a publicar seus próprios veículos, decidindo por conta própria para quais forças políticas irão dispor o seu trabalho (RÜDIGER, 2003, p.23). O autor afirma que, na metade do século XIX, era forte “a presença cultural e intelectual da classe tipográfica”; em 1870, “a categoria começou a se organizar como segmento assalariado, fundando a Sociedade Tipográfica, em Porto Alegre” (RÜDIGER, 2003, p.25). No entanto, Rüdiger pondera que o sucesso dos empreendimentos tipográficos dependia diretamente “de suas ligações com a práxis política, a ponto de haver uma confusão entre esta e a publicação de periódicos” (RÜDIGER, 2003, p.27).

“Os tipógrafos não tinham residência fixa, mudavam-se (...) criando jornais uns em seguida dos outros, sem orientação política predefinida, ditada apenas pelas circunstâncias do

momento e as oportunidades de negócio. (...) As raízes do jornalismo rio-grandense estão ligadas a homens como esses, que souberam compreender a demanda das facções políticas por meios de difusão e propaganda para desenvolverem o negócio da publicação de jornais e periódicos. Porém, (...) convém chamá-los de jornalistas com ressalvas.” (RÜDIGER, 2003, p.20 e 21).

Francisco Rüdiger demonstra que não é possível taxar esses profissionais de verdadeiros jornalistas porque eles eram, principalmente, diretores de periódicos, que não raro misturavam sua atividade editorial com a prestação de ofícios tipográficos, sem manterem um compromisso real quanto ao conteúdo de suas publicações (RÜDIGER, 2003, p.28). “A redação, no sentido moderno, era desconhecida” – nem mesmo termo *jornalista* era algo muito definido ou de domínio público – “o jornalismo ainda não havia formado, portanto, seu próprio conceito, confundindo-se com a noção de literatura pública, de finalidade moral e política” (RÜDIGER, 2003, p.28 e 29).

A partir dos anos 1860, a tendência partidária que já estava presente na imprensa gaúcha firma seu poder. Muitos tipógrafos conseguiram cargos políticos, e o próprio fato de ser proprietário de um jornal passou a se tornar um meio de ascender politicamente, conforme conta Rüdiger. “Os partidos encarregaram-se de montar suas próprias empresas e lançar periódicos pelos quais assumiam inteira responsabilidade. Nesse contexto, surgiram as redações, os jornais começaram a ter uma organização editorial e se consolidava a racionalidade em seu funcionamento” (RÜDIGER, 2003, p.35).

É nesse período que começa a surgir o conceito de um jornalismo enquanto atividade profissional reconhecida socialmente, mesmo que concebida priorizando a formação doutrinária da opinião pública ao invés da informação por si só (RÜDIGER,

2003, p.36). Esse momento coincide com uma fase de crescimento da economia e da população brasileira, e também com o desenvolvimento das tecnologias gráficas, que haviam se desenvolvido a partir da Revolução Industrial. Tudo isso explica os avanços apresentadas pela imprensa gaúcha da época:

“Os jornais foram aos poucos perdendo seu caráter artesanal e passando à fase da manufatura, baseada na tecnologia da máquina a vapor, com conseqüente melhorias na qualidade gráfica. As tiragens aumentaram e muito, passando à média de 2 mil exemplares, e o próprio formato adquiriu as dimensões do moderno jornal *standard*. Os serviços de correio e a melhorias nas estradas permitiram, por sua vez, uma distribuição maior e mais eficiente dos jornais” (RÜDIGER, 2003, p.37 e 38).

Apesar da quantidade de publicações em circulação no estado ser crescente, de acordo com Rüdiger, a atividade jornalística ainda era precária e limitada pelo baixo número de leitores alfabetizados; as despesas para a sobrevivência de um veículo eram altas e os jornais sobreviviam apenas dos seus assinantes, pois os recursos que provinham dos anúncios ainda eram poucos. Mas, nesse momento, “a manutenção dos periódicos não constituía um problema financeiro, mas um problema político. O lançamento dos jornais não visava o lucro mercantil, mas à doutrinação da opinião pública” (RÜDIGER, 2003, p.39).

Um episódio em que a imprensa demonstrou sua extrema importância foi a abolição da escravidão no Brasil no fim do século XIX; dezenas de veículos se envolveram nessa discussão pública que tomou conta do país, “mas, é em Pernambuco, Bahia, Minas, Rio Grande do Sul e particularmente no Rio e São Paulo que o jornalismo

mais influi [no abolicionismo]” (BAHIA, 1990, p.113). De acordo com Francisco Rüdiger, a campanha abolicionista começou, inclusive, criticando a atuação dos principais jornais da época – o autor cita uma passagem interessantíssima de um texto publicado em 30 de junho de 1881 pelo jornal pelotense *A Voz do Escravo*, veículo “que esteve na vanguarda do movimento abolicionista”:

“Compra e venda de escravos, fuga de escravos, barbaridades cometidas contra escravos, eis os artigos ou anúncios que ocupam quase sempre um lugar de destaque em nosso jornalismo; entretanto, é pelo jornalismo que se conhece o adiantamento moral de um povo” (In: RÜDIGER, 2003, p.39 e 40).

Com o avanço da década de 1880, os jornais mais noticiosos também passaram a levantar essa bandeira, chegando ao ponto de competirem pelo pioneirismo do movimento, polêmica que envolveu o *Jornal do Commercio* e *O Mercantil*, este último criou até uma *caixa libertadora*, para angariar fundos para as alforrias, modelo copiado em vários pontos do estado (RÜDIGER, 2003, p.40). Segundo esse autor, os jornais “foram responsáveis em grande parte pela massa de alforrias verificada em 1884” no Rio Grande do Sul:

“A *Gazeta de Alegrete*, a *Gazeta Pedritense* e diversos outros jornais liberais fundaram clubes de emancipação, levantando fundos e movendo campanhas de alforria através de suas colunas. Em Porto Alegre, *O Século*, folha ilustrada de grande receptividade pública, promoveu e organizou a quermesse que

libertou a escravaria da capital, em 1884” (RÜDIGER, 2003, p.41).

1884 também foi o ano em que surgiu em Porto Alegre o jornal *A Federação*, que, para Rüdiger, “resumiu de fato o modelo jornalístico político-partidário vigente no Rio Grande do Sul até o Estado Novo” (RÜDIGER, 2003, p.43). Esse veículo foi criado pelos membros do Partido Republicano Rio-Grandense e sua direção ficou a cargo de Júlio de Castilhos até 1889; não por acaso, ele foi decisivo para as articulações partidárias do movimento republicano gaúcho, durante uma época em que as comunicações ainda eram difíceis (RÜDIGER, 2003, p.43 e 44). Durante a Revolução Federalista de 1893, movimento que tentou derrubar Júlio de Castilhos, “o governo fechou 10 jornais oposicionistas e diversos jornalistas tiveram de se exilar” (RÜDIGER, 2003, p.48). Enquanto isso, *A Federação* noticiava no dia 27 de março de 1894:

“Quanto mais a peste assolava certa zona da consciência pública, maiores eram nossos esforços em conservar arejado, higiênico o ambiente político, removendo todos os focos de infecção, ora pelo trabalho na imprensa, ora pela ação policial, sempre em último caso empregada” (In: RÜDIGER, 2003, p.49).

A Federação só deixou de circular em 1937, por causa de um ato oficial baixado pelo regime autoritário do Estado Novo (RÜDIGER, 2003, p.45). Porém, ela foi gradualmente perdendo a gigantesca relevância que tinha nos tempos áureos: dos 12 mil exemplares que chegou a imprimir diariamente na década de 1920, passou a imprimir só 5 mil na década seguinte (RÜDIGER, 2003, p.55).

Na verdade, o jornalismo político-partidário gaúcho, marcadamente representado por *A Federação*, começou a perder o fôlego desde a virada do século XIX para o XX. De acordo com Rüdiger, o derradeiro veículo representante dessa imprensa foi *O Estado do Rio Grande* (1929-1961), jornal do Partido Libertador (RÜDIGER, 2003, p.53), porém esse modelo hegemônico não passou do Estado Novo.

Rüdiger conta que foram vários os fatores para esse processo: em primeiro lugar, após a 1ª Guerra Mundial, uma crise econômica elevou bastante o custo dos materiais de impressão e restringiu a importação de matérias-primas e equipamentos – o que abalou muito os jornais gaúchos, forçando-os a subirem seus preços, diminuir sua periodicidade de publicação, e, principalmente, reduzirem as suas tiragens. Mas ao mesmo tempo, a própria sociedade estava se reestruturando a partir de um maior número de leitores que traziam novas expectativas culturais, “o público estava se diversificando, colocando demandas por padrões gráficos e editoriais” que o jornalismo político-partidário já não era capaz de suprir (RÜDIGER, 2003, p.55). A repressão ditatorial do Estado Novo de Vargas foi o que acabou de vez com essa tendência da imprensa gaúcha: “Porém, o autoritarismo do regime apenas deu o golpe mortal nesse jornalismo, na medida em que há muito ele vinha perdendo seu significado no campo social” (RÜDIGER, 2003, p.56 e 58).

Outro fator que foi decisivo para o declínio da imprensa partidária gaúcha foi o surgimento, em 1895, do jornal porto-alegrense *Correio do Povo*, que nasceu propondo-se a representar um padrão jornalístico moderno, muito mais informativo do que doutrinário, confrontando de forma vanguardista o modelo hegemônico da época. Por ser o foco da análise deste trabalho, é importante nos determos agora especificamente na trajetória desse jornal tão significativo para a história da imprensa gaúcha.

3.2. Glória e queda do *Correio do Povo*

O *Correio do Povo* é um jornal que nasceu justamente em um período de transição da imprensa nacional, quando, pela primeira vez, começaram a surgir os grandes veículos de comunicação: “Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função” (SODRÉ, 1977, p.315). De acordo com Juarez Bahia, os jornais e a tipografia haviam se beneficiado muito com o contexto da “eliminação do trabalho escravo, do crescimento econômico que impõe melhores níveis de renda, do trabalho assalariado e da descentralização republicana”, podendo, assim, dar início a um processo de profissionalização e consolidação enquanto indústria (BAHIA, 1990, p.108 e 109).

Em depoimento ao livro “Meio século de *Correio do Povo*”, concedido a José Antonio Pinheiro Machado, Breno Caldas (filho herdeiro do fundador do jornal, o sergipano Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior) expõe as raízes desse veículo que foi comandado por sua família por 89 anos:

“O *Correio do Povo* começou a conquistar o seu espaço no momento em que surgiu, em 1895. Era uma época em que o Rio Grande estava ainda muito conturbado, a Revolução de 1893 mal terminara. Há uma circunstância que é importante assinalar. O meu avô paterno, Francisco Antônio Vieira Caldas, foi uma das vítimas da Revolução de 1893. Ele foi degolado e castrado. Sofreu toda a sorte de sevícias na fortaleza de Nhatomirim, na baía de Florianópolis, (...) ali eles cortavam as vítimas em postas e atiravam por um túnel diretamente ao mar, para os tubarões comerem. O meu avô, pai do meu pai, foi um daqueles

mortos. (...) Então, era de esperar, era natural, que o *Correio do Povo* – que seria fundado logo depois daqueles fatos – surgisse furibundo contra a situação (...) Mas isso não aconteceu. O meu pai entendeu de fazer um jornalismo diferente. Quis fundar um jornal moderno, com uma ideia nova de imprensa para a época: (...) que o jornal fosse um veículo imparcial... quer dizer, imparcial o mais possível, subordinado às circunstâncias, porque a vida está sempre subordinada às circunstâncias. Nós procuramos depois – os que sucederam o meu pai na direção do jornal – obedecer a essa orientação jornalística. E acho que conseguimos” (CALDAS, 1987, p.21).

De acordo com a pesquisa de Francisco Rüdiger, o *Correio do Povo* foi o primeiro jornal gaúcho a se assumir enquanto empreendimento com finalidade lucrativa explícita, “cujos rendimentos eram reinvestidos capitalisticamente no próprio negócio”, dessa forma, foi o veículo que abriu caminho para que uma imprensa mais informativa que doutrinária constituísse “um novo regime jornalístico no Rio Grande do Sul” (RÜDIGER, 2003, p.72). A partir daí, a tendência era que se amainassem as relações entre os jornais e os grupos políticos do estado; cada vez mais, os rumos da atividade jornalística estariam sendo regidos pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil e os jornais foram adotando “padrões de organização empresarial como meio de sobrevivência” (RÜDIGER, 2003, p.75).

O relato de Breno Caldas é muito relevante, apesar de um tanto ufanista: “Numa época em que os jornais serviam a facções e partidos, o *Correio do Povo* surgiu se propondo a servir ao leitor. Naquele primeiro editorial que o meu pai escreveu, no número de estreia, está antecipada a fisionomia que o *Correio* teria. Um jornal equidistante e equilibrado” (CALDAS, 1987, p.22). A primeira edição do jornal foi

publicada no dia 1º de outubro de 1895, e de fato é interessante observarmos um trecho do seu editorial inaugural que explica qual era o seu objetivo declarado:

“Como seu título indica, será uma folha essencialmente popular, pugnando pelas boas causas e proporcionando aos seus leitores informações detalhadas sobre tudo quanto há diariamente ocorrendo no desenvolvimento do nosso meio social e nos domínios da alta administração pública do Estado e do País. Este jornal vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma única facção” (In: RÜDIGER, 2003, p.77).

Francisco Rüdiger relativiza o pioneirismo do *Correio do Povo* enquanto representante de uma imprensa gaúcha menos partidária, como defende Breno Caldas, pois “nessa época mesma surgiram diversas folhas com semelhantes propostas e linha editorial” (RÜDIGER, 2003, p.78). Para Rüdiger, o sucesso do *Correio do Povo*, que logo se tornou o maior jornal gaúcho, se explica muito mais pela postura empresarial do seu proprietário do que pelo conteúdo editorial impresso diariamente: “Caldas percebeu as transformações sociais e culturais em curso, respondendo aos estímulos do mercado de jornais com sucessivos investimentos na estrutura tecnológica e administrativa de sua folha” (RÜDIGER, 2003, p.78).

Esse mesmo autor conta que Caldas Júnior estruturou sua companhia “em termos familiares”, porém nunca ignorando os valores jornalísticos na administração do seu veículo. O proprietário realizou sucessivas melhorias em suas oficinas tipográficas visando a diminuição do custo total e o crescimento da produtividade; devido a isso, a impressão do *Correio do Povo* se equiparava aos padrões gráficos mais modernos do

Brasil de então. Em 1910, Caldas Júnior montou a primeira impressora rotativa do Rio Grande do Sul, e, em seguida, montou também as primeiras quatro linotipos do estado. Esse investimento tecnológico possibilitou que a tiragem do jornal passasse dos mil exemplares de 1895 para 10 mil exemplares diários em 1910, e assim o *Correio do Povo* conquistou rapidamente a hegemonia no mercado de jornais gaúchos (RÜDIGER, 2003, p79).

“Em 1895, 20 contos de réis haviam permitido a criação da folha. Trinta e cinco anos após, ele valia cerca de 1.500. A redução dos custos permitiu um notável acréscimo nos pequenos anúncios, trazendo um conseqüente aumento de vendas, que criou os leitores para os grandes anunciantes. Em 1920, a tiragem do jornal chegou à casa dos 20 mil exemplares” (RÜDIGER, 2003, p.79).

Apesar do inegável sucesso de vendas, houve um momento de incerteza quanto ao futuro do jornal. No dia 9 de abril de 1913, seu fundador, Francisco Antonio Vieira Caldas Junior, faleceu subitamente com apenas 44 anos, deixando uma empresa complexa e um mar de dívidas para sua viúva Dolores Alcaraz Caldas, que tinha acabado de ter a terceira filha do casal. Breno Caldas só tinha dois anos nessa época, mas ele conta que sua mãe assumiu o jornal sem ter nenhum conhecimento de como o veículo funcionava ou no que consistia a sua administração, pois, para ela, “não havia outra maneira de sobreviver senão procurar preservar o *Correio do Povo* e criar os filhos” (CALDAS, 1987, p.93).

A situação de Dolores era difícil, pois, pouco logo antes de morrer, Caldas Júnior havia gastado muito com as melhorias gráficas do jornal, além de ter se envolvido em outros problemas financeiros:

“Meu pai tinha grandes débitos no Banco da Província. Mas não tinha um só documento assinado (...) Quando ele morreu, fizeram as contas e verificaram que o Caldas estava devendo (...) uma fortuna para a época. (...) O Caldas tirava dinheiro no Banco da Província até por telefone. (...) Ele tinha atravessado uma fase difícil no jornal, ali por 1909, numa época em que o *Correio do Povo* fez uma campanha denunciando algumas manobras feitas na Companhia Carris. Com isso, contrariou interesses muito grandes e o jornal foi atingido economicamente, inclusive, por causa dessas denúncias” (CALDAS, 1987, p.96 e 97).

Enquanto Breno crescia, sua mãe se mantinha como proprietária do negócio, apesar de quase nunca frequentar a sede do veículo. Quando tinha 18 anos de idade, em 1929, Breno Caldas ingressou na redação do jornal; e, em 1935, ele assumiu a diretoria do *Correio do Povo*, cargo que ocupou por 49 anos de sua vida (CALDAS, 1987, p.22). Segundo ele: “A disputa pelo poder no *Correio do Povo* só deixou de existir mesmo quando eu assumi. Eu era o poder maior e ninguém contestava. Pelo menos durante muitos anos foi assim” (CALDAS, 1987, p.102).

Francisco Rüdiger nos recorda que nem mesmo esse novo jornalismo industrial e informativo que se apresenta a partir do século XX no Rio Grande do Sul deixa de ser dotado de um forte cunho político. “A nova empresa jornalística é uma agência política que apenas não expõe seu nome. O *Correio do Povo* (...) nunca foi um jornal apolítico,

(...) por exemplo, apoiou abertamente a chapa Getúlio - João Pessoa em 1929” (RÜDIGER, 2003, p.85). Breno Caldas revela que o *Correio do Povo* foi até um dos patrocinadores da Revolução de 1930: “Pagamos viagens, despesas dos revoltosos... Por causa desses gastos, os anos 1929 e 1930 aparecem como os únicos em que fechamos o ano em vermelho, até os tempos mais recentes” (CALDAS, 1987, p.106 e 107).

Outro exemplo do forte envolvimento político do *Correio do Povo* é trazido por Rüdiger, que conta que, na década de 1930, Breno Caldas havia decidido apoiar “o projeto varguista de desenvolvimento capitalista para o país”, de forma contrária aos interesses do governador gaúcho Flores da Cunha. Logo, o jornal passou a publicar “uma série de notícias e reportagens negativas sobre o governo” estadual; ao que Flores da Cunha reagiu prontamente proibindo a distribuição do *Correio do Povo* pela via férrea e promovendo uma campanha de devolução de assinaturas dentre os membros do Partido Republicano Liberal: “Além disso, mandou cortar a publicação de anúncios e atos oficiais no jornal, através de medida que incluía as prefeituras” (RÜDIGER, 2003, p.85).

Sobre o seu relacionamento com o governador Flores da Cunha, Breno Caldas dá um depoimento que, apesar de ligeiramente extenso, creio ser bastante ilustrativo através de sua teatralidade:

“Um dos enfrentamentos difíceis que eu tive, na década de 30, depois que assumi a direção do *Correio*, foi com o general Flores da Cunha, na época governador do estado. O meu cunhado Plínio Brasil Milano (...) era adepto de Flores, que então mandava no Rio Grande. Certa vez, o Plínio insistiu muito para que eu fosse conversar com o general... Mas eu não queria: ‘Não vou falar com ele, não tenho nenhum assunto a tratar’ (...), concordei em ir ao Palácio para fazer a vontade do

Plínio. Chegamos ao gabinete, o Flores estava fardado de general. Foi me dizendo logo, de forma provocativa, falando bem marcado, como gaúcho da campanha: ‘Como é que vai este jornalista o-po-si-cio-nis-ta?’ Eu respondi no mesmo tom: ‘E esse governador, como é que vai? Meio *malito*, não?’ (...) Flores estava às vésperas de cair. Quando eu falei que ele estava *malito*, se enfureceu: ‘Sim, *malito* pelas tuas intrigas! Pela situação que tu e teus comparsas me criaram!’ Começou a me fazer acusações aos berros e explodiu, por fim: ‘E tu, fica sabendo que eu te meto na cadeia!’ (...) Me deu um troço, me levantei indignado e disse a ele com energia: ‘Eu não vim aqui para ouvir os seus desaforos! Eu vim aqui só porque o meu cunhado, que está aqui, me pediu. Eu não devo nada ao senhor! Pelo contrário. O senhor é que sempre nos tratou de uma maneira hostil. Nos perseguiu, espancou os nossos jornalistas. O senhor deportou o nosso diretor e vários dos nossos redatores. O senhor proibiu o *Correio do Povo* de circular na viação férrea (...) Pois, então, me prenda, general! Eu quero sair preso daqui hoje!’ Aí ele ficou subitamente calmo, me pegou pelo braço e disse: ‘Vem cá, senta aqui. Eu não vou fazer isso contigo. Tu sabes a consideração que a tua mãe merece. Eu vou te dar um cavalo. Tem aquele tordilho, o Harmonia, que eu sei que tu gostas. Pois eu vou te dar o Harmonia!’ Fiquei desconcertado. Agradei, disse que não aceitava o cavalo, só queria que ele nos deixasse em paz, me despedi e fui embora” (CALDAS, 1987, p.117, 118 e 119).

Outro episódio sobre a relação do *Correio do Povo* com a política de oposição a Flores da Cunha é contado por Francisco Rüdiger. O autor lembra que Breno Caldas lançou, em 1936, um jornal vespertino, em formato tablóide, chamado *Folha da Tarde*. Nessa ocasião, a empresa investiu uma soma elevada de recursos para proporcionar aos seus veículos os primeiros serviços de teletipo a serem utilizados em Porto Alegre. “A

Caldas Júnior, tendo tomado, como empresa, o partido do varguismo, aproveitou a capacidade ociosa de suas novas máquinas e as circunstâncias políticas para lançar um vespertino independente capaz de conquistar este segmento do mercado” (RÜDIGER, 2003, 82 e 83).

Quando Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, em 1937, a censura institucionalizada retorna à realidade da atividade jornalística, abafando a liberdade de pensamento, o que influenciou em toda a imprensa brasileira; como bem recorda Nelson Sodré, “a caricatura, para só mencionar um aspecto da situação, entrou em decadência; não poderia sobreviver em tal clima” (SODRÉ, 1977, p.440). Francisco Rüdiger comenta que o fato do regime de Vargas ter proibido a existência dos partidos e de seus órgãos de imprensa forçou os jornais políticos que desejavam sobreviver a se transformarem em veículos puramente noticiosos, assim, “houve a consolidação do novo regime jornalístico, mas também a consagração da hegemonia do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias* na imprensa do Rio Grande do Sul” (RÜDIGER, 2003, p.89).

O *Diário de Notícias* era um jornal porto-alegrense nascido em 1925 que o principal empresário do jornalismo brasileiro daquele momento, Assis Chateaubriand, havia comprado em 1930. Rüdiger conta que a melhor fase desse veículo durou até os anos 1950 – durante 20 anos, ele realmente concorreu com o *Correio do Povo* “na vanguarda do jornalismo do Rio Grande do Sul”, empregando “uma política mercadológica moderna, criando suplementos editoriais específicos e promovendo eventos sociais como bailes e concursos” (RÜDIGER, 2003, p.100). Em 1943, Chateaubriand comprou também a Rádio Farroupilha, que passou a transmitir seu *jornal-falado* noturno diretamente da redação do *Diário de Notícias*; e “na década de 50, o jornalismo radiofônico ainda era comandado pela Farroupilha” (RÜDIGER, 2003, p.101 e 102).

Os Diários Associados estavam fazendo sucesso por aqui; mas quando Getúlio Vargas se suicidou, em 1954, a população porto-alegrense lembrou-se imediatamente da campanha antivarguista que o *Diário de Notícias* publicava e, com os ânimos exaltados pela morte de seu líder, destruíram toda sede do jornal de Chateaubriand (RÜDIGER, 2003, p.103). O veículo voltou a circular após um ano, inclusive um dos seus diretores, Say Marques, foi quem idealizou a Feira do Livro de Porto Alegre, criada em 1955. Porém, Rüdiger conta que o *Diário de Notícias* foi decaindo, até que deixou de ser publicado em 1979. E, segundo o autor, quem mais se beneficiou com o abalo dos Diários Associados em Porto Alegre foi a Caldas Júnior, pois, com isso, “seus jornais tornaram-se os principais do estado”, alcançando o que seria o auge de toda a sua trajetória:

“O *Correio do Povo*, que tirava 50 mil exemplares diários em 1950, viu suas tiragens crescerem à razão de mil por ano até meados de 1970. A *Folha da Tarde* seguiu a mesma trajetória ascendente, passando a tirar uma edição esportiva que daria origem a um jornal, a *Folha da Manhã*, em 1969. A Caldas Júnior era então a sétima maior empresa do ramo em todo o país, dominando sem concorrente real o mercado dos jornais do Rio Grande do Sul” (RÜDIGER, 2003, p.103).

Breno Caldas revela que, quando assumiu a direção do *Correio do Povo* aos 25 anos, em 1935, sua mãe havia lhe dado 30% das ações do jornal e ficado com os 70% restantes; em um segundo momento, sua mãe ficou só com 25%, dividindo igualmente os outros 45% entre Breno e suas irmãs Ruth e Lúcia – assim, Breno ficou com 45% para si. Quando Dolores Alcaraz Caldas morreu, em 1957, Breno passou a ter a maior

parte das ações do *Correio do Povo*: “Isso foi montando desde o início para que eu ficasse com o controle da empresa” (CALDAS, 1987, p.128).

Não por coincidência, 1957 também é o ano em que a Caldas Júnior decide expandir o seu grupo de comunicação para a área da radiodifusão fundando a Rádio Guaíba. “Essa emissora rapidamente tomou a dianteira dos concorrentes na área do jornalismo, passando a investir maciçamente em coberturas esportivas e programas noticiosos regulares, que criaram fama e estilo no radiojornalismo do Rio Grande do Sul” (RÜDIGER, 2003, p.103 e 104).

Os anos 1960 e a primeira parte dos anos 1970 foram de uma estabilidade aparentemente eterna para a Caldas Júnior; Breno Caldas havia sido considerado o 6º homem mais rico do Brasil em 1969 e, em 1972, o *Correio do Povo* era o jornal brasileiro mais rentável e o 6º em lucro líquido (CALDAS, 1987, p.8 e 12). O *Correio do Povo* tinha 93 mil assinantes (CALDAS, 1987, p.46), porém, a fase áurea da Caldas Júnior estava com os dias contados. Um marco decisivo para a sua decadência foi a questionável criação da TV Guaíba, em 1979:

“Um dos males... hoje eu posso falar com segurança, foi o gigantismo. Algumas coisas que não precisavam ser feitas, foram feitas com custos altíssimos. A TV Guaíba foi uma delas. A TV desequilibrou a empresa. (...) Lembro até que ocorreu um problema de prazo com a concessão para o nosso canal de TV. (...) Eu estava com medo de entrar no negócio. (...) Hesitava muito. E aí o presidente Médici me disse: ‘Vai em frente! A TV Guaíba vai dar certo!’ (...) No Ministério das Comunicações, arrumaram uma interpretação da lei para que nós pudéssemos recuperar a concessão da TV (...) [Porém,] eu tinha uma ideia superficial, completamente errada sobre o assunto. Em primeiro lugar, eu achava que televisão era uma estação de rádio com

imagem, e não tem nada a ver com isso! (...) Para começar, TV é muitíssimo mais caro...” (CALDAS, 1987, p.29, 30 e 31).

De acordo com Francisco Rüdiger, a Caldas Júnior enfrentou mais dificuldades financeiras a partir desse momento mais por causa de uma gestão empresarial ultrapassada do que pelo fato de instalar tardiamente um canal de televisão ao mesmo tempo em que renovava o parque gráfico dos seus jornais (RÜDIGER, 2003, p.109). Na mesma época em que implantou a TV Guaíba, Breno Caldas construiu prédios e substituiu todo seu maquinário de impressão, ou seja, “eram investimentos gigantescos na TV e nos jornais: com isso, nós nos descapitalizamos” (CALDAS, 1987, p.32).

Já em 1982, a *Zero Hora*, criada em 1964, “tornou-se não só a folha de maior venda avulsa no estado, mas a maior em tiragem, batendo o *Correio do Povo*” (RÜDIGER, 2003, p.109). Em 1980, a Caldas Júnior havia suspenso a circulação da *Folha da Manhã* e, em 1984, também parou de publicar a *Folha da Tarde* “quando houve o triste episódio do fechamento do *Correio do Povo*” (RÜDIGER, 2003, p.110). Breno Caldas conta que as dívidas acumuladas nesse período somavam “muitos milhões de dólares”: “Foi um inferno... que durou mais ou menos de 1980 até maio do ano passado [1986], quando concluí a transferência das empresas. (...) Pessoalmente, eu era um homem rico, não devia nada a ninguém. Perdi 90% do meu patrimônio tentando sustentar o *Correio do Povo!*” (CALDAS, 1987, p.49 e 50).

Torrando suas finanças e acumulando dívidas, Breno Caldas teve sorte de conseguir passar toda a Caldas Júnior para o empresário Renato Ribeiro:

“O que apareceu como salvação foi esse interesse do Renato Ribeiro. (...) Eu fui quem menos ganhou. Entreguei tudo, os jornais, as rádios AM e FM e a TV, os prédios, as instalações...

pela dívida. Ele ficou com tudo, inclusive com um crédito de 54 bilhões de cruzeiros que eu tinha nas empresas. (...) No momento em que transferi a empresa, me desvinculei completamente, considerei encerrada a minha missão, achei que meu tempo estava terminado. Até escrevi mais ou menos isso numa nota que publiquei quando o *Correio* voltou a circular sob a nova administração” (CALDAS, 1987, p.60, 61 e 62).

Após um intervalo de dois anos, em 1986, o jornal começou a ser publicado novamente, porém apresentando o formato de tablóide que ostenta até hoje. Rüdiger afirma que, nesse momento, o *Correio do Povo* revolucionou o marketing da imprensa gaúcha começando a distribuir seu jornal a domicílio, cobrando uma pequena taxa por isso: “A Caldas Júnior perdera a pujança que a havia tornado uma lenda jornalística, mas conseguira fazer sobreviver o *Correio do Povo*, recorrendo a uma fórmula barata mas inteligente, que conferiu à sua folha a marca muito expressiva – numericamente – de 200 mil assinantes em 1995” (RÜDIGER, 2003, p.110).

Renato Ribeiro manteve o controle sobre os veículos da Caldas Júnior de 1986 até 2007, quando resolveu vender as rádios Guaíba AM e Guaíba FM, a TV Guaíba e o jornal *Correio do Povo* para a Central Record de Comunicação, conglomerado midiático liderado por Edir Macedo, criador da multimilionária neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus. Talvez a cobertura mais completa sobre essa inusitada transação comercial tenha sido feita pelo site gaúcho Coletiva.net. No dia 21 de fevereiro de 2007, ele publicou a notícia “Rádios e TV Guaíba foram vendidas para a Igreja Universal”, texto que chegava a especular que “o negócio foi da ordem de R\$ 100 milhões” (http://coletiva.net/site/noticia_detalhe.php?idNoticia=19182). No mês seguinte, no dia 12 de março, o Coletiva.net publicou duas notícias curtas sobre o caso, reproduzidas aqui na íntegra:

“Em reunião realizada na tarde de hoje, o diretor da Empresa Jornalística Caldas Júnior, Carlos Ribeiro, comunicou oficialmente aos editores do *Correio do Povo* que o jornal também foi vendido para a Igreja Universal, proprietária da Rede Record. Apesar do negócio só ter sido fechado recentemente, ele integra o pacote pelo qual as emissoras de rádio e televisão Guaíba passam a pertencer ao grupo paulista. Agora pouco, a redação do *Correio do Povo* foi informada da transação e de que tudo continua igual até segunda ordem” (In: Coletiva.net, “*Correio do Povo* também foi vendido”, http://coletiva.net/site/noticia_detalhe.php?idNoticia=19460).

“O diretor da Empresa Jornalística Caldas Júnior, Carlos Ribeiro, contou a Coletiva.net que não foi definida ainda nenhuma data para a Igreja Universal assumir o *Correio do Povo*. Nesta tarde, foi anunciado para a redação que o jornal também irá integrar o pacote de veículos vendidos para a proprietária da Rede Record, junto com as rádios AM e FM e a TV Guaíba, Canal 2. ‘Tudo já noticiado no Coletiva.net, não há nada além disso’, disse Carlos Ribeiro. O valor da transação não foi divulgado, mas sabe-se que as duas unidades de reimpressão do *Correio do Povo* no interior também estão no negócio. Além de Porto Alegre, o jornal é rodado em Carazinho e em São Sepé” (In: Coletiva.net, “Não há data definida para Universal assumir *Correio do Povo*”, http://coletiva.net/site/noticia_detalhe.php?idNoticia=19462)

Atualmente, o Grupo Record já está fortemente instalado em Porto Alegre, tanto na redação do *Correio do Povo* quanto nas Rádios Guaíba AM e FM e na TV Record (que substituiu a antiga TV Guaíba). Porém, a situação atual do *Correio do Povo* pouco

condiz com o passado de glórias dessa instituição da imprensa gaúcha. Uma reportagem publicada no dia 10 de novembro de 2010 no blog Chapéu do Sol, cujo título é “Diretor do *Correio do Povo* diz que investimentos estão longe do ideal”, traz a fala de Luiz Grisólio, à época diretor operacional do veículo, afirmando que a soma de R\$ 8 milhões que o *Correio do Povo* havia acabado de investir na compra de uma nova rotativa e na composição dos quadros funcionais da empresa era uma quantia francamente insuficiente. Ainda assim, de acordo com a avaliação de Luiz Grisólio, os novos donos ajudaram a melhorar a qualidade gráfica do *Correio do Povo*: “A parceria estabelecida após a compra do Grupo Record foi um marco para que o projeto gráfico fosse totalmente a cores” (In: <http://chapeudosol.wordpress.com/2010/11/10/diretor-do-correio-do-povo-diz-que-investimentos-estao-longo-do-ideal/>).

Outra reportagem, realizada pela Agência Latino-Americana e Caribenha de Comunicação, e publicada pelo site do Instituto Humanitas Unisinos no dia 20 de abril de 2012, traz um título bombástico: “Record quer se desfazer do jornal *Correio do Povo*, afirma sindicato”. Esse texto aborda a atual instabilidade profissional observada no jornal mais antigo da imprensa gaúcha, com seus 117 anos de idade: “As contratações estão suspensas e a cada mês o Sindicato [dos Jornalistas do Rio Grande do Sul] registra demissões, voluntárias ou determinadas pela empresa, no *Correio do Povo*. De janeiro de 2011 a março de 2012, uma média de três jornalistas por mês se desligaram ou foram desligados da empresa” (In: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/508672-record-quer-se-desfazer-do-jornal-correio-do-povo-afirma-sindicato>). Não há dúvidas de que são tempos difíceis para aquele que foi, durante muito tempo, o maior jornal do Rio Grande do Sul.

4. Técnicas de pesquisa

4.1. Os caminhos da análise de conteúdo

É notória a dificuldade de se realizar estudos que se prestem aos rigores científicos quando os objetos analisados são criações puramente humanas que, como tal, não se restringem à ocorrência previsível e mensurável de eventos: ao contrário, resultam de uma subjetividade intrinsecamente caótica. Laurence Bardin nos lembra que a análise de conteúdo é um conjunto de práticas de estudo que estão em constante aperfeiçoamento (BARDIN, 1991, p.9), pois acompanham as dificuldades pelas quais passam as mais diversas áreas das chamadas ciências humanas. A autora explica que várias técnicas muito diferentes entre si estão incluídas na análise de conteúdo, uma vez que todas elas trabalham com “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” (BARDIN, 1991, p.9).

Em primeiro lugar, é necessário frisar algo evidente, mas que pode ser facilmente esquecido: tanto a análise profunda quanto a interpretação pessoal de textos são práticas tão antigas quanto o surgimento de toda criação iconográfica da humanidade.

“Por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar. A interpretação dos sonhos, (...) a exegese religiosa (em especial a da Bíblia), a explicação crítica de certos textos literários, até mesmo, de práticas tão diferentes como a astrologia ou a psicanálise relevam de um processo hermenêutico” (BARDIN, 1991, p.14).

Bardin traz alguns exemplos do que seriam, de certa forma, “análises de conteúdo prematuras”: como o caso dos luteranos suecos que examinaram cuidadosamente o conteúdo dos hinos religiosos locais por volta de 1640 para observar se eles poderiam ter efeitos malignos sobre as pessoas. Mas a autora esclarece que, enquanto prática sistematizada dentre os estudos acadêmicos, a análise de conteúdo se constituiu nas primeiras quatro décadas do século XX, especialmente nos Estados Unidos, muito em função do rápido desenvolvimento da mídia através de sucessivas inovações tecnológicas nos meios de comunicação em massa (BARDIN, 1991, p.15).

Segundo Bardin, a instituição que inaugurou esse tipo de estudo foi a Escola de Jornalismo da Colúmbia, que começou a analisar com rigor científico os jornais dos Estados Unidos no início do século XX. A partir daí, multiplicou-se o número de pesquisas quantitativas sobre os jornais: “Segue-se a evolução de um órgão de imprensa, mede-se o grau de ‘sensacionalismo’ dos seus artigos, comparam-se os semanários rurais e os diários citadinos” (BARDIN, 1991, p.15).

Além do jornalismo, a propaganda passou a se destacar muito na comunicação de massa norte-americana, especialmente após a 1ª Guerra Mundial. Segundo a autora, o primeiro pesquisador a analisar a imprensa e a publicidade foi H. Lasswell, que começou seus estudos por volta de 1915 (BARDIN, 1991, p.15).

“O *behaviorismo* dita a sua lei nas ciências psicológicas de então nos Estados Unidos. Rejeita a introspecção intuitiva em benefício da psicologia comportamental objetiva. Trata-se de descrever o comportamento enquanto resposta a um estímulo, com um máximo de rigor e cientificidade” (BARDIN, 1991, p.15 e 16).

Durante os anos 1940 e 1950, a análise de conteúdo foi fortemente usada pelas pesquisas das ciências políticas, e “os problemas levantados pela Segunda Guerra Mundial acentuaram o fenômeno” (BARDIN, 1991, p.16). A professora afirma que, metodologicamente, esse período ficou marcado pelas regras de análise criadas por B. Berelson (com ajuda de P. Lazarsfeld), que definiu a análise de conteúdo como sendo uma técnica “que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (In: BARDIN, 1991, p.18 e 19). A autora salienta que essa concepção radicalmente objetiva e quantitativa foi revista, questionada e ampliada pelos estudos seguintes; apesar de que, na França, esse modelo de Berelson foi seguido rigidamente até 1974 (BARDIN, 1991, p.19).

Entre as décadas de 1950 e 1960, primeiramente, há um desinteresse na análise de conteúdo e alguns pesquisadores, como o próprio Berelson, questionam a sua eficácia. Mas nos anos 1950, novas áreas de estudo são atraídas por essas técnicas, que deixam de ser exclusividade do jornalismo, sociologia, psicologia e ciência política e passam a estar presentes em trabalhos de etnologia, história, linguística, psicanálise e psiquiatria. Com isso, se estabelecem novos pilares metodológicos, e muitos pesquisadores se dividem entre as abordagens quantitativas e qualitativas:

“Na análise quantitativa, o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa, é a *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração” (BARDIN, 1991, p.21).

Assim, a objetividade numericamente radical é relativizada; o que não impede que a análise de conteúdo incorpore contribuições da área da estatística. É nesse

momento que o objetivo se torna a *inferência* através de indicadores combinados que possam ser verificados nos objetos das análises (BARDIN, 1991, p.21 e 22).

Dos anos 1960 até 1977, quando Laurence Bardin escreveu a obra “Análise de conteúdo”, a autora afirma que essa técnica foi marcada por três fenômenos principais: uso do computador informático, foco em estudos sobre comunicação não verbal e “inviabilidade de precisão dos trabalhos linguísticos” (BARDIN, 1991, p.22). Nesse período, a informática estava se ampliando e surgiram programas de análises que permitiram apurar contagens por frequência, porém essa não foi a única tendência. Houve também a expansão de campos científicos como a semiologia e a linguística, que, através de seus territórios ainda mal definidos, perturbaram “o movimento relativamente linear da análise de conteúdo” (BARDIN, 1991, p.24 e 25).

Atualmente, a pesquisa acadêmica da área da Comunicação já está mais do que familiarizada com a análise de conteúdo. Creio que a definição dada por Albert Kientz, em “Comunicação de massa”, explica a razão do sucesso da técnica:

“O homem da civilização técnica desencadeou um gigantesco fluxo de comunicações, que se amplia incessantemente, transborda, alastra, atinge as regiões mais remotas, infiltra-se na mais estreita intimidade, ameaça tudo submergir. Para enfrentá-lo e, eventualmente, lograr domesticá-lo, é preciso estar equipado. A análise de conteúdo (...) é uma das mais poderosas alavancas intelectuais de que o homem dispõe atualmente para reforçar sua capacidade de reação pessoal e assegurar seu controle, a menos que prefira explorar os resultados dessas investigações pacíficas para aperfeiçoar e automatizar a ‘usina de emoções’ que produzirá sonhos sob medida” (KIENZ, 1973, p.117).

4.2. Bastidores do estudo

Nesse momento, é fundamental lembrarmos de que o presente trabalho trata-se de um estudo que não tem a pretensão de comparar linearmente a produção jornalística atual com a que era publicada cem anos atrás. Se realmente nos propuséssemos a isso, estaríamos fadados a trabalhar com um intervalo temporal por demais vasto, o que dificultaria muito a realização de uma análise precisa, capaz de discriminar todas as mudanças pelas quais passou o jornalismo praticado pela grande mídia gaúcha durante todo esse tempo.

Meus objetivos aqui são mais restritos. Em primeiro lugar, pretendi levantar a trajetória percorrida pelo gênero da reportagem desde os seus primórdios, considerando-a como um formato textual híbrido entre os campos da literatura e do jornalismo e relacionado à documentação histórica, reflexão que ocupa o primeiro capítulo deste estudo. Outra meta, trabalhada no segundo capítulo teórico, foi remontar como surgiu a imprensa no Brasil, e principalmente no estado do Rio Grande do Sul – dando especial atenção para a história do jornal porto-alegrense *Correio do Povo*.

Por décadas, esse veículo foi o mais importante do estado; esse foi um dos principais motivos pelos quais o escolhi para servir de objeto para a análise prática que realizarei no próximo capítulo e que constitui a terceira meta do presente trabalho. Mas, a bem da verdade, o que primeiro me instigou a fazer essa pesquisa foi a constatação de que esse jornal publica todos os dias uma coluna chamada “Há 100 anos no *Correio do Povo*”, onde pequenos textos daquela época são escolhidos para serem republicados. No meu Trabalho de Conclusão de Curso, eu decidi então observar como eram as reportagens que o *Correio do Povo* publicava em 1912; não deixando de levar em conta o material publicado atualmente.

Há cem anos, não havia editorias que dividissem claramente as páginas do jornal e, ao dar início à etapa de escolha dos objetos de análise, percebi que praticamente não havia reportagens sobre eventos políticos ou econômicos – em geral, eles eram noticiados ou comentados nas colunas e editoriais. Porém, descobri que eram comuns as reportagens sobre fatos extraordinários que aconteciam em Porto Alegre; especialmente suicídios, crimes e acidentes em geral. Optei então por focar meu estudo nas reportagens policiais do *Correio do Povo* (ainda que não houvesse essa categoria definida enquanto editoria em 1912).

A partir daí, me deparei com o desafio de encontrar unidades temáticas que estivessem tão presentes hoje, no início do século XXI, como estavam lá no início do XX. Inicialmente, imaginei que se destacariam temas como roubos ou sequestros; porém, ao folhear o *Correio do Povo* de 1912, vi que a dimensão social da violência em Porto Alegre era completamente diferente. Sequestros eram raríssimos, assim como grandes assaltos a estabelecimentos comerciais. A maior parte dos roubos era de pequenos furtos que eram noticiados em uma coluna chamada “Gatunos e gatunices” – em geral, eram furtos de chapéus, relógios, roupas e outras miudezas que jamais constariam em um jornal atualmente.

Após manusear muitas edições centenárias do *Correio do Povo*, selecionei três reportagens de 1912 que tratam de temas até hoje rotineiros, definindo assim as unidades temáticas da minha análise: 1) *homicídio*, 2) *acidente de carro com mortes* e 3) *incêndio*. A partir do estudo de como eram os textos que abordavam esses três assuntos cem anos atrás, entendo que seja possível inferir algumas conclusões quanto ao método de trabalho dos jornalistas daquela época. Apenas a título de referência, levantei também textos atuais sobre esses três assuntos, a fim de observar como eles são tratados pelo *Correio do Povo* de hoje.

Há algumas últimas considerações a serem feitas nesse capítulo metodológico. A primeira delas é quanto à grafia das matérias: optei por sempre manter a grafia original de 1912; porém, durante o passar de um século, muitos pontos de tinta impressa se desprenderam do papel-jornal, de modo que se tornou impossível ter certeza quanto à exatidão gramática da acentuação das palavras daquela época. Muitos termos eu encontrei com e sem acento – como saber qual caso é erro de revisão ortográfica, fruto da ação do tempo ou a grafia correta de fato? Decidi então que o melhor seria transcrever os textos da maneira mais próxima possível ao material que eu tive acesso – não me fixei na precisão gramática, mas à grafia que encontrei. Por isso, mantive os grifos itálicos e negritos dos textos originais. Entendo que essas são dificuldades naturais de se trabalhar com materiais tão antigos.

Por fim, é preciso ressaltar que a escolha dos meus objetos de análise (e, conseqüentemente, das minhas unidades temáticas) foi totalmente condicionada pelo acervo que está disponível no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, que funciona em Porto Alegre. Lá, não há todas as edições publicadas nos 117 anos de *Correio do Povo*; por exemplo, não há nada dos primeiros 16 anos do jornal, a edição mais antiga do acervo data de 1911. Já a coleção de 1912 começa só no mês de julho, ou seja, eu tive menos da metade do ano para poder selecionar meu material de estudo. Mesmo assim, creio ter encontrado reportagens bastante significativas.

5. Análise de reportagens policiais do *Correio do Povo*

Conforme explicitado no capítulo anterior, desenvolverei minha análise a partir de três unidades temáticas: 1) *homicídio*, 2) *acidente de carro com mortes* e 3) *incêndio*. Em primeiro lugar, vejamos como o *Correio do Povo* reportava um caso de homicídio em 1912:

“Uma scena de sangue

-

Facada mortal

-

FUGA DO CRIMINOSO

Á rua Bôa Vista, no Parthenon, desenrolou-se hontem á noite, uma scena de sangue, de que foi victima um jornalista.

Em uma avenida, situada aos fundos do portão n. 8 A, da rua Bôa Vista, existe um grupo de casinhas de madeira, contiguas umas ás outras, e de propriedade do sr. Joaquim de Almeida, morador em S. João.

Esses casebres são sublocados por Luiz Romeu, mais conhecido por “Luiz Peixeiro”, que habita uma dellas.

Nas outras, residem diversos operarios, o jornalista Julio Rodrigues de Castro e sua esposa e a mulher de nome Antonia Pinto.

O vizindario viveu sempre em perfeita harmonia, até que, ultimamente surgiram desavenças, que originaram a morte de um dos moradores.

Ante-hontem, ao escurecer, Julio Rodrigues da Costa, ao regressar, do seu trabalho, para casa, entrou em vários armazens do Parthenon, tendo libado com alguns conhecidos.

Um pouco alcoolizado, o jornaleiro, ao entrar em casa, principiou a dirigir dichotes á sua vizinha Antonia Pinto, que se achava á janella.

Incomodando-se com os brinquedos de Rodrigues da Costa, Antonia saiu de sua casa e dirigiu-se á de Luiz Romeu, a quem deu queixa do procedimento do seu vizinho.

Em vista disso, “Luiz Peixeiro” resolveu dar uma lição ao locatario, e hontem, pela manhã, foi á residencia de Rodrigues verberando o seu procedimento e ameaçando-o de espancal-o.

O pobre jornaleiro, que, por se achar embriagado na noite anterior, já não se lembrava do que fizera á vizinha, nada lhe respondeu.

Seu silêncio irritou os nervos do sublocador dos casebres, o qual tentou agredil-o, sendo, porém, subjugado.

Á tarde, Rodrigues, quando voltava do seu trabalho, temeu nova aggressão, por parte de Luiz Romeu, tendo, por isso, comparecido ao 2º posto policial, onde se queixou ao auxiliar Ernestino Rosa de estar ameaçado.

Deante disso, o auxiliar Ernestino determinou que o inspector municipal Diogenes Claussen acompanhasse o queixoso a até á sua residencia, que foi feito, tendo Rodrigues entrado em casa, e fechado com uma tranca de ferro, a porta principal.

Depois de ter jantado, Rodrigues, em companhia de sua esposa, encaminhou-se para a sala principal do prédio, a qual dá para a rua, e ali se conservou, durante muito tempo, palestrando com a companheira.

Luiz Romeu, porém, já havia premeditado nova agressão contra o inquilino, e, às 8 1/2 horas da noite, saiu de sua casa, armado com uma faca, e encaminhou-se para o casebre onde morava o seu desaffectedo.

Ao passar pela casa de Antonia Pinto, viu-a á janella e disse-lhe que ia brigar com Rodrigues.

Antonia, temendo que se desenrolasse alguma triste scena, vendo o sublocador disposto á lucta, pediu-lhe que tal não fizesse, soltando a seguinte phrase:

“Pelo amôr de Deus, não faça isso”.

“Peixeiro” a nada attendeu, e, ao emfrentar a casa de Rodrigues, vibrou successivos empurrões contra a porta principal, conseguindo arrombal-a, apesar de estar ella trancada com pesada barra de ferro.

Entrando na sala, Luiz Romeu encontrou Rodrigues na sua frente, e num gesto brusco e rapido, sem nada dizer, sacou da faca que trazia á cintura e vibrou certo golpe na base do pulmão direito do seu desaffectedo, que caiu ao sólo, já cadáver.

Em seguida ao delicto, o assassino retirou-se e quando se achava na rua, vendo ainda Antonia á janella disse-lhe:

“Matei o homem!”

Dita essa phrase, o criminoso voltou á casa da victima, afim de agarrar o chapéo que deixára cair no momento do crime, cerrou uma das folhas da porta e saiu, ligeiro, pela rua dos Principes afora, não sendo mais encontrado.

-

A esposa da victima, que se achava na sala, ao ver o marido cair ao solo, já morto, foi acometida de forte crise nervosa, e, nesse estado, saiu ella para a rua gritar por socorro.

Alguns vizinhos accudiram logo, e, como nada tivessem a fazer, limitaram-se a communicar a occorrença ao 2º posto policial.

Compareceram, promptamente, o auxiliar Ernestino Rosa e o enfermeiro Paulino Guerra, que tomaram as devidas providencias, dando conhecimento do crime á policia judiciaria.

Os drs. Pitta Pinheiro, medico legista da policia, e Oswaldo Vergara, delegado judiciario do 2º districto, compareceram ao local.

O medico da policia procedeu a exame cadaverico, verificando que o corpo apresentava um ferimento na base do pulmão direito, com abundante hemorragia.

Em seguida, no carro da Assistencia Publica Municipal, o cadaver foi transportado, ás 11 horas, para o necroterio da Chefatura de Policia, afim de ser, hoje, á tarde, autopsiado, sendo, depois, dado á sepultura.

-

Julio Rodrigues da Costa era de cor branca, natural deste Estado, tinha 37 annos de idade, e occupava-se em fazer serviços de carregamento para diversas casas.

Era casado com Maria Luiza da Silva Costa, e, em sua companhia, morava ha muitos annos no referido casebre.

Na occasião de ser assassinado trajava fatiota de casemira preta e camisa de meia preta, lenço preto ao pescoço e chinellos de couro.

Junto ao cadaver, na sala, foi encontrado um pequeno canivete, com as folhas abertas.

Suppõe-se que a victima o carregasse, por occasião de ser arrombada a porta.

-

O assassino, mais conhecido por Luiz Peixeiro, occupava-se da venda ambulante de peixe, era solteiro, de cor branca e natural da Italia.

Ha tempo, teve elle uma amasia, que, por motivos de ciumes, o abandonou.

Á hora em que escrevemos esta noticia, 11 1/2 da noite, a policia administrativa do 2º districto continúa em procura do paradeiro de Romeu.

O auxiliar Ernestino Rosa, os inspectores Fausto e Almeida e grande numero de agentes municipaes andam percorrendo o Parthenon, em perseguição do criminoso.

Os postos policiaes da Gloria, S. João, S. José, Cavahada e Cascata tambem tomaram providencias, no sentido de prender Luiz Romeu.

Este, quando saira, deixou sua casa fechada, levando comsigo as chaves.

A casa está guardada pela policia.

Varios populares viram o criminoso sair da casa da victima, ainda de faca em punho, não o prendendo, porém.

-

Foi grande a agglomeração de curiosos ao local de scena de sangue.” (*Correio do Povo*, 06/07/1912, p.2).

Descontando uma série de peculiaridades linguísticas de 1912, o que acabamos de ler aqui foi um intenso exercício de reportagem, que contempla tanto uma carga informativa abrangente quanto uma preocupação estética perante o resultado final do

texto. A profundidade dos detalhes abordados nessa matéria é a prova irrefutável de que houve um trabalho de campo em que o profissional não se limitou a ouvir as fontes policiais, mas se deslocou até o local do evento e conversou diretamente com as pessoas de lá; provavelmente com algum (ou alguns) dos envolvidos no crime. A única alternativa a essa explicação seria a criação completamente ficcional do escritor, o que não me parece nem um pouco razoável para um jornal como o *Correio do Povo*, mesmo cem anos atrás.

Observemos então a primeira parte da reportagem, que vai desde a abertura até o primeiro travessão de quebra de texto. É o trecho mais extenso do texto, com mais de 3.500 caracteres (sem contar os espaços), onde o repórter apresenta o caso e os seus protagonistas através da transcrição de falas dos personagens e de descrições narrativas bastante detalhadas a fim de situar fartamente o leitor quanto ao contexto em que o fato se deu.

Aqui, é necessário abrir um parêntese a respeito da apresentação dos personagens do texto, pois há alguns tropeços jornalísticos a serem apontados. Logo no início, a matéria afirma que a vítima do assassinato era um *jornaleiro* chamado Julio Rodrigues *de Castro*. Porém, dois parágrafos após a citação desse nome, o texto começa a se referir ao falecido como Julio Rodrigues da Costa, e essa nomenclatura se mantém até o final (dando a entender que seu nome correto era “da Costa”, e não “de Castro” como dito primeiramente). Uma segunda falha se relaciona à ocupação da vítima: durante toda a primeira parte da matéria, Julio é descrito como um *jornaleiro* (sua profissão é citada quatro vezes com esse termo); contudo, após o segundo travessão de quebra, o texto afirma que ele “ocupava-se em fazer serviços de carregamento para diversas casas”. A única justificativa imaginável seria a de que o *jornaleiro* prestaria serviços de assinaturas de veículos para as residências, mas se fosse assim, não haveria porque não reutilizar o adjetivo “*jornaleiro*”, que marcou o personagem desde a

primeira frase do texto – além do que, assinaturas não costumam ser carregamentos. É tarefa ingrata precisar a real causa da discrepância de informações básicas (como o nome e a ocupação da vítima) em uma matéria tão antiga. Podemos inferir que, no mínimo, foi uma falha de revisão; mas é preciso considerar que, talvez, as reportagens daquela época não fossem sempre escritas por uma só pessoa. É possível que tenha havido alguma confusão em função disso.

Objetivando uma análise mais estética do texto, vemos facilmente que havia algum tipo de aspiração literária do autor, porém, ela está quase restrita à primeira parte da matéria. Ali, o assassinato no Parthenon foi narrado como uma peça de literatura policial onde o narrador não se furta de expor opinião ou posicionamento quanto ao que relata. Isso transparece nitidamente na frase: “O pobre jornalista, que, por se achar embriagado na noite anterior, já não se lembrava do que fizera á vizinha, nada lhe respondeu”. O adjetivo “pobre” revela uma gama de julgamentos do escritor: ele se compadece com a vítima; para o autor, Julio não merecia ser assassinado por algo que tenha dito embriagado, mesmo que tenha sido ofensivo para sua vizinha Antonia Pinto. No final da reportagem, há a seguinte frase: “Varios populares viram o criminoso sair da casa da victima, ainda de faca em punho, não o prendendo, porém”. Esse “porém” é uma crítica; o autor revela o desejo de que os moradores tivessem atacado em bando o assassino armado. Cabe ao leitor atento concordar ou não com tais julgamentos, mas é bem claro que o texto não se propõe a ser isento sobre o caso.

Talvez a inspiração literária mais contundente esteja presente no final da primeira parte, quando o repórter começa a descrever como foram os instantes que antecederam o assassinato em si, trabalhando com a transcrição das falas dos envolvidos. Esse momento é particularmente interessante porque concede uma densidade psicológica que humaniza e amplifica muito o potencial da reportagem. Lembremo-nos do caso: Luiz Romeu buscava vingança por ter sido subjugado por Julio

anteriormente, quando tentava defender a maculada honra de Antonia Pinto. Certamente, havia alguma atração afetiva nesse ambiente, a vizinha catalisa as atenções dos dois protagonistas: mesmo sendo casado, Julio resolveu dirigir a ela seus “dichotes” (ou seja, gracejos ofensivos), e é somente por causa dela que Luiz Romeu se envolve nessa briga e acaba matando Julio. Antonia Pinto é tão importante que o assassino conversou com ela antes e após o crime, convicto em sua fúria apesar dos clamores da mulher arrependida. A passagem que encerra a primeira parte da matéria apresenta uma dimensão de elementos digna de um conto policial.

Mas isso cria um grande contraste quando lemos os quatro blocos de texto seguintes, separados por quatro travessões de quebra narrativa. A reportagem é claramente dividida: primeiro o caso é narrado literariamente, depois há quase um despejo de toda carga informativa que o jornal considerava importante que constasse no texto. Através de uma linguagem que alterna entre um tom jurídico, policialesco e médico, a matéria passa a descrever de forma técnica qual foi o ferimento da vítima, que tipo de serviços as autoridades prestaram no local do crime, por quais trâmites legais irá passar o cadáver e quais serão as providências tomadas pela polícia na investigação do caso. Há ainda uma listagem de informações sobre a vítima enfileiradas como as lacunas de uma ficha de cadastro (nome, cor, idade, ocupação, naturalidade, estado civil e o que trajava na hora da morte). É curioso que essa listagem repete informações que o texto já havia dado, suscitando erros: é aqui, por exemplo, que trocam a profissão de Julio. Mais curioso ainda é que esse tipo de lista sempre constava nas reportagens de 1912 que abordassem uma morte.

Apenas por curiosidade, vejamos como o *Correio do Povo* trata hoje o tema do homicídio:

“Estado registra dez homicídios

O feriado farroupilha registrou, pelo menos, dez assassinatos no RS. Um homem foi encontrado morto, em uma praça, ao lado do shopping Praia de Belas, na Capital. Sábado, um homem foi esfaqueado em uma pensão, na Capital. Em Guaíba, um jovem foi morto a tiros. Sexta-feira, José Alex da Silva, 37, foi encontrado morto na Lomba do Pinheiro, na Capital. Quinta-feira e quarta-feira, houve ainda: duas mortes, em Uruguaiana; uma na Capital, uma em Novo Hamburgo; uma em Esteio e, em Caxias do Sul, um idoso foi assassinado. A casa está guardada pela polícia” (*Correio do Povo*, 24/09/2012, p.20).

Em um texto com menos de 500 caracteres (sem contar os espaços), ou seja, com cerca de 10% da extensão da reportagem de 1912 que acabamos de ler, o *Correio do Povo* noticia atualmente dez homicídios. Cem anos atrás, o jornal disponibilizava mais de 5 mil caracteres para falar de um só caso. Essa matéria de 2012 chega ao cúmulo de citar dez mortes e publicar só um nome – na verdade, ela não conta nenhum dos casos que aborda, não passando de uma lista genérica que costura frações de lides desconexas, apenas informações mutiladas que notoriamente partiram da polícia.

Mas voltemos agora a nossa atenção para uma grande reportagem que o *Correio do Povo* publicou no final de 1912 sobre um grave acidente de carro que houve em Porto Alegre:

“Um passeio fatal

-

DESASTRE DE AUTOMOVEL

-
Tres mortos e dois feridos gravemente

Um desastre que preocupou intensamente o espírito público foi o occorrido pela madrugada de hontem, á rua da Azenha, e do qual foram victimas sete pessoas, tendo três dellas fallecido, duas recebendo ferimentos graves e ficando as outras com leves contusões e excoriações pelo corpo.

Esse accidente veio, mais uma vez, demonstrar o perigo das correrias, á grande velocidade, do automoveis que circulam em nossa capital.

Raro é o dia em que não ouçamos reclamações contra tal abuso, que se repete com frequencia, até mesmo na rua dos Andradas, arteria de maior movimento.

Quem, á noite, estacionar em alguma esquina da rua dos Andradas poderá observar a velocidade com que os automoveis correm, offerecendo sério perigo, não só aos transeuntes, como tambem aos proprios passageiros e a qualquer outro vehiculo.

No intuito de evitar desastres, a Intendencia Municipal baixou, ha mezes, uma ordem, determinando que os automoveis não andassem a toda velocidade.

Essa ordem foi cumprida sómente nos primeiros dias após a sua publicação, continuando, depois, tudo como d'antes.

Já vários desastres, devidos a tal abuso, têm sido registrados pelos jornaes, mas nenhum dellas se revestiu de tanta gravidade como o de hontem.

Damos, a seguir, as notas colhidas pela nossa *reportagem*, com relação ao funesto accidente:

UM PASSEIO Á GLORIA

Á praça Senador Florencio, lado da Caixa Economica, estava postado, ante-hontem, á noite, como de costume, um automovel de praça, marca Mitchell.

Ás 10 1/2 horas, o *chauffeur* desse vehiculo, Ricardo Antonio Nunes, conduziu o carro para a frente do *Concerto-Recreio*, á rua General Andrade Neves, afim de obter algum serviço, ao terminar a funcção desse centro de diversões.

Deixando o automovel em frente a uma das portas do *Recreio*, o *chauffeur* encaminhou-se para o interior do estabelecimento, entabolando palestra com alguns amigos.

Pouco depois, ia elle saír, quando foi chamado, por outros collegas, que se achavam sentados em uma das salas do *Concerto-Recreio*.

Tratava-se de tres *chauffeurs*, que estavam de folga, e que tinham ido assistir á funcção do *Recreio*.

O grupo compunha-se de Apparicio Pinto de Oliveira, Francisco Martins Gomes e Julio Mario de Oliveira, os quaes ali se divertiam, a tomar cerveja e a conversar alegremente.

Nunes começou a palestrar com os collegas, sobre assumptos referentes ao automobilismo, quando um, dos do grupo, aventou a idéa de um passeio ao arraial da Gloria.

O alvitre foi bem acolhido por todos os presentes, tendo os *chauffeurs* saído do interior do *Recreio* para a rua e tomado logares no Mitchell.

Nisto um delles avistou, na calçada opposta, o *chauffeur* Henio Lopes, que foi convidado para tambem tomar parte no passeio, com a condição, porém, de ir guiando o automovel.

Henio recusou-se, allegando ter de esperar umas moças, que deveriam sair de uma casa proxima, para conduzil-as ás suas respectivas residencias.

Em vista disso, Nunes deu impulso ao motor, e o Mitchell deslisou, descendo a rua Marechal Floriano e tomando a direcção da rua General Victorino.

Ao chegar á esquina dessa com a rua Vigario José Ignacio, o auto subiu por esta ultima, e entrou pela travessa 2 de Fevereiro.

Ao chegar ao meio da quadra compreendida entre as ruas da Misericórdia e Dr. Flores, o automovel parou, desembarcando os seus passageiros.

Estes encaminharam-se, logo, para uns prédios a cujas janellas se achavam algumas mundanas.

Na casa n.29, estavam Rosa de Freitas e Maria Bernarda, que, convidadas pelos *chauffeurs*, resolveram tomar parte no passeio á Gloria.

Á janella do predio 42, achava-se Etelvina Pinto Missel, a quem foi feito identico convite. Etelvina aceitou-o, fechou a sua casa e saiu para a rua, tomando assento no automovel, que já estava occupado pelas duas mulheres ácima referidas e pelos *chauffeurs*.

E o Mitchell, com grande velocidade, correu pela travessa afóra, desceu a rua da Misericórdia e percorreu o trajecto, até á Gloria, em poucos minutos.

Eram 12.45 da madrugada de hontem quando o automovel parava na Gloria, ao fim da linha de bondes, e em frente á casa de bebidas do sr. Jacob Salvato.

Os passageiros do Mitchell, desembarcando logo, penetraram naquelle estabelecimento, recolhendo-se todos a um compartimento, separado, por uma parede de taboas, da sala principal do negocio.

Nesse acanhado compartimento, os *chauffers* e suas companheiras cearam, debaixo de grande vozeria.

Todos libaram fartamente, sem haver, entretanto, algum que se mostrasse embriagado.

O REGRESSO PARA A CIDADE

Durante longos minutos, depois da ceia, todos elles entretiveram animada palestra, que versava sobre mulheres, reinando, sempre, ordem no compartimento.

Subito, por questões ignoradas, talvez por ciume, Etelvina recusou-se a conversar com Francisco Martins Gomes, que a estava cortejando.

Devido a esse incidente, e por ser já tarde, pois, o relógio da casa marcava 2 horas da madrugada, os *chauffeurs* e suas comensaes deliberaram regressar para o centro da cidade.

Com o produto de um rateio, feito entre os *chauffeurs*, foi paga a despesa da ceia, e saíram todos para a rua, retomando o automovel.

Etelvina recusou-se sentar-se ao lado de Francisco Martins, e, por isso, foi collocar-se ao lado de Nunes, o conductor do vehiculo.

Nos assentos do interior do vehiculo, aboletaram-se os outros, a rir e a cantarolar.

Rufando com a sua velocidade maxima, o Mitchell regressava ao centro da cidade, quando se deu o desastre.

O ACCIDENTE

Seriam 2 horas e 15 minutos da madrugada, e o automovel entrava na rua da Azenha, por entre ruidosas expansões de alegria dos seus passageiros.

Segundo referem testemunhas, nenhum delles estava alcoolisado, apesar de terem libado bastante, na Gloria, e – ainda segundo declarações prestadas á policia – o conductor do vehiculo nada havia bebido.

O Mitchell corria, como já dissemos, a toda força, isto é, com a velocidade de 70 a 75 kilometros por hora, tendo as suas rodas sobre os trilhos da linha de bondes.

Ao chegar nas proximidades da esquina da rua 14 de Julho, onde a linha da Força e Luz faz uma curva, o automovel saiu fóra dos trilhos e não obedeceu á manobra do seu conductor, que desejava guial-o para o lado daquela rua.

Francisco Martins Gomes, com presença de espirito, viu que o automovel se precipitava contra um poste da Força e Luz e, em um movimento rapido, atirou-se do assento em que se achava.

O automovel, com a extraordinaria velocidade que levava, bateu, violentamente, de encontro ao poste, e os passageiros foram arremessados a mais de 6 metros de altura, em varias direcções, por ambos os lados do vehiculo, resultando a morte de tres delles e os ferimentos graves de dois e leves de mais [dois. – palavra faltando no original]

O LOCAL DO DESASTRE

O ponto onde ocorreu o desastre fica situado, por um lado, bem em frente á Empreza de Mudanças, do sr. Catão Roxo e á residencia do sr. Antonio Carvalho, negociante; ao outro lado, ficam a esquina da rua 14 de Julho e uma casa em construcção.

Aos lados do automovel, e em distancias de um a dois metros, jáziam mortos dois dos passageiros e outros dois, todos ensanguentados, gemiam dolorosamente.

OS SOCCORROS

Francisco Martins, que, como acima dissemos, se atirára do automovel ao sólo, saiu incolume, e, quando o vehiculo se chocou contra o poste, elle correu logo a prestar soccorros aos outros passageiros.

Ricardo Nunes, o conductor do vehiculo, e que pouco soffrera, principiou a gritar, afim de chamar a attenção da policia e de transeuntes.

Ao local, compareceram o tenente reformado da Brigada Militar Lydio Vares, testemunha ocular do desastre; o sr. Angelino de Castro, morador á rua da Azenha n.11; o sr. Armando Carvalho, cirurgião-dentista; e o sr. Catão Roxo.

Estes dois ultimos achavam-se dormindo, em suas residencias, situadas em frente ao local do desastre, quando foram sobresaltados com os gritos das victimas.

A esse tempo, appareciam os agentes municipaes ns. 214 e 215, de ronda nas proximidades da rua da Azenha.

Scientes do desastre, os agentes deram voz de prisão aos “chauffeurs” Nunes e Martins, recolhendo-os ao 2º posto.

Minutos depois, chegavam também ao local o auxiliar do 2º posto Ernestino Rosa, o inspector Francisco Farias, e os enfermeiros Paulino Guerra, Hugo Simes e João Pedro, com os carros funebre e de feridos da Assistencia Publica Municipal.

Em seguida, compareceram os drs. Landell de Moura, medico da Assistencia, e Pitta Pinheiro, medico legista da policia, os quaes, pelo telephone, haviam tido aviso do facto.

O local do desastre tornava-se lugubre, pois, como amanhecia, estavam sendo apagados os combustores da iluminação publica.

Com o auxilio de velas e de lampadas de acetylene, pertencentes ao 2º posto, procedia-se á procura dos mortos e feridos.

Os mortos foram conduzidos para o necroterio do 2º posto, e os feridos para a ambulancia dessa repartição policial.

Por todos os lados, viam-se poças de sangue e fragmentos de carne e de ossos das victimas!

No interior do automovel damnificado, havia tambem manchas de sangue e postas de carne humana.

OS MORTOS

Uma das pessoas mortas era Rosa de Freitas, solteira, de côr mixta, com 23 annos de idade, natural deste Estado, e que residia á travessa 2 de Fevereiro n. 29, em companhia de Maria Bernarda e de Candida Martins Ferreira.

Rosa, que ha 3 annos residia nesta capital, fôra a 14 de novembro ultimo, para a casa de Candida, onde fizera conhecimento com Luiz Paixão, de quem era amasia.

A pobre mulher viera de S. Francisco de Assis, onde tem paes e outros parentes.

Do exame cadaverico feito pelo dr. Pitta Pinheiro, verificou-se que Rosa falleceu instantaneamente, havendo sido atirada a tres metros de distancia do automovel.

Apresentava ella fractura completa e exposta do craneo; tres ferimentos, contusos e profundos na orelha direita, com derramamento de sangue; uma echynose ao longo da côxa direita; excoriações varias pelo rosto e contusões por todo o corpo.

Rosa trajava um vestido de cassa branca e sapatos pretos e trazia uma mantinha azul á cabeça.

Quando se deu o desastre, estava ella sentada ao lado de Etelvina e de Martins.

Outro morto foi o “chauffeur” Julio Mario de Oliveira, viuvo, de cor branca, natural deste Estado e contando 23 annos de idade.

Era filho do sr. Agostinho de Oliveira e de d. Marciana de Oliveira, moradores no predio n. 138 da rua S. Raphael, onde a victima residia.

Julio era primo-irmão do sr. João Francisco de Oliveira, funcionario dos Correios, e da senhorita Maria Luiza Ferreira.

Estava elle empregado na “Garage Royal”, recentemente fundada nesta cidade, tendo, antes, trabalhado com outros automoveis.

Entre os seus collegas de trabalho e amigos, gosava elle de geral estima, pelo seu genio alegre e folgazão.

Na ocasião do desastre, trajava uma fatiota preta, de casemira.

Em seus bolsos, foram encontrados 24\$700 em dinheiro, um relógio de prata, com corrente, lenço, cigarros, etc.

Esses objectos, apreendidos pela policia, foram entregues ao pae da victima.

Julio apresentava fracturas exposta do osso frontal e completa do braço esquerdo, além de contusões e excoriações por todo o corpo.

As physionomias dessas duas victimas estavam serenas, demonstrando que ambos morreram instantaneamente.

O outro morto foi o “chauffeur” do dr. Nogueira Flôres, medico aqui residente, e chamado Apparcio Pinto de Oliveira, de 19 annos de idade, de côr branca, solteiros, morador nas

proximidades do Prado Independência, nos Moinhos de Vento n.73, onde reside o seu pai, o sr. Delfino Pinto de Oliveira.

Apparicio falleceu ás 4 horas da madrugada, quando era soccorrido, no ambulatório do 2º posto, pelo dr. Landell de Moura e pelos enfermeiros Hugo Simes, Paulino Guerra e João Pedro.

Apresentava elle fractura completa do osso frontal esquerdo; fractura communicativa e completa do terço médio da perna esquerda, do ante-braço esquerdo e da columna vertebral, além de excoriações pelo corpo.

Por esses ferimentos, é facil de se calcular a violência do choque que o pobre “chauffeur” recebeu.

Apparicio estava sentado ao lado de Etelvina e de Maria Bernarda, quando occorreu o accidente.

Trajava roupa de brim pardo, sapatos pretos e chapéo de palha.

Era elle muito estimado por seus collegas, sendo a sua morte muito sentida.

Antes de passar a “chauffeur” do dr. Nogueira Flôres, Apparicio estivera trabalhando na “garage” do capitão Luiz Vitale, onde deixou muitas sympathias.

Em palestra com um dos nossos “reporters”, o dr. Nogueira Flôres lamentou muito a morte do seu “chauffeur”.

Os tres cadaveres estiveram na sala do necroterio do 2º posto até ás 6 horas da manhã de hontem.

OS FERIDOS

Os restantes passageiros foram pensados, demoradamente, na ambulancia do 2º posto, pelo médio

municipal dr. Landell de Moura, auxiliado pelos enfermeiros Paulino Guerra, Hugo Simes e João Pedro.

Quem apresentava mais graves ferimentos era Maria Bernarda, de 22 annos de idade, de cor branca, natural deste Estado, solteira, e que reside á travessa 2 de Fevereiro, conforme ácima dissemos.

Estava ella com a fractura dupla do maxillar inferior e a fractura completa e exposta das duas pernas e do terço médio do braço direito, além de contusões profundas pelo corpo.

Vestia ella saia e blusa azul e botinhas pretas.

Ao pescoço, trazia um mantinha de lã, branca.

Maria Bernarda, que se acha, ha longos annos, nesta capital, tendo vindo de Caxias, onde posue parentes, é mais conhecida por *Maria Serena*.

Outra gravemente ferida é Etelvina Pinto Missel, de 23 annos de idade, de cor branca, solteira, natural deste Estado, e que reside, ha mezes, no predio n. 42 da travessa 2 de Fevereiro.

Mora ella em companhia de um filho menor, chamado Armando, de 7 annos de idade.

Etelvina apresentava um ferimento, contuso e profundo, de 15 centimetros de extensão, na região frontal esquerda, com a fractura exposta do osso temporal esquerdo, com achatamento da parte fracturada e com perfurações sensorias; um ferimento, inciso e profundo, na região palpebral esquerda; outro, de 5 centimetros, no ante-braço esquerdo; echymoses por todo o corpo e contusões e excoriações no rosto.

Trajava ella, na occasião do desastre, um vestido branco, botinhas amarellas e um challe ao pescoço.

Seu filho foi recolhido á residencia do cidadão Rodolpho Pinto, morador á rua José de Alencar.

Etelvina Missel, mais conhecida por Nenê, é natural de Porto Alegre e morou, durante dois annos, á rua Riachuelo, proximidades da rua General Bento Martins.

O *chauffeur* Ricardo Nunes, na occasião de se dar o choque, bateu com o rosto na vidraça da frente do automovel, ficando, porém, apenas com um leve ferimento de vidro, no queixo, e com ligeiras excoriações pelo corpo.

Francisco Martins tambem recebeu excoriações e contusões pelo corpo, sendo pensado no 2º posto.

O DESTINO DOS CADAVERES

Pela madrugada, compareceu ao 2º posto o sr. Delfino Pinto de Oliveira, que solicitou dos drs. Pitta Pinheiro e Oswaldo Vergara, delegado judiciario do 2º districto, licença para levar o corpo do seu filho Apparicio para casa.

Sendo attendido, ás 6 1/2 horas da manhã, o cadaver de Apparicio era conduzido, no carro funebre da Assistencia Publica Municipal, para a residencia de Delfino, no Moinhos de Vento n. 3, onde ficou sendo velado.

Tambem esteve pela manhã no 2º posto Candida Mathias Ferreira, companheira de casa de Rosa Ferreira, pedindo o cadaver desta, para fazer o enterro, sendo tambem attendida.

O corpo foi, pela manhã, removido, no carro funebre, para a travessa 2 de Fevereiro n. 29, sendo ahi velado.

O cadaver de Julio de Oliveira foi reclamado por seu pae, sr. Agostinho de Oliveira, a quem a policia o entregou.

O corpo foi velado na residencia do pae da victima, á rua S. Raphael n. 138.

Ás 2 horas da tarde, em um carro especial do trem da Viação Ferrea, o corpo de Julio Mario de Oliveira foi

transportado para S. Leopoldo, de onde a victima era natural e onde possuia parentes.

Naquella cidade vizinha, realisou-se, ás 5 horas, o enterro, que esteve bastante concorrido.

Quasi todos os *chauffeurs* das *garages* desta capital depositaram corôas sobre o feretro do infortunado collega.

Desta capital até S. Leopoldo, acompanharam o corpo, além dos paes e demais parentes de Julio, muitos amigos seus.

O enterro de Apparicio realisar-se-á hoje, ás 8 horas da manhã, saindo o feretro da casa mortuária nos Moinhos de Vento.

Os *chauffeurs* fizeram collocar, hontem, sobre o corpo algumas côroas e ramilhetes de flôres naturaes.

Ás 4 horas da tarde, realisou-se o enterro de Rosa Freitas, estando as cerimoniaes bastante concorridas.

Compareceram varias amigas da morta, as quaes collocaram corôas sobre o feretro.

NA SANTA CASA

Á tarde, um dos nossos *reporters* esteve no hospital da Santa Casa, para onde haviam sido transportadas duas feridas, Maria Bernarda e Etelvina Pinto Missel.

A primeira está recolhida ao leito n. 7, da 7ª secção, da enfermaria das senhoras.

Pela manhã, fôra ella submettida a corpo de delicto, pelos médicos legistas da policia, drs. Carlos Penafiel e Pitta Pinheiro.

Seu estado é gravissimo.

A outra ferida, Etelvina, está recolhida á sala de operações da 7ª secção.

Seu estado continua sendo gravíssimo, esperando-se, a cada momento, um deselance fatal.

Ás 2 horas da tarde, Etelvina foi submettida a uma intervenção cirúrgica, pratica, com exito, pelo dr. Serapião Mariante, auxiliado pelos drs. Bernardo Velho e Moysés Menezes.

UMA SUBSCRIÇÃO

Promovida pelos *chauffeurs* Herminio Cruz, do automovel do sr. Gustavo Livonius, e João de Lima Travassos, do do dr. Falk, foi aberta, á tarde, uma subscrição, afim de, com seu produto, fazerem o enterro do seu infortunado collega Apparicio Pinto.

Essa subscrição, bem acolhida entre os proprietarios e empregados das *garages*, attingiu a 120\$000.

Aquelles dois *chauffeurs* comprarão corôas para depositar sobre o tumulo de Apparicio.

OS “CHAUFFEURS” DE LUTO

Em reunião que realisaram á tarde, os *chauffeurs* desta capital resolveram, como homenagem aos dois collegas tão desastradamente mortos, tomar luto por 7 dias.

O luto consistirá em um fumo atado ao braço direito.

OS DOIS PRESOS

Ao meio dia de hontem, o capitão Francisco Alvarenga, sub-intendente do 2º districto, remetteu para a Chefatura de Policia, os dois *chauffeurs* que foram presos depois do desastre, Ricardo Nunes e Francisco Martins Gomes.

Foram ambos apresentados ao dr. Oswaldo Vergara, delegado judiciario, pelos agentes municipaes ns. 114 e 115, que os haviam detido.

Os guardas explicaram ao dr. Vergara a maneira pela qual haviam agido.

Em seguida, foi interrogado Ricardo, o conductor do automovel.

Declarou elle chamar-se Ricardo Antonio Nunes, ser solteiro, natural deste Estado, filho de João Antonio Nunes e d. Alzira de Oliveira Nunes, saber ler e escrever, contar 19 annos de idade, incompletos, e residir á rua Porfirio n. 2 A, em companhia dos seus paes.

Disse ter trabalhado como chauffeur no automovel Mercedes do sr. Armando dos Santos Rocha, havendo, depois, passado para o Mitchell.

Declarou ser verdade tudo o que disseram as testemunhas, e que, si não fossem as rodas do automovel se terem pegado aos trilhos do bonde, não haveria o desastre.

O dr. Vergara interrogou a testemunha ocular do facto, tenente reformado da Brigada Militar Lydio Vares, que declarou que passava pelo local, a caminho de sua residencia, á Estrada do Matto Grosso n. 46, quando se deu o desastre.

Disse que, ás 2 1/4 da madrugada, viu um automovel que passava repleto de homens e mulheres; que, segundos depois, viu um dos passageiros atirar-se do vehiculo, que corria com velocidade espantosa; que esse facto lhe despertou a atenção, tendo, por isso, se voltado para traz, quando o automovel se chocou com o poste, com grande violencia; que, ouvindo gritos de socorros, deu o alarme, avisando do facto ao 2º posto policial.

A outra testemunha a ser interrogada foi o sr. Angelino de Castro, morador á rua da Azenha n. 11, e que disse, em resumo, o seguinte: que, pouco depois das 2 horas, quando se recolhia á casa, ouviu um estampido, e, em seguida, os gritos de “Virgem Nossa Senhora”; que, correndo ao local, encontrou duas pessoas mortas; duas feridas e um “chauffeur” de pé, junto ao automovel; que, botando o apito á boa, deu o alarme, acudindo, então, a policia administrativa do 2º districto.

Por ultimo, o dr. Vergara ouviu o “chauffeur” Francisco Martins Gomes, portuguez, morador á travessa 1º de Março n. 78, e que disse o seguinte: que era “chauffeur” da “Garage 1º de Março”; que, em companhia de tres collegas e de 3 mulheres, libava no arraial da Gloria, em casa do sr. Jacob Salvato; que logo partiram daquelle arrabalde, sendo o vehiculo conduzido por Nunes; que o auto ia com as tres velocidades, o que equivale a dizer ser a maxima; que o seu collega, abandonando a direcção que levava, procurou fazer uma manobra, para tomar a direita da rua, que, vendo perigo, se atirou ao sólo, dando-se, depois, o desastre; que, a falar a verdade, não se tornava necessaria tal manobra que o seu collega procurou fazer, porque não havia no caminho obstaculo algum a desviar; que a força do auto é de 35 cavallos, podendo fazer 80 kilometros por hora.

Depois do interrogatorio, o dr. Vergara fez lavar o auto de prisão em flagrante do “chauffeur” Ricardo Nunes.

No auto, o dr. Vergara juntou o depoimento das testemunhas e a parte que, a respeito do desastre, lhe enviou a sub-intendencia do 2º districto.

No fim do auto, o dr. Vergara declara que o crime do “chauffeur” Nunes é capitulado no artigo n. 297 do Codigo Penal da Republica (homicidio por imprudencia).

Aquella autoridade declara tambem no auto que o crime é afiançavel, para que o preso seja posto em liberdade, tendo arbitrado a fiança em 4:000\$000.

Como não houvesse sido prestada a fiança, Ricardo Nunes foi, ás 3 horas da tarde, recolhido á Casa de Correção, onde ficou detido.

Áquelle estabelecimento presidiário, foi tambem recolhido o “chauffeur” Francisco Martins, ali ficando detido, para averiguações.

O “MITCHELL”

O automovel “Mitchell” foi, ás 6 horas da manhã, recolhido á “garage” da “Alliança do Sul”, afim de ser concertado.

Seu motor, que foi de encontro ao poste, nada soffreu.

Somente a carroceria ficou completamente inutilisada.

O vehiculo é de propriedade do sr. Eurico Paranhos, caixeiro-viajante da casa Samuel Aurvalle & Filho.

As compusturas são calculadas em 3:000\$000, mais ou menos.

O vehiculo tem 4 cylindros e a força de 35 cavallos, tendo custado a quantia de 7:000\$000.

A carroceria será substituida por outra, encommendada, hoje, para a America do Norte, por intermedio da “Alliança do Sul”.

A PARTE DA POLICIA

O inspector municipal Francisco Faria deu uma parte, sobre o desastre, ao capitão Francisco Alvarenga, sub-intendente do 2º districto.

Essa parte, que é concebida nos seguintes termos, foi enviada, hontem, ao dr. Vergara:

“Communico-vos que, ás 2.15 horas da manhã, dirigia-se para a cidade, de regresso do arraial da Gloria, um automovel, que era guiado pelo “chauffeur” Ricardo A. Nunes, que levava como passageiros os também “chauffeurs” Julio de Oliveira, com 23 annos, branco, solteiro, empregado na “Garage Royal”; Apparicio Pinto de Oliveira, com 19 annos, pardo, solteiro, “chauffeur” do dr. Nogueira Flôres; Francisco Martins Gomes, da “Garage 1º de março”, e as mulheres Rosa de Freitas, de 23 annos, parda, solteira; Maria Bernarda, com 23 annos, e Etelvina Pinto Missel, com 23 annos, todas moradoras no prédio n. 29 da travessa 2 de Fevereiro. Ao enfrentar a rua 14 de Julho, na Azenha, o automovel foi de encontro a um dos postes da companhia Força e Luz, ficando completamente damnificado.

“Com o estampido produzido pelo choque, acudiram os agentes n. 214 e 215, que patrulhavam o respectivo quadro, os quaes ali chegados depararam com um quadro horrivel: quatro pessoas atiradas ao sólo, entre ellas, duas jaziam mortas, e outras gemiam, e, junto do auto, achava-se de pé o respectivo “chauffeur” Ricardo A. Nunes e seu colega Francisco Martins Gomes, que apenas soffreram pequenas excoriações.

“Communicado ao posto, compareci immediatamente, juntamente com outras patrulhas, e, em seguida, solicitei o carro da Assitencia, afim de transportar os feridos para a respectiva ambulancia, onde foram medicados pelo cidadão dr. João Landell de Moura, auxiliado pelos enfermeiros Paulino Guerra, Hugo Simes e João Pedro. As mulheres Etelvina Pinto Missel e Maria Bernarda, após os curativos, foram removidas para o hospital da Santa Casa, conforme se vê do registro de queixas e occurrencias, fallecendo na ambulancia, antes de receber curativos, Apparicio Pinto de Oliveira. No local do desastre,

ficaram mortos Julio de Oliveira e Rosa de Freitas. Dado aviso ao cidadão dr. Pitta Pinheiro, medico legista, este compareceu e procedeu ao respectivo corpo de delicto, e após ao qual, fez entrega dos cadaveres: de Rosa, á sua companheira Candida Martins Ferreira; de Apparicio, ao seu pae Delfino Pinto de Oliveira, a quem foi entregue a quatia de 11\$600 e diversas miudezas encontradas em poder do morto; e de Julio, tambem ao seu pae Agostinho de Oliveira, residente á rua S. Raphael n. 138, bem como a quantia de 24\$700, encontrada nos bolsos do morto, e um relógio com corrente.

“Todos os cadaveres foram transportados no carro funebre da ambulancia. Por determinação do respectivo delegado, ficaram detidos os “chauffeurs” do auto Ricardo A. Nunes e Francisco Martins Gomes, que foram recolhidos ao xadrez.

“No local da occorrença, foi encontrada uma pistola, que está recolhida ao 2º posto, pelo cidadão auxiliar Ernestino Rosa, que esteve no local tomando providencias.

“Cumpre communicar-vos mais que presenciaram o desastre, de muito curta distancia, os srs. Angelino de Castro, João Macedo e o tenente Lydio, da Brigada Militar. – O inspector Francisco Alves Farias.”

NOTAS DIVERSAS

No local do desastre, foi encontrada uma pistola “Browing”, mais tarde entregue á familia de Apparicio, por ter pertencido a este.

-

Ás 4 horas da tarde de hontem, estive na Santa Casa o padrao de Maria Bernarda, o cidadão Bernardo Bartolo, que se abraçou, chorando, á victima.

-

Dizem pessoas que estiveram na casa do sr. Salvato, na Gloria, que nenhum dos “chauffeurs” estava embriagado, quando dali saíram para o centro da cidade.

-

Quando Francisco Gomes se atirou do automovel, caiu ao sólo seu revólver, que não detonou” (*Correio do Povo*, 07/12/1912, Capa e p.2).

Esse caso certamente mobilizou muito a população porto-alegrense da época. Não satisfeito com essa matéria de mais de 20 mil caracteres, dispostos entre a capa e segunda página do jornal de sábado, no domingo, 8 de dezembro de 1912, o *Correio do Povo* publicou outra grande reportagem trazendo algumas novas informações sobre o caso. Não julguei necessário estender a minha análise a esse segundo texto, pois a maior parte da história seria repetida, mas eu selecionei algumas de suas fotos para ilustrar os Anexos dessa monografia.

Pois bem, a longa reportagem que acabamos de ler apresenta tamanha densidão, com uma minúcia de informações às vezes repetitiva, impensável para os padrões atuais do jornalismo policial diário. Mas, de um modo até mais acentuado do que no caso do homicídio que vimos anteriormente, essa matéria carrega várias “vozes” dentro dela, que trazem linguagens claramente distintas entre si.

Observemos o começo: o fato em questão é apenas mencionado no primeiro parágrafo da abertura da matéria, que é quase um lide. Mas os sete parágrafos que seguem até o primeiro entretítulo (“Um passeio á Gloria”) compõem um texto estritamente opinativo, que usa o acidente em pauta apenas como ponto de partida para suscitar um debate público sobre o perigo dos automóveis circularem em alta velocidade pela cidade. Isso é explícito em frases como: “Esse acidente veio, mais uma vez,

demonstrar o perigo das correrias, á grande velocidade, do automoveis que circulam em nossa capital” e “Já vários desastres, devidos a tal abuso, têm sido registrados pelos jornaes, mas nenhum delles se revestiu de tanta gravidade como o de hontem”. Na prática, a abertura é um editorial que introduz o extenso relato jornalístico que seguirá a partir do primeiro entretítulo, o que também é explicitado na frase final: “Damos, a seguir, as notas colhidas pela nossa *reportagem*, com relação ao funesto accidente”.

É após esse ponto que a matéria realmente começa e o acidente passa a ser contado minuciosamente. É notório que o texto que segue é construído a partir de um referencial literário: ele não pretende arremessar de uma só vez toda a informação do desfecho do caso contra o leitor. Pelo contrário, a proposta é desenvolver uma narrativa estritamente humana, que, além de contextualizar, mostra-se fundamental para que o leitor obtenha uma compreensão mínima do que foi o evento. Os vinte e um parágrafos que compõem o bloco textual do primeiro entretítulo servem apenas para descrever a primeira parte da noite que antecedeu ao acidente.

A história começa quando Ricardo Nunes, que trabalhava como *chauffeur* (profissão análoga à figura do taxista contemporâneo), encontrou três colegas seus de folga tomando cerveja em uma casa noturna na Rua General Andrade Neves, no Centro de Porto Alegre. Eles decidiram fazer um passeio até o bairro da Glória e, no caminho, convidaram três garotas a se juntar a eles no automóvel da marca Mitchell. Os sete chegaram ao seu destino, a “casa de bebidas do sr. Jacob Salvato”, quase a uma da manhã; lá, eles fizeram uma ceia e “todos libaram [ou seja, beberam] fartamente, sem haver, entretanto, algum que se mostrasse embriagado”, conforme o texto.

Essa última informação é repetida três vezes ao longo da matéria, mas francamente me restam dúvidas: o que um grupo de jovens faria de madrugada em uma casa de bebidas senão embriagar-se? Além do mais, a matéria afirma que eles estavam

em um cômodo separado da sala principal do estabelecimento; talvez as fontes da reportagem simplesmente não tenham visto os jovens beberem. Mas, de qualquer forma, tudo começou quando Ricardo encontrou os seus amigos *chauffeurs* bebendo cerveja em uma boate do Centr. Parece-me que a reportagem preocupa-se, de algum modo, em não responsabilizar o consumo de álcool pelo acidente; o que possivelmente tenha relação com os vários anúncios de carros e de bebidas alcoólicas que o *Correio do Povo* já estampava em 1912.

O bloco do segundo entretítulo (“O regresso para a cidade”) possui sete parágrafos breves que descrevem como transcorreu a volta da Glória em direção ao Centro, interrompida quando o carro chegou à Azenha. É mais um aprofundamento da trama; nesse trecho, o autor entra em detalhes como o fato de Etelvina ter se recusado a sentar do lado de Francisco (“que a estava cortejando”, segundo o repórter) enquanto os outros passageiros riam e cantavam amontoados dentro do carro.

Há então um terceiro entretítulo (“O acidente”) que é certamente o clímax da narrativa: seus seis parágrafos contam que, pelas 2h da madrugada, o veículo corria a uns 70 km/h (velocidade altíssima para 1912) quando suas rodas trancaram nos trilhos do bonde, o que fez o motorista perder o controle e bater violentamente em um poste. Instantes antes da colisão, Francisco, com forte ímpeto de sobrevivência, se atirou para fora do carro e escapou do acidente. Os outros passageiros, segundo o texto, foram arremessados a mais de 6 metros de altura, o que matou três deles e deixou os outros três feridos. Porém, é importante notar que esse trecho não diz quais pessoas morreram e quais sobreviveram, essas informações só aparecerão no decorrer da matéria.

Em seguida, há um pequeno bloco de dois parágrafos que situam o leitor sobre o tema do quarto entretítulo, “O local do acidente”. Então, há um trecho de treze parágrafos agrupados no quinto entretítulo: “Os socorros”. Esse bloco é especialmente

importante, pois marca o término de uma voz narrativa literária dentro da matéria; nele, nós podemos identificar um trabalho de descrição baseado na observação participativa do jornalista que provavelmente chegou ao local do acidente junto ou logo após as autoridades policiais. Reproduzo novamente os últimos cinco parágrafos desse trecho para observarmos como eles são dotados de um lirismo mórbido, que trafega entre a informação jornalística e demonstrações rompantes de excitação e assombramento individuais do repórter. Note que até mesmo um ponto de exclamação é usado, recurso textual abominado pelos jornais atuais por ser naturalmente subjetivo:

“O local do desastre tornava-se lugubre, pois, como amanhecia, estavam sendo apagados os combustores da iluminação publica.

Com o auxilio de velas e de lampadas de acetylene, pertencentes ao 2º posto, procedia-se á procura dos mortos e feridos.

Os mortos foram conduzidos para o necroterio do 2º posto, e os feridos para a ambulancia dessa repartição policial.

Por todos os lados, viam-se poças de sangue e fragmentos de carne e de ossos das victimas!

No interior do automovel damnificado, havia tambem manchas de sangue e postas de carne humana” (*Correio do Povo*, 07/12/1912, Capa).

Após essa passagem, há um extenso trecho agrupado no sexto entretítulo, “Os mortos”. Aqui, ficamos sabendo que os falecidos foram Apparicio Oliveira, Julio Oliveira e Rosa de Freitas, porém o tom que o texto assume nesse ponto é completamente impessoal, contrastando bastante com a farta voz narrativa anterior. Por

meio de uma linguagem fria, técnica, quase burocrática, que transita entre termos policiais, jurídicos e médicos, esse bloco textual apresenta a mesma espécie de listagem vista na reportagem sobre o homicídio do Parthenon. São colocados os seguintes dados sobre cada um dos três falecidos: nome, estado civil, idade, naturalidade, onde residia, que ferimentos teve, o que vestia e portava na hora do acidente – além de um breve histórico de vida. Esse modelo é empregado de forma muito semelhante nos quatorze parágrafos seguintes, agrupados no sétimo entretítulo (“Os feridos”), que pormenoriza os casos de Maria Bernarda e Etelvina Missel, ambas gravemente feridas. O condutor do veículo, Ricardo Nunes, e Francisco Gomes são citados, mas aqui há poucos detalhes sobre eles, pois tiveram apenas ferimentos leves – os seus casos serão abordados posteriormente.

Apesar da impessoalidade desses dois blocos de texto, o amplo trabalho jornalístico que resultou nessa matéria transparece em frases como: “Em palestra com um dos nossos ‘reporters’, o dr. Nogueira Flôres lamentou muito a morte do seu ‘chauffeur’”. Fica evidente que o *Correio do Povo* entrevistou muitas fontes para compor o texto, até mesmo o chefe de um dos motoristas falecidos. Também é importante reparar que o próprio exercício da atividade jornalística ainda estava sendo assimilado pela sociedade gaúcha da época (como vimos no segundo capítulo deste estudo). Isso salta aos olhos quando lemos a palavra estrangeira “reporters”, mas durante toda a matéria os termos “reporter” e “reportagem” estão sempre grifados, ou entre aspas ou em itálico.

O oitavo bloco (“O destino dos cadáveres”) se preocupa em descrever o que se passou com os corpos das vítimas fatais do acidente. Há uma série de informações sobre a hora e o local dos seus enterros, porém creio que a história que mais se destaca nesse trecho é a de Julio de Oliveira. O *chauffeur* era natural de São Leopoldo e o seu cadáver foi transportado de Porto Alegre até lá, “em um carro especial do trem da Viação

Ferrea”, que teve o percurso acompanhado por parentes e muitos amigos de Julio. “Quasi todos os *chauffeurs* das *garages* desta capital depositaram corôas sobre o feretro do infortunado collega”, segundo a matéria. Mais uma demonstração de que o veículo notoriamente se preocupou em cobrir os diversos desdobramentos desse acidente, que deve ter chocado os porto-alegrenses da época.

Ainda que diminuto, o texto do nono entretítulo (“Na Santa Casa”) merece especial atenção. Ele revela que, na tarde de sábado, um “*reporter*” do *Correio do Povo* foi até o Hospital da Santa Casa para averiguar como estavam Maria Bernarda e Etelvina Missel. Sobre a primeira, ele conta que estava “recolhida ao leito n.7, da 7ª secção, da enfermaria das senhoras” em estado gravíssimo. Quanto à Etelvina, havia acabado de passar por uma cirurgia e ainda estava na sala de operações da 7ª secção, porém: “Seu estado continua sendo gravissimo, esperando-se, a cada momento, um desenlace fatal”. Há um trabalho árduo de apuração de informações sobre o caso, chegando ao ponto de revelar dados hoje considerados invasivos, como os leitos em que as vítimas estavam sendo tratadas. Infelizmente, não pude inferir quantos profissionais trabalharam nessa pauta, mas não me parece que tenha sido um só.

Os textos dos dois entretítulos seguintes (“Uma subscrição” e “Os ‘*chauffeurs*’ de luto”) são peculiares, pois revelam a amplitude da comoção que assolou a classe dos motoristas profissionais da Porto Alegre de 1912 após esse acidente. Os *chauffeurs* Herminio Cruz e João Travassos resolveram promover uma subscrição (ou seja, um rateio, uma “vaquinha”) para financiar o enterro do jovem colega Apparicio Oliveira; medida que foi bem acolhida por proprietários e empregados das *garages*, chegando a somar 120\$000. Ainda na tarde de sábado, houve uma reunião dos *chauffeurs* porto-alegrenses que decidiram declarar estado de luto por sete dias em homenagem a Apparicio e Julio Oliveira: “O luto consistirá em um fumo atado ao braço direito”. O

impacto do acidente sobre os motoristas é mais uma faceta da pauta abordada por essa grande reportagem do *Correio do Povo*.

O bloco do décimo segundo entretítulo (“Os dois presos”) fala dos trâmites legais pelos quais passaram os dois motoristas profissionais que não morreram no acidente: Ricardo Nunes, o condutor do Mitchell, e Francisco Gomes, que se atirou do carro em movimento. É perceptível que esse longo trecho de dezessete parágrafos foi composto a partir de uma relação muito próxima com as autoridades policiais, pois é exposta uma síntese dos depoimentos prestados ao delegado Oswaldo Vergara pelos *chauffeurs* Ricardo e Francisco e pelas testemunhas oculares Lydio Vares e Angelino de Castro. Valendo-se de uma linguagem policialesca, esse trecho repete o padrão da listagem de informações enfileiradas (nome, idade, estado civil, etc.) dos *chauffeurs*. Ademais algumas impressões pessoais dos envolvidos, são raras as informações novas que este trecho traz ao leitor. Ao invés disso, apresenta uma ligeira contradição: afirma que Ricardo e Francisco foram detidos pelos agentes municipais ns.114 e 115, enquanto que, no quinto entretítulo (“Os socorros”), constavam os números 214 e 215 (que também serão citados no décimo quarto entretítulo). Provavelmente, foi um erro de revisão.

Logo após um décimo terceiro entretítulo muito breve (“O ‘Mitchell’”), que relata como ficou o carro após o acidente, há um bloco de texto desnecessariamente extenso, considerando a carga informativa que traz, intitulado “A parte da policia”. Esse longo trecho é apenas a transcrição de uma carta que o inspetor municipal Francisco Farias enviou ao capitão Francisco Alvarenga relatando todo o caso – repetindo quase tudo que o leitor acabou de ler até então. No entanto, a única informação nova que esse texto apresenta é bem relevante: uma pistola foi encontrada no local do acidente e esse fato não havia sido mencionado até então. Talvez possuir uma arma de fogo fosse mais comum em 1912, mas o repórter que narrou a cena do acidente no início da matéria

poderia ter ao menos mencionado a pistola – será que ele estava ciente da sua existência?

Essa grande reportagem se encerra com um décimo quinto entretítulo peculiar, chamado “Notas diversas”. Nesse trecho, estão apenas dados relativamente importantes, mas desconexos, separados por itens, como se fossem informações que tivessem sobrado, ou que o editor não sabia onde inserir no corpo do texto, ou que foram apuradas por último, depois que toda matéria já estava pronta, talvez até diagramada. Os novos fatos relatados aqui são os seguintes: que foram achadas não somente uma, mas duas armas de fogo no local do acidente (a pistola “Browning”, que era do Apparicio e foi entregue a sua família, e um revólver de Francisco, que caiu quando ele se atirou); e que Bernardo Bartolo, padrasto de Maria Bernarda, havia ido visitá-la na Santa Casa. Dos quatro itens, o único que repete um dado é o terceiro, que reafirma a versão de que pessoas que estavam na casa de bebidas da Glória disseram que nenhum dos *chauffeurs* estava embriagado quando saiu dali. Parece-me que tal repetição insistente não possa ser considerada aleatória, até porque me soa uma versão pouco verossímil.

Após analisarmos uma reportagem tão extensa sobre apenas um acidente de carro, creio que muda a nossa perspectiva a respeito das matérias atuais que o *Correio do Povo* publica sobre o tema. Leiamos apenas uma delas:

“Acidentes resultam em nove mortes

Pelo menos nove pessoas morreram em acidentes de trânsito desde sexta-feira até ontem. Na sexta-feira, um atropelamento em Teutônia causou a morte de Ivalda Musskopf, 63 anos. A vítima foi colhida por uma moto no km 22 da ERS 128. No sábado, em Tapejara, morreram duas pessoas

identificadas pela DPPA de Passo Fundo como Ronaldo Antônio Bruscatto, 43 anos, e sua filha, Caroline Bruscatto, 17.

Em Passo Fundo, a colisão envolvendo um Passat e um caminhão na avenida Brasil causou a morte da motorista do automóvel, identificada pela Brigada Militar como Givanessa da Silva Pereira, 26. Na noite de sábado, um atropelamento causou a morte de Ilda Carvalho dos Santos, 52, que foi atingida por um Ford Escort no km 06 da RSC 287, em Montenegro, no Vale do Caí. Em São Pedro do Sul, na BR 287, a colisão entre um Ford Siena e uma caminhonete GM D10 deixou uma morto e cinco feridos. A vítima fatal foi identificada pela Polícia Rodoviária Federal como Adão Miguel de Souza Silva, 49, que estava no carro. Segundo a PRF, o teste do bafômetro indicou que o condutor da caminhonete estava embriagado.

Em Vale Real, na Serra, a colisão entre uma motocicleta e um caminhão causou a morte do condutor da moto, identificado pelo Comando Rodoviário da BM como Demontiez Ribeiro Pontes, 54. O acidente ocorreu no final da tarde de sábado, na altura do km 21 da RS 452, entre Caxias do Sul e Feliz. Em São Borja, uma saída de pista no km 647 da BR 285 causou a morte de um homem de 25 anos, identificado pela PRF como Adílson Ferrari Lencina. Ele era passageiro do Fiat Uno, com placas de São Borja.

Em Bagé, um Ford Fusion trafegava pela rua Padre Abílio Esponchiado, que estava em obras, quando desviou de um monte de terra e colidiu com uma moto que vinha no sentido oposto. O motociclista Gilcinei Mendes Goularte, 31 anos, chegou a ser encaminhado ao hospital da cidade, mas morreu horas depois” (*Correio do Povo*, 30/04/2012, p.25)

O padrão jornalístico que impera hoje julga sensato noticiar nove acidentes fatais sem contar nenhuma das histórias. Não creio ser humanamente possível compreender o que aconteceu em vários eventos isolados pelo estado quando cada um dos fatos é apenas abordado tangencialmente através de uma listagem genérica de dados esparsos. Fazendo uso de um linguajar objetivamente mecânico, essa matéria não passa de uma costura de lides incompletos e mal construídos, incapazes de estabelecerem narrativas que se sustentem e muito menos de cativarem o leitor – com muita boa vontade e pouco critério crítico, podemos entender com esse texto informa algo a quem o lê. Ainda assim, fica descarado que não houve trabalho algum de reportagem para produzir a matéria: não é citado nenhum trabalho de campo, nem mesmo entrevista com nenhum envolvido nos casos, há apenas a reprodução direta das informações cedidas pelas fontes policiais.

Mas voltemos agora à redação do *Correio do Povo* de 1912 para analisar a terceira e última unidade temática deste estudo: um incêndio. Essas eram pautas frequentes há cem anos, às vezes havia mais de um grande incêndio por semana. No dia 7 de agosto, o jornal publicou uma reportagem sobre duas casas queimadas, vejamos:

“Violento incêndio

-

Dois casas destruídas

-

Outras damnificadas

-

Á RUA DO PARQUE

Um violento incêndio, com a rapidez de poucos minutos, destruiu ontem, á noite, dois prédios da rua do Parque, damnificando outros, contíguos aos do sinistro.

Era horrível a scena da acção destruidora do terrível elemento, vendo-se, de longe, do centro da capital, o crepitar das chammas, envoltas em expessas nuvens e rôlos de fumo.

-

Ha mezes, funcionava no prédio n.62 da rua do Parque, proximidades da rua Commendador Azevedo, no 3º districto, uma pequena pharmacia homeopathica, de propriedade dos srs. Macieira & C.

São sócios dessa firma os srs. Abrilino Macieira, residente no prédio n. 43 A da mesma rua, onde tambem reside sua familia, e o sr. Enesto Rolim, medico licenciado, morador na Floresta.

Contiguo á pharmacia, de um lado, no prédio n. 64, situado á esquina das ruas do Parque e Commendador Azevedo, estão estabelecidos, com casa de seccos e molhados, denominada “Armazem S. Cypriano”, os srs. Macieira & Irmão.

Dessa firma, fazem parte os srs. Abrilino Macieira, socio da pharmacia, e de quem acima nos referimos, e o seu irmão Oscar Macieira, que habita o sotão do prédio em que funciona o referido armazem.

Do outro lado da pharmacia, no prédio n. 60, residia Maria Ellis, que ocupava a sala da frente para fazer negocio com uma banca de verduras e fructas.

No prédio n. 58 A, reside, com familia, o sr. Umberto Schmidt, empregado da fabrica de vidros “Sul Brasileira”, e, na casa de n. 58, funciona o armazem de seccos e molhados, do sr. José Draga.

-

Ás 10 1/2 horas da noite, mais ou menos, a rua do Parque estava entregue á sua habitual solidão.

Apenas, de vez em quando, via-se um notívago, que se recolhia á sua residencia, ou um agente municipal que passasse a serviço.

Subito, um grupo de populares, que transitava pela referida rua, estacou em frente á pharmacia.

Do interior desse estabelecimento, saiam, pelas frestas das portas, grossos rôlos de fumo.

Assustados com o que acabavam de presenciar, deram elles logo alarme, soltando estridentes gritos de – “Fogo!”

Um delles, que conhecia os proprietarios da pharmacia, correu á casa onde habitava o sr. Abrilino Macieira, batendo, soffregamente, ás portas e janellas da frente.

O sr. Abrilino e sua familia despertaram logo, tendo aquelle cavalheiro saido á rua, onde recebeu communicação do facto.

Sem perda de tempo, dirigiu-se elle ao armazem denominado “S. João”, proximo á sua casa, e, dali, por telephone, communicou o facto ao Corpo de Bombeiros.

Depois, acudiu o sr. Abrilino ao local, afim de ver si conseguia salvar algum artigo da pharmacia, o que lhe foi impossivel.

O fogo, com intensidade, havia destruido quasi todo o seu estabelecimento e communicava-se ás casas vizinhas.

A azafama era extraordinaria: os moradores das immediações, com os gritos dos populares, saíram logo com suas famílias, para a rua, e retiraram todos os seus moveis, colocando-os nas calçadas, sargetas, etc.

Os populares, que haviam dado o alarme ajudavam os vizinhos do prédio, onde teve origem o fogo, a esvasiar suas casas.

No meio de uma balburdia infernal, appareceram as 1ª e 2ª promptidões do Corpo de Bombeiros, commandadas pelo capitão Manoel Pozzo, obedecendo á instrução do capitão José Ignácio da Cunha Rasgado.

Á esquina das duas ruas, existe um hydrometro, que a Intendencia Municipal mandára collocar; há tempo, estando a chave em poder do sr. Oscar Macieira.

Os bombeiros, de chegada, procuraram esse negociante, pedindo a chave, sendo-lhes entregue uma que não servia para abrir o hydrometro.

Ao ser interrogado sobre a chave verdadeira, declarou o sr. Macieira ter recebido de um funcionario municipal, a mesma que entregára aos bombeiros.

Na falta dagua, os bombeiros viram-se obrigados a servir-se do hydrometro existente á esquina da rua Voluntarios da Patria, e distante duas quadras do local do sinistro.

Estendidas as mangueiras, deu-se inicio ao feroz combate do fogo contra a água.

O fogo, que havia reduzido a cinzas a pharmacia e uma outra casa, saiu vencido, depois de insano trabalho.

-

Os predios em que funcionava a pharmacia e em que residia Maria Ellis foram totalmente destruidos, ficando de pé as paredes lateraes.

O predio n. 58 A saiu ligeiramente damnificado, assim como o armazem S. Cypriano.

Da pharmacia não se salvou artigo algum ou movel.

Da casa de Maria Ellis, apenas salvaram-se alguns moveis, e, do armazem, retiraram-se varias garrafas para a rua.

Os srs. Umberto Schmidt e José Drago, que haviam esvasiado as suas casas, tiveram regulares prejuízos, pois alguns moveis e outros artigos ficaram quebrados e damnificados.”
(*Correio do Povo*, 07/08/1912, p.8).

Das três matérias escolhidas como objeto de análise, essa me parece ser a que traz uma narrativa mais coesa, possivelmente tenha sido a única escrita por apenas um repórter. Como não há vítimas fatais, também não há aquele parágrafo que se assemelha a um boletim policial (que lista nome, idade, estado civil, etc.) contrastando com a farta descrição situacional da cena e dos atos das pessoas envolvidas no evento.

Observemos a abertura desse texto: são dois breves parágrafos que pretendem conquistar o leitor; eles só o informam o mínimo necessário para que a pessoa se interesse em ler o texto. Para atingir esse objetivo, o repórter primeiro dá uma síntese do fato, uma manchete, e depois investe no que há de mais rico dentro do gênero da reportagem, que é o relato testemunhal, fruto da observação particular do escritor. Leiamos essa frase: “Era horrível a scena da acção destruidora do terrível elemento, vendo-se, de longe, do centro da capital, o crepitar das chammas, envoltas em expessas nuvens e rôlos de fumo”. Não é difícil imaginar a equipe do *Correio do Povo* se deslocando de sua redação até o local do incêndio assistindo a essa cena. Além disso, vê-se que o autor do texto expressou na matéria o seu assombro perante a gravidade do caso de forma explícita, valendo-se de uma intensa adjetivação descritiva: do centro da cidade via-se uma cena *horrível*, causada por um elemento *terrível*, provocando nuvens de fumaça *expessas*. O envolvimento de quem escreve não é ocultado, mas exposto às claras.

Em seguida, há um travessão de quebra e se inicia um bloco de seis parágrafos onde os personagens envolvidos no caso são apresentados brevemente através dos

endereços das casas onde residem. Esse trecho não se refere ao incêndio em nenhum momento, serve de contextualização prévia para que o leitor possa se ambientar sobre o local onde se passou o evento em pauta e reconhecer os personagens que serão citados no decorrer do texto.

Após essa passagem, há a parte mais extensa da matéria, com dezenove parágrafos onde o incêndio é propriamente narrado. Tal qual aconteceu nas outras duas reportagens de 1912 já analisadas, podemos apontar que esse trecho estritamente narrativo da matéria é onde o autor melhor consegue exercitar o desenvolvimento de uma *história*, com enredo consistente, ancorada na observação atenta e expressa por um vocabulário rico que permite descrições muito pertinentes.

Aqui, o trabalho de campo do repórter, mais uma vez, transparece. A partir do texto, podemos inferir que foram feitas entrevistas suficientes para remontar como o incêndio na farmácia homeopática do sr. Macieira foi alertado por um grupo de transeuntes que passeava pela Rua do Parque por volta das 22h30min. Inclusive, conforme a descrição da reportagem, me parece que o jornalista chegou ao incêndio antes mesmo dos bombeiros: “No meio de uma balburdia infernal, apareceram as 1ª e 2ª promptidões do Corpo de Bombeiros”.

A narrativa descreve então uma complicação das autoridades, que não conseguiram abrir o hidrante mais próximo ao fogo, e tiveram que usar outro a duas quadras de distância, na rua Voluntários da Pátria. Esse fato só pôde ser narrado porque foi testemunhado diretamente pelo repórter, que estava vendo as casas sendo consumidas pelas chamas. É só por causa da observação ocular do escritor que o final desse trecho consegue apresentar um esperançoso lirismo: “Estendidas as mangueiras, deu-se inicio ao feroz combate do fogo contra a água. O fogo, que havia reduzido a cinzas a pharmacia e uma outra casa, saiu vencido, depois de insano trabalho”.

Após isso, há um último travessão de quebra e então cinco parágrafos breves dando conta de algumas informações a respeito do desfecho do caso, com foco nos bens materiais atingidos pelo fogo. É importante notarmos que não há nenhum questionamento quanto às causas do incêndio, apenas são colocadas considerações sobre os danos que ele provocou para os prédios da região e para os seus moradores. Ainda assim, considero que esta seja uma reportagem bastante completa, considerando a proporção do evento em pauta.

Em 2012, ainda há muitos incêndios. Vejamos rapidamente um texto que o *Correio do Povo* publicou em setembro desse ano:

“Incêndio deixa um morto

Paulo Roberto Costa Duarte, 42 anos, morreu carbonizado em um incêndio, ontem, na Vila da Quinta, em Rio Grande. Por volta das 6h30min, o Corpo de Bombeiros foi acionado por um vizinho. Ao chegar ao local, os Bombeiros verificaram que se tratava de uma casa mista e que a parte de madeira já havia sido consumida pelas chamas. As causas do sinistro serão apuradas.”
(*Correio do Povo*, 19/09/2012, p.24).

Nem mesmo o fato de ter havido uma morte motivou o jornal a produzir uma reportagem sobre o caso. Como os outros textos atuais anteriormente observados, essa matéria não traz nenhum trabalho de reportagem (nenhuma entrevista, nenhuma observação do repórter), apenas reproduz informações passadas pela polícia. Assim, torna-se um lide que almeja “contar” uma história sem realmente se dar ao trabalho de contá-la, ou seja, é um texto fadado ao fracasso informativo, pois “explica” o caso sem nada explicar, deixando muito mais dúvidas do que respostas.

Vejamos essa frase: “Ao chegar ao local, os Bombeiros verificaram que se tratava de uma casa mista e que a parte de madeira já havia sido consumida pelas chamas”. É o perfeito exemplo de uma explicação tão genérica que se esvai no ar sem informar quase nada: o leitor até pode deduzir que a casa queimada era de madeira e de tijolos (apesar de que podem ser pedras ou outra forma de alvenaria), mas não é dito o essencial: qual material predominava. Queimou a parte de madeira, mas essa era a maior ou a menor parte da casa? A partir do texto, não é possível ter noção do que de fato aconteceu: o homem que morreu queimado estava sozinho na casa? Por que ele não conseguiu fugir das chamas? A matéria encerra de uma forma quase cínica, afirmando apenas que as causas do incêndio serão apuradas – mesmo que tenham sido apuradas, elas não foram noticiadas – ou seja, o texto magistralmente conclui sem nada concluir.

Pois bem, ao analisarmos estes três exemplos de reportagens policiais do *Correio do Povo* de 1912 (vendo também exemplos contemporâneos), fica bem nítido que cem anos são capazes de transformar completamente a produção jornalística de um veículo. Se, antigamente, as ocorrências policiais eram um forte atrativo para os repórteres, hoje elas são apenas contabilizadas de modo burocrático. Antes, era notável que havia um esforço para esmiuçar as pautas, o que se refletia em um extenso trabalho de apuração de informações, com deslocamento dos jornalistas para produzirem entrevistas *in loco*. Creio que havia um forte apelo comercial quanto a esses textos e isso motivava o veículo a investir nas suas produções. Hoje, a editoria policial do *Correio do Povo* quase não publica reportagens sobre crimes ou acidentes – os textos sobre esses temas sempre são listas de informações passadas pelas autoridades, nunca apuradas diretamente pelo repórter.

Por fim, há algumas peculiaridades a serem apontadas nas reportagens do *Correio do Povo* de 1912. Os textos sempre tinham mais de um título, separados por travessões e grifados de formas distintas. De um modo muito diferente dos modernos

títulos e subtítulos (que funcionam como legendas da manchete principal), eles eram chamadas simultâneas que quase competiam entre si, mas que compunham uma ideia única separada por travessões [ver capítulo Anexos]. Esse é um modelo estranho para o leitor do século XXI, mas era uma escolha consciente dos editores que se repetia em todas as reportagens da época.

Outra particularidade da redação de 1912 é que os parágrafos eram extremamente curtos, muitas vezes não passavam de uma frase. Creio que isso indique o objetivo de dar uma agilidade para o texto, que, por ser diagramado em colunas bem estreitas, acabava formando parágrafos compridos – essa também é uma característica que se repete em todas as matérias de 1912 a que eu tive acesso.

Não devemos nos esquecer de que, cem anos atrás, não havia nem mesmo o rádio no Brasil, os jornais eram o único meio de comunicação massiva além do cinema (que ainda era incipiente). Nem mesmo a fotografia era uma técnica muito desenvolvida: das três reportagens analisadas aqui, a única que traz fotos é a do acidente de carro na Azenha [ver capítulo Anexos]. Acredito que a ausência de fotos (certamente imposta por dificuldades técnicas) acabava incentivando os repórteres a descreverem minuciosamente as cenas em pauta – eles eram obrigados a fazer descrições apuradas das cenas porque, em geral, essa era a única maneira de transmitir imagens aos leitores (ainda que fossem imagens mentais). Só havia fotografias em reportagens que fossem realmente muito excepcionais, e, muitas vezes, as imagens só eram publicadas no dia seguinte, em uma segunda matéria sobre o mesmo fato e os seus desdobramentos.

6. Conclusão

Após o desenvolvimento de minha pesquisa bibliográfica e da análise atenta dos seis textos destacados neste trabalho, pude inferir diversos apontamentos pulverizados ao longo dos capítulos anteriores; agora, iremos apenas aprofundar alguns pontos da discussão como um todo. Nas primeiras páginas desta monografia, refletimos sobre as características que compõem o gênero da reportagem. Levando em conta que não há um consenso teórico unificando essa definição, permiti-me defender um conceito próprio, construído a partir dos pontos de conexão dentre as teorias dos autores consultados. De forma sintética, entendo que a reportagem é um formato textual caracterizado pela narração de eventos e pela descrição de fatos objetivos, baseado no trabalho de apuração de informações sobre um caso em pauta (seja por meio de entrevistas, pesquisas ou pela ação de testemunha ocular do repórter). O uso da transcrição de falas é um recurso da literatura rotineiro no jornalismo impresso de hoje, mas não é uma peça constitutiva do gênero como um todo: há inúmeros exemplos de boas reportagens que não o utilizam, ou utilizam muito pouco. Na prática, tenho certeza de que o ambiente de trabalho onde o escritor produz é determinante para a qualidade dos textos, porém, pensando enquanto gênero, entendo que a dimensão artística da reportagem é demarcada somente pela relevância social do tema em pauta e pelo talento de quem a escreve. É por essa razão que é um formato textual tão rico; além de transmitir informações concretas, ele é capaz de envolver, de emocionar e de transformar quem o lê como qualquer boa obra de literatura.

Como defendi no primeiro capítulo teórico, vejo que, por essência, a reportagem seja um gênero híbrido: não há como negar sua plena identificação com o campo jornalístico, mas, conforme vimos, as suas raízes estão firmemente cravadas nos campos

da história e da literatura (áreas de estudo constituídas muitos séculos antes do jornalismo enquanto tal). É preciso destacar que o potencial para se tornar um documento histórico é quase intrínseco à reportagem, pois depende apenas da sua publicação, no entanto, o mesmo não pode ser dito do potencial artístico-literário desse texto. Essa é uma virtude sempre latente, mas que pode vir à tona ou não, conforme a subjetividade individual de cada autor e do meio profissional no qual ele está inserido.

Hoje, reportagens de jornais que alcançam a esfera literária são muito raras, até porque elas necessitam de uma grande confluência de fatores para poderem ser produzidas, o que significa investimento por parte do veículo. Muitas vezes, a rotina das redações impõe uma pressão assoladora sobre seus repórteres, que acabam se sujeitando a uma carga de trabalho excessiva e a prazos desumanos, e nem mesmo têm liberdade alguma para construírem seus textos (assinados ou não), pautados por linhas editoriais sobre as quais não possuem a menor ingerência. Assim, objetivando serem grandes indústrias de notícias em série, produzindo informação como salsichas, os jornais diários não têm contribuído muito para o desenvolvimento do gênero da reportagem no Brasil.

Não há dúvidas de que existem incontáveis exemplos de boas matérias publicadas em grandes jornais e revistas brasileiras, felizmente! Porém, pelo que pude depreender de minhas pesquisas, não é comum constar esse tipo de texto nas edições do *Correio do Povo* de 2012. Notadamente, a densidade do seu trabalho de reportagem se esvaiu desde 1912, período que foi foco de minha análise, o que entendo ser resultado de todas as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que ocorreram ao longo de um século bastante movimentado para o veículo. Entendo que hoje vivemos um momento em que disseminação da internet precipitou o jornal (enquanto meio de comunicação de massa) a uma crise de função social que está sendo discutida

amplamente em todo o mundo – e, com certeza, a direção do *Correio do Povo* tenta acompanhar esse cenário atual da forma que julga ser a mais adequada.

Não podemos nos esquecer de que as motivações de uma grande empresa costumam ser muito mais administrativas do que jornalísticas (mesmo que a empresa produza um jornal). Vimos que as reportagens do *Correio do Povo* de 1912 apresentavam um alto nível de profundidade, mas não creio que fosse pelo amor fervoroso aos ideais jornalísticos. Naquela época, o veículo era um jovem jornal de sucesso que estava modernizando toda a imprensa gaúcha ainda dominada por grupos políticos. Abdicar do ativismo doutrinário e publicar uma farta apuração de informações sobre os eventos em pauta mostrou-se um diferencial comercial muito justificado por ser rentável. O veículo se esforçava para deslocar seu corpo de profissionais até as cenas dos fatos, pois se interessava em publicar relatos amplos, com informações de diversas fontes, a partir do máximo de entrevistas possível. Suas reportagens longas, profundas e altamente descritivas eram um produto novo que vendia muito. E, nesse contexto, mesmo com o abuso de linguajares técnicos, havia espaço para a expressão do lirismo individual do repórter, muito presente nas descrições situacionais advindas da observação testemunhal do jornalista, que, como vimos, raramente estava acompanhado de um fotógrafo.

Hoje, tudo mudou. Os mesmos temas que motivavam longas matérias policiais em 1912 agora são apenas o pano de fundo de textos que empilham dados pouco ou nada relacionados entre si, todos declaradamente passados ao *Correio do Povo* por uma única fonte: a polícia. Já não há a mínima preocupação em fazer com que o leitor realmente entenda o que se passou com as pessoas que protagonizam os casos relatados. É compreensível que, em geral, a polícia desconheça todos os detalhes que compõem o fato em pauta, mas, como os repórteres não buscam outras fontes, os textos que escrevem dificilmente são capazes de compor narrativas coerentes. São meros

compêndios que desumanizam por completo fatos que são essencialmente humanos. Tudo em nome da objetividade. Aplicando cegamente as regras do lide e a noção da pirâmide invertida, os jornalistas conseguem a proeza de citar, em um só texto, várias histórias diferentes sem narrar nenhuma delas, apenas enfileirando informações que, por si só, não explicam coisa alguma – padrão que vimos se repetir no capítulo da análise prática deste estudo.

Eu e você sabemos que o mundo dá muitas voltas. Outrora magnânimo, hoje o *Correio do Povo* é apenas uma parte pouco importante do extenso patrimônio do Grupo Record, capitaneado pelo líder neopentecostal paulista Edir Macedo, fundador e sumo sacerdote da Igreja Universal do Reino de Deus. No presente Trabalho de Conclusão de Curso, utilizei esse veículo como exemplo para uma análise prática e ponto de partida para o desenvolvimento de uma reflexão a cerca da trajetória da imprensa no Rio Grande do Sul, passando por uma discussão sobre a história e a constituição do gênero da reportagem. Longe de almejar conclusões absolutas, o estudo aqui apresentado é apenas uma breve contribuição para um debate muito amplo, complexo e sem fim, que certamente seguirá acompanhando as mentes inquietas daqueles que amam o jornalismo e enxergam nele todo seu potencial histórico e literário.

7. Referências bibliográficas

AGUILERA, Octavio. *La literatura en el periodismo: y otros estudios en torno a la libertad y el mensaje informativo*. Editorial Paraninfo, Madrid, 1992.

ATORRESI, Ana. *Los géneros periodísticos*. Ediciones Colihue, Buenos Aires, 1996.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. Editora Ática, São Paulo, 1990.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70, Lisboa, 1991.

CALDAS, Breno. *Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal*. L&PM Editores, Porto Alegre, 1987.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Ed. da UFRGS, Porto Alegre, 1975.

KIENTZ, Albert. *Comunicação de massa: análise de conteúdo*. Editora Eldorado, Rio de Janeiro, 1973.

LEWIS, Jon E. (org.). *O grande livro do jornalismo*. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 2008.

LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1969.

LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é livro-reportagem*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1993.

OLINTO, Antonio. *Jornalismo e literatura*. JÁ Editores, Porto Alegre, 2008.

RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977.

RODRIGUES, Jacira Werle. *Reportagem impressa, estilo e manuais de redação: a construção da autoria nos textos do jornalismo diário*. FACOS/UFSM, Santa Maria, 2003.

ROMANCINI, Richard. *História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa*. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia (orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Editora Vozes, Petrópolis, 2010.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Ed. da UFRGS, Porto Alegre, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Edições do Graal, Rio de Janeiro, 1977.

WALSH, Rodolfo. *Operación masacre*. Ediciones de la Flor, Buenos Aires, 2008.

WEINGARTEN, Marc. *A turma que não escrevia direito*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2010.

8. Anexos

1) Homicídio no Parthenon (06/07/1912):



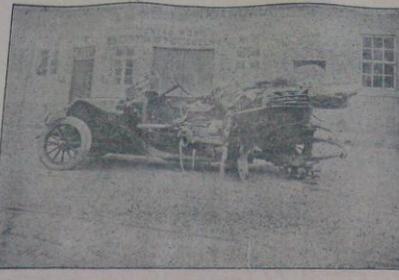
2) Acidente de carro na Azenha (07/12/1912):

Correio do Povo
Proprietário e director - Caidas Junior
Vol. 257 - Sábado, 7 de dezembro de 1912

Um passeio fatal

DESASTRE DE AUTOMOVEL

Tres mortos e dois feridos gravemente



O automovel Daimler, com o qual se deu o desastre

Um desastre que provavelmente não teria ocorrido se o veículo não fosse dirigido por um motorista inexperiente. O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro. O veículo envolvido era um automóvel Daimler, modelo de 1912, conduzido por um jovem de 22 anos, conhecido como Miguel de Faria. O carro estava em movimento quando ocorreu o acidente, resultando na morte de três pessoas e na ferimento grave de duas outras.

As vítimas fatais foram: Maria Bernarda, filha de João Bernardes e Maria Ferreira; João de Deus, filho de João Bernardes e Maria Ferreira; e João de Deus, filho de João Bernardes e Maria Ferreira. Os feridos foram: João de Deus, filho de João Bernardes e Maria Ferreira; e João de Deus, filho de João Bernardes e Maria Ferreira. O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro.

EM PASSEIO V GLORIA

A primeira Senador Floriano, hoje em São Paulo, estava passeando com um automóvel de marca Daimler, quando ocorreu o acidente fatal. O veículo estava em movimento quando ocorreu o acidente, resultando na morte de três pessoas e na ferimento grave de duas outras.

O ACCIDENTE

O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro. O veículo envolvido era um automóvel Daimler, modelo de 1912, conduzido por um jovem de 22 anos, conhecido como Miguel de Faria. O carro estava em movimento quando ocorreu o acidente, resultando na morte de três pessoas e na ferimento grave de duas outras.

OS FERIDOS

Os feridos foram: João de Deus, filho de João Bernardes e Maria Ferreira; e João de Deus, filho de João Bernardes e Maria Ferreira. O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro.

OS MORTOS

Os mortos foram: Maria Bernarda, filha de João Bernardes e Maria Ferreira; João de Deus, filho de João Bernardes e Maria Ferreira; e João de Deus, filho de João Bernardes e Maria Ferreira. O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro.

REGRESSO PARA A CIDADE

Depois de passar algumas horas no hospital, os feridos foram transportados para a cidade. O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro.

LOCAL DO DESASTRE

O local do acidente é a rua da Azenha, no bairro de São Paulo. O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro.

DESCRIÇÃO DO ACCIDENTE

O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro. O veículo envolvido era um automóvel Daimler, modelo de 1912, conduzido por um jovem de 22 anos, conhecido como Miguel de Faria. O carro estava em movimento quando ocorreu o acidente, resultando na morte de três pessoas e na ferimento grave de duas outras.

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os participantes do acidente foram: Miguel de Faria, motorista do veículo envolvido; Maria Bernarda, filha de João Bernardes e Maria Ferreira; João de Deus, filho de João Bernardes e Maria Ferreira; e João de Deus, filho de João Bernardes e Maria Ferreira. O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro.

OPINIÃO DE ESPECIALISTAS

Os especialistas opinam que o acidente ocorreu devido a uma falha no sistema de freios do veículo. O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro.

RELAÇÃO DE FAMILIARES

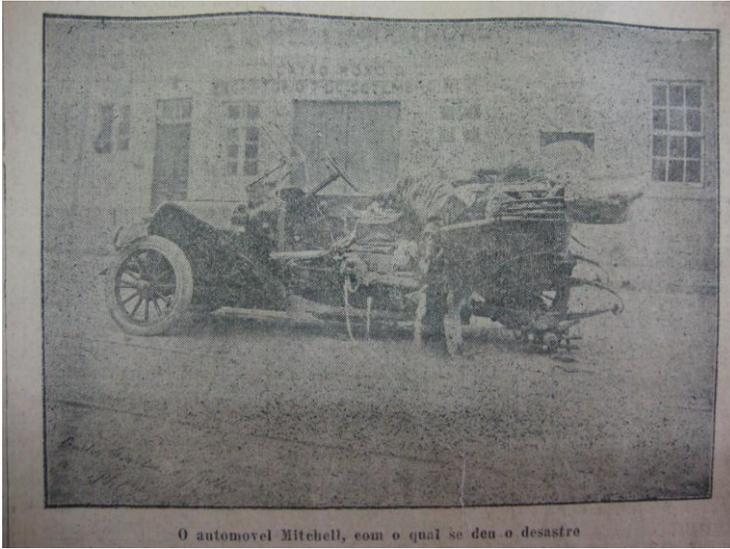
Os familiares das vítimas estão sendo atendidos no hospital. O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro.

RELAÇÃO DE AMIGOS

Os amigos das vítimas estão sendo atendidos no hospital. O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro.

RELAÇÃO DE TESTEMUNHAS

Os testemunhos do acidente estão sendo coletados. O acidente ocorreu na rua da Azenha, no bairro de São Paulo, às 11 horas da manhã de sábado, 7 de dezembro.



O automovel Mitchell, com o qual se deu o desastre



Etelvina Pinto Missel, gravemente ferida



O chauffeur Apparicio Pinto de Oliveira, morto



Rosa de Freitas, morta no desastre



O chauffeur Julio Mario de Oliveira, morto



Maria Bernarda, gravemente ferida

3) Incêndio na Rua do Parque (07/08/1912):

definhando pela molestia. 1800 metros.

Violento incendio

Duas casas destruidas

Outras damnificadas

A' RUA DO PARQUE

Um incendio violento, com a rapidez de poucos minutos, destruiu hontem, á noite, dois prédios da rua do Parque, damnificando outros, contiguos aos do sinistro.

Era horrivel a scena da acção destruidora do terrivel elemento, vendo-se, de longe, do centro da capital, o crepitar das chammas, envoltas em expessas nuvens e rôlos de fumo.

Ha mezes, funcionava no prédio n. 62 da rua do Parque, proximidades da rua Commendador Azevedo, no 3º distrito, uma pequena phar-macia homeopathica, de propriedade dos srs. Macieira & C.

São socios dessa firma os srs. Abrilino Macieira, residente no prédio n. 43 A da mesma rua, onde tambem reside sua familia, e o sr. Ernesto Rolim, medico licenciado, morador na Floresta.

Contiguo á pharmacia, de um lado, no prédio n. 64, situado á esquina das ruas do Parque e Commendador Azevedo, estão estabelecidos, com casa de secco e molhados, denominada "Armazem S. Cypriano", os srs. Macieira & Irmão.

le ao armazem denominado "S. João", proximo á sua casa, e, dali, por telephone, communicou o factio ao Corpo de Bombeiros.

Depois, acudiu o sr. Abrilino ao local, afim de ver si conseguia salvar algum artigo da pharmacia, o que lhe foi impossivel.

O fogo, com intensidade, havia destruido quasi todo o seu estabelecimento e communicava-se ás casas vizinhas.

A azafama era extraordinaria: os moradores das immedições, com os gritos dos populares, saíram logo com suas familias, para a rua, e retiraram todos os seus moveis, collocando-os nas calçadas, sargetas, etc.

Os populares, que haviam dado o alarme ajudavam os vizinhos do prédio, onde teve origem o fogo, a esvasiar suas casas.

No meio de uma balburdia infernal, appareceram as 1ª e 2ª prom- commandadas pelo capitão Manoel Pozzo, obedecendo á instrucción do capitão José Ignacio da...

4) Alguns anúncios do *Correio do Povo* de 1912:

A directoria.

Cerveja Hercules

A cerveja Hercules
preta, typo Stout, substitue as melhores
marcas de cerveja estrangeira

Analyse do meretissimo Laboratorio do Estado:

"Certifico, que a analyse da cerveja Hercules, entregue pelos fabricantes H. Ritter & Filhos, deu o seguinte resultado: — Não contém acido salicylico, acido borico nem substancias amargas extranhas"

Porto Alegre, 2 de julho de 1909.

Visto, Assignado,
Dr. R. Machado. Gaspar Guimarães



Mitchell

Os unicos apropriados para as nossas estradas

O automovel que se deve comprar pelo preço que se deve pagar.



RACINE
Mitchell
WISCONSIN
U.S.A.

SILENCIOSO
COMO A PASSAGEM
DO TEMPO

SUPREMA ELEGANCIA - ECONOMIA INCOMPARAVEL

O maximo conforto. A minima despeza

Durabilidade
Sólidez. Pouco peso

Unico carro premiado com a medalha de ouro pelo governo do imperio da Russia devido a sua resistencia e approvada durabilidade fazendo frente e vencendo todos os obstaculos em estradas e caminhos pessimos no interior do Imperio.

O AUTOMOVEL QUE NÃO NECESSITA DE REPAROS

Nem mesmo pagando o dobro do preço, será possivel encontrar um automovel que reuna as excellentes qualidades do **MITCHELL**. É facil chegar a essa convicção, apenas visitar a

Companhia ALLIANÇA DO SUL — PORTO ALEGRE

que são os unicos representantes para o Estado do Rio Grande do Sul

PRIMA CARTUCHOS CARREGADOS PARA CAÇA

Com polvora preta ou sem fumaca da afamada marca **DIANA** e chumbo especial, são conhecidos como os melhores dando um excelente resultado.

Tem sempre em deposito: **JOÃO MATUSCHECK**

— Casa importadora de armas, munições e cutelarias —
R. a Marechal Floriano 82, em frente ao jardim 15 de Novembro



A Negrita



A Negrita

A Negrita rivalisa vantajosamente com as melhores marcas de Stout Porter, etc.

É es e famente recommendavel a s que soffrem do estomago, aos convalescentes e as exmas. senhoras no periodo da amamentação.

Fabricada sob nossa garantia sómente de lupulo e cevada de primeira qualidade.

CORREIO DO PIVU

Oh! candidas creanças

FUMAI! FUMAI! Os deliciosos cigarros:

MEU GOSTO.
CASTA SUZANA
DUELLO
VAE OU RACHA
e MASCOTE

Tereis premios dinheiro. — A' venda em toda parte. Deposito geral
— Rua 7 de Setembro n. 41 — Telephone Ganzo 139

CASA DUELLO
ANTONIO FONSECA

Camarões especiaes
de Santa Catharina
RECEBEU NOVA PARTIDA
Real Sobrinho
Doça n. 18